



ACADEMIA MILITAR

O Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra de África (1961 – 1974): As Adaptações Orgânicas e Doutrinárias à Guerra Subversiva.

Autor: Aspirante de Artilharia Filipe Alexandre de Rodrigues Silvestre

Orientador: Tenente Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018



ACADEMIA MILITAR

O Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra de África (1961 – 1974): As Adaptações Orgânicas e Doutrinárias à Guerra Subversiva.

Autor: Aspirante de Artilharia Filipe Alexandre de Rodrigues Silvestre

Orientador: Tenente Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

EPÍGRAFE

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”

Martin Luther King (1929 – 1968)

DEDICATÓRIA

Aos meus camaradas e amigos por nunca me deixarem caminhar sozinho.

O meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Esta investigação é o marco final de um percurso de cinco anos, do qual não tinha chegado ao fim sem diversas entidades às quais deixo aqui os meus mais profundos agradecimentos.

Agradeço primeiramente à minha família que sempre me ajudou dia após dia, incansáveis ao apoiarem-me neste jornada.

Ao meu orientador, o Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa, pela disponibilidade que demonstrou durante todo o trabalho assim como o entusiasmo que transmitiu ao longo de toda a investigação, o meu muito obrigado.

Aos diretores do curso de artilharia nos últimos anos que sempre estiveram presentes para nos apoiar, na pessoa do Coronel de Artilharia Carlos Caravela, do Tenente-Coronel de Artilharia Renato Assis e Tenente-Coronel de Artilharia Vítor Jorge assim como não poderia de deixar de agradecer ao Major de Artilharia Humberto Gouveia, que me ajudaram sempre a tentar escolher o melhor caminho, tal como ao curso de artilharia, pelo exemplo de pessoas e militares que são, novamente o meu muito obrigado.

Aos militares, antigos combatentes do ultramar que se demonstraram sempre prontos a transmitir as suas experiências para que pudesse aproximar este trabalho o mais possível à realidade que se vivia na artilharia de campanha, agradeço assim ao Coronel de Artilharia Morais da Silva, Coronel de Artilharia Lourenço, Coronel de Artilharia Ribeiro Soares, Coronel de Artilharia Cerca da Silva, Coronel de Artilharia Miguel Fradite e Alferes Miliciano Infantaria OE Bernardino Cassiano por me apoiarem neste trabalho.

À biblioteca da Academia Militar, na Sede assim como do polo da Amadora, que em muito ajudaram na pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Militar, que estiveram sempre prontos a ajudar na pesquisa de documentação útil ao trabalho.

Ao Curso Tenente General Bernardim Freire de Andrade por todos os momentos que vivemos durante os anos de Academia.

RESUMO

Este trabalho de investigação foca-se na artilharia de campanha durante o período da Guerra de África (1961-1974) nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, com o objetivo de verificar como estavam organizadas e equipadas, e como atuaram as unidades de Artilharia de Campanha. A metodologia utilizada para a elaboração tem como base o método de investigação histórica, baseado numa abordagem diacrónica e sincrónica, analisando as variáveis atuantes e as relações entre as mesmas ao longo do período em estudo, procurando criar um modelo teórico de análise baseado nas relações entre os parâmetros organização, meios, posicionamento e missões desempenhadas.

Com este trabalho podemos verificar que a organização base da artilharia de campanha durante o ultramar foi o pelotão, que normalmente se encontrava localizado num aquartelamento sendo elemento chave para a defesa do mesmo aquartelamento onde se encontrava. Os pelotões executavam missões de defesa imediata, apoio a operações móveis, missões de flagelação, e interdição de fronteira.

O material utilizado nos teatros de operações foi o Obus 7,5 Montanha, Obus 8,8 cm, Obus 10,5 cm K/R, peça 11,4 cm, Obus 14 cm e Obus 15 cm, embora nem todos tenham verificado a sua presença nos três teatros de operações.

Quanto à dispersão dos pelotões pelos teatros verificamos que estavam concentrados no norte de Angola e na zona a Leste, sendo que se encontravam aqui os grandes corredores de infiltração dos insurgentes na Guiné estavam um pouco espalhados por toda a província, em Moçambique o dispositivo foca-se essencialmente a Norte e na zona de Tete perto de Cahura Bassa.

Palavras-Chave: África (1961-1974), Artilharia, Angola, Guiné, Moçambique.

ABSTRACT

This research work focuses on field artillery during the War of Africa period (1961-1974) at the theaters of operations in Angola, Guinea and Mozambique, in order to verify how they were organized and equipped, and how the units of field artillery were used, the methodology used for this thesis is based on the historical research method, based on a diachronic and synchronic approach, analyzing the acting variables and the relations between them period at study, seeking to create a theoretical model of analysis based on the relationships between organization parameters, means of employment, positioning and missions performed.

With this work we can verify that the base organization of the field artillery during the overseas was the platoon, that normally was located in a quartering being a key element for the defense of that same base where it was, the platoons executed missions of immediate defense, support to mobile operations, flogging missions, and border interdiction.

The material used in the theaters of operation was Obus 7.5 Mountain, Obus 8.8 cm, Obus 10.5 cm K / R, piece 11.4 cm, Obus 14 cm and Obus 15 cm, although not all of them checked their presence in the three theaters of operations.

As for the dispersion of the platoons in the theaters we found that they were concentrated in the north of Angola and in the zone to the East, where they were here the great infiltration corridors of the insurgents in Guinea, they were scattered a little throughout the province, in Mozambique the device focuses mainly to the North and in the area of Tete near Cahura Bassa.

Keywords: Africa (1961 – 1974), Artillery, Angola, Guinea, Mozambique.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE GERAL.....	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE QUADROS.....	X
LISTA DE APÊNDICES	XI
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XII
INTRODUÇÃO	1
1. REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA.....	3
1.1. REVISÃO DE LITERATURA.....	3
1.2. ESTADO DA ARTE.....	3
1.3. METODOLOGIA	4
2. PORTUGAL E A GUERRA DE ÁFRICA (1961 – 1974)	7
2.1. CONFERÊNCIA DE BANDUNG.....	7
2.2. INICIO DA ATIVIDADE SUBVERSIVA.....	7
3. A TIPOLOGIA DAS UNIDADES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA....	10
AS UNIDADES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA SUBVERSIVA.....	10
3.1 ANGOLA.....	10

3.2	GUINÉ.....	13
3.3	MOÇAMBIQUE.....	15
3.4.	A ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE AC NOS TEATROS DE OPERAÇÕES.....	18
4.	A MISSÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA ENTRE A DOCTRINA E AS ADAPTAÇÕES À REALIDADE.....	22
4.1	DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL.....	22
4.2	CONCEITO DE GUERRA SUBVERSIVA.....	22
4.2.1	<i>Fases da Guerra Subversiva.....</i>	23
4.2.2	<i>Doutrina Existente.....</i>	23
4.3	MISSÕES E ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE.....	24
4.3.1	ANGOLA.....	24
4.3.1.1.	<i>Tipologia de Missões.....</i>	30
4.3.1.2	<i>O desafio do abastecimento de munições.....</i>	33
4.3.2	Guiné.....	35
4.3.2.1	<i>Tipologia de missões.....</i>	36
4.3.2.2	<i>O desafio do abastecimento de munições.....</i>	39
4.3.3.	MOÇAMBIQUE.....	40
4.3.3.1.	<i>Tipologia de Missões.....</i>	40
4.3.3.2	<i>O desafio do abastecimento de munições.....</i>	44
5	EQUIPAMENTOS DA ARTILHARIA DE CAMPANHA E EVOLUÇÃO DO DISPOSITIVO.....	45
5.1.	EVOLUÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANGOLA.....	48
5.2.	EVOLUÇÃO DO DISPOSITIVO DA GUINÉ.....	50
5.3.	EVOLUÇÃO DO DISPOSITIVO DE MOÇAMBIQUE.....	50
5.4.	ORGANIZAÇÃO DAS POSIÇÕES DE ARTILHARIA.....	51
	CONCLUSÕES.....	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
	APÊNDICES.....	I

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº.1 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas no TO de Angola	11
Figura nº.2 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas na Metrópole	12
Figura nº.3 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas na Guiné	15
Figura nº.4 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas em Moçambique.	16
Figura nº.5 – Quadro de Material em outubro de 1973.....	17
Figura nº.6 – Constituição típica de um pelotão de Artilharia	19
Figura nº.7 – Organização da Artilharia em Angola 1964	21
Figura nº.8 – Munições Existentes na TMA e Metrópole	34
Figura nº.9– Consumo de munições em Angola e Guiné	35
Figura nº.10 – Regiões Militares de Angola	I
Figura nº.11 – Dispositivo Operacional em Angola 1961.....	II
Figura nº.12 – Dispositivo Operacional em Angola 1961, Norte	III
Figura nº.13 – Dispositivo Operacional em Angola 1961.....	IV
Figura nº.14 – Dispositivo Operacional em Angola 1966.....	V
Figura nº.15 – Dispositivo Operacional em Angola 1966, Norte	VI
Figura nº.16 – Dispositivo Operacional em Angola 1966.....	VII
Figura nº.17 – Dispositivo Operacional em Angola 1974.....	VIII
Figura nº.18 – Dispositivo Operacional em Angola 1974, Norte	IX
Figura nº.19 – Dispositivo Operacional em Angola 1974.....	X
Figura nº.20 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1962.....	XI
Figura nº.21 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1963.....	XII
Figura nº.22 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1968.....	XIII
Figura nº.23 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1968.....	XIV
Figura nº.24 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1974.....	XV
Figura nº.25 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1974.....	XVI
Figura nº.26 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1964	XVII
Figura nº.27 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1964	XVIII
Figura nº.28 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970, Norte	XIX
Figura nº.29 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970, Centro	XX

Figura nº.30 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970, Sul.....	XXI
Figura nº.31 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970	XXII
Figura nº.32 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974, Norte	XXIII
Figura nº.33 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974, Centro	XXIV
Figura nº.34 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974, Sul.....	XXV
Figura nº.35 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974	XXVI
Figura nº.36 Obus 8,8 cm, Angola	XXVII
Figura nº.37 Obus 10,5 cm K, Bambadinca, Guiné 1969	XXVII
Figura nº.38 Obus 10,5 cm R, Canacassala, Guiné 1972.....	XXVIII
Figura nº.39 Peça 11,4 cm.....	XXVIII
Figura nº.40 Obus 7,5 cm Montanha.....	XXIX
Figura nº.41 Obus 15 cm, Vendas Novas.....	XXIX
Figura nº.42 Obus 14 cm, Guileje 1969.....	XXX
Figura nº.43 Obuses 8,8 em Angola da Bateria 147, Quibaba.....	XXXI
Figura nº.44 Obuses 8,8 em Pedra Verde 1961, Angola.....	XXXII
Figura nº.45 Obuses 8,8 da Bateria 147 retirando da Roça Quibaba 1961, Angola	XXXIII
Figura nº.46 Obus 10,5 com espaldão.....	XXXIV
Figura nº.47 Aquartelamento em Pundanmar com 2 posições de artilharia.....	XXXIV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº1 – Dados Obus 7,5cm m/40.....	45
Quadro nº2 – Dados Obus 8,8 cm m/43/46.....	46
Quadro nº3 – Dados Obus K/R 10,5 cm m/41	46
Quadro nº4 – Dados Peça 11,4 cm m/946.....	46
Quadro nº5 – Dados Obus 15 cm m/941	47
Quadro nº6 – Dados 14 cm m/943	47
Quadro nº7 – Quadro de Materiais nos TOs	47

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Evolução do Dispositivo de Angola.....	I
Apêndice B – Evolução do Dispositivo da Guiné-Bissau.....	XI
Apêndice C – Evolução do Dispositivo em Moçambique	XVII
Apêndice D – Equipamento Utilizado	XXVII
Apêndice E – Bateria 147, reforçada por 2 obuses 8,8 cm	XXXI
Apêndice F – Organização da Posição de um Obus.....	XXXIV
Apêndice G - Guião de Entrevista.....	XXXV

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Abr	Abril
AC	Artilharia de Campanha
BArt	Bateria de Artilharia
Btr	Bateria
CArt	Companhia de Artilharia
CB	Cahura Bassa
CCaç	Companhia de Caçadores
CCE	Companhias de Caçadores Especiais
CECA	Comissão de Estudos das Campanhas de África
CI	Centro de Instrução
CIArt VB	Centro Instrução de Artilharia de Vila Barreto
CTC	Comando Territorial Centro
CTI	Comando Territorial Independente
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné
CTN	Comando Territorial Norte
CTS	Comando Territorial Sul
EME	Estado Maior do Exército
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GA	Grupo de Artilharia
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GACL	Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda
GACSB	Grupo de Artilharia de Campanha de Sá Bandeira
Inf	Infantaria
Jan	Janeiro
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MLGCV	Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OE	Operações Especiais
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PD	Pergunta Derivada

PelAAA	Pelotão de Artilharia Antiaérea
PelAC	Pelotão de Artilharia de Campanha
PP	Pergunta de Partida
RAL	Regimento de Artilharia Ligeiro
RAP	Regimento de Artilharia Pesado
RISB	Regimento de Infantaria de Sá Bandeira
RMA	Região Militar de Angola
RMM	Região Militar Moçambique
TO	Teatro de Operações
ZA	Zona de Ação
ZIC	Zona de Intervenção Centro
ZIN	Zona de Intervenção Norte
ZIS	Zona de Intervenção Sul

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia da Academia Militar, e constitui Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada do mestrado. Este trabalho tem como tema “*O Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra de África (1961 – 1974): As Adaptações Orgânicas e Doutrinárias à Guerra Subversiva*” e caracterizar a forma como eram empregues as unidades de Artilharia de Campanha (AC), procurando identificar padrões e princípios gerais que determinaram novos modelos de organização para o combate com adaptações que deram origem a novas formas de emprego tático.

O objeto de estudo deste trabalho recai sobre as unidades de artilharia de campanha que participaram na Guerra de África (1961-1974), nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, no sentido de encontrar constantes e singularidades em cada um dos teatros. O âmbito deste estudo é limitado às unidades de artilharia de campanha e à sua missão primária de apoio de fogos, não sendo tratadas outras vertentes asseguradas pela arma de artilharia de campanha como as unidades de atiradores de artilharia e de antiaérea.

Para ao desenvolvimento deste trabalho de investigação foi necessário criar um método de investigação, “palavra método tem origem no termo grego *methodos*, que significa literalmente “caminho para chegar a um fim”. O método científico compreende o processo de aquisição de conhecimentos, recorrendo a procedimentos reconhecidos de colheita, classificação, análise e de interpretação de dados” (Freixo, 2011 cit in Santos, et al., 2016, p. 15).

Para uma melhor sistematização do trabalho, foi levantada a seguinte **Pergunta de Partida (PP)** iniciando-se a exploração a partir deste primeiro fio condutor (Quivy & CampenHoudt, 1995), a qual guiará o percurso da investigação espelhando o seu enquadramento e delimitação (Sarmiento, 2013) “**Como estavam organizadas, equipadas, e como atuaram as unidades de Artilharia de Campanha durante a Guerra de África (1961-1974) nos três Teatros de Operações (TO) de Angola, Guiné e Moçambique?**”

A partir desta pergunta de partida foram consideradas as seguintes quatro **Perguntas Derivas (PD)** dando fundamento e sustentabilidade à PP (Sarmiento, 2013).

PD1: Como estavam organizadas para o combate as unidades de Artilharia de Campanha?

PD2: Que tipo de missões realizavam as unidades de Artilharia de Campanha?

PD3: Quais foram os tipos de bocas de fogo de artilharia usadas pelas unidades de Artilharia de Campanha nos três TO?

PD4: Como eram organizadas as posições das unidades de Artilharia de Campanha e como estavam dispostas no terreno?

Este Trabalho de Investigação Aplicada é composto por uma parte pré textual, pela parte textual e por uma parte pós textual. A parte textual é composta pela introdução, por cinco capítulos de desenvolvimento e pelas conclusões.

O primeiro capítulo faz referência à revisão de literatura, ou estado da arte e à metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho.

O segundo capítulo faz a refere o contexto em que a Guerra de África (1961 – 1974) teve inicio, com a Conferência de Bandung e o inicio da atividade subversiva nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique, dando uma imagem geral dos motivos que fizeram despoletar a guerra.

No terceiro são capítulo mencionadas as unidades de artilharia de campanha que fizeram parte do conflito nos três teatros e qual foi a sua evolução ao longo do mesmo analisado as especificidades das unidades de cada um dos teatros.

No quarto capítulo apresentamos o conceito de guerra subversiva, qual a doutrina existente referente à artilharia de campanha durante o período do conflito e a sua evolução durante os anos, no seguimento, analisamos também quais missões atribuídas à artilharia de campanha em cada um dos teatros, fazendo uma comparação entre os diversos teatros.

No quinto capítulo, listamos o material de artilharia de campanha utilizado em cada um dos teatros e de seguida fazer uma evolução do dispositivo da artilharia no panorama geral enquadrado em pontos chave do conflito em cada um dos teatros, podendo ver onde a artilharia de campanha atuava com maior proeminência

No final apresentaremos as conclusões, com as respostas às perguntas derivadas assim como à pergunta de partida, expondo ainda as dificuldades encontradas durante a investigação e recomendações futuras.

1. REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA

1.1. Revisão de Literatura

O presente trabalho tem como principal objetivo perceber como funcionava a artilharia de campanha durante a Guerra de África (1961 – 1974), analisando como esta estava organizada organicamente, como se dispunha no teatro de operações, que missões desempenhou e quais os meios de artilharia usados nos três teatros de operações. Para tal não nos podemos esquecer da situação que enquadrou o início do conflito, e as obras principais que relatam os acontecimentos da Guerra, que são fundamentais para a elaboração deste estudo: Entre outras destacam-se : “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)” através do 1º Volume do “Enquadramento Geral” e dos Volumes 2, 3 e 4 que relatam o “Dispositivo das Nossas Forças”, Angola, Guiné e Moçambique respetivamente, mencionamos a obra de John P. Cann da “Contra-Insurreição em África 1961-1974 O modo português de fazer a guerra” e usamos ainda os manuais do exército da guerra subversiva, publicados pelo Estado-Maior do Exército, um de 1961 ano do início da guerra, “Guia para o Emprego das Pequenas Unidades na Contra Guerrilha” e depois em 1963 aquilo que se pode chamar de uma segunda edição deste, tendo em conta que já reflete alguns conhecimentos adquiridos no conflito “O Exército na Guerra Subversiva – Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas”, Também de grande importância consideramos os relatórios e processos realizados pelo Estado Maior do Exército e nos comandos da Regiões Militares, e também diversos artigos publicados pela Revista Militar e pela Revista de Artilharia.

1.2. Estado da Arte

Apesar do tema “Guerra de África” ser um objeto de estudo mais frequente nos últimos anos, verifica-se ainda a ausência de estudos sobre aspetos específicos da atividade militar. Neste âmbito não existem ainda trabalhos dedicados especificamente ao estudo da artilharia de campanha, sobre a sua organização para o combate, os seus equipamentos e as suas missões, pelo que consideramos pertinente o desenvolvimento deste estudo

Para o desenvolvimento do nosso estudo e perante a ausência de obras específicas acerca do tema, recorreremos inicialmente aos fundos documentais do Arquivo Histórico Militar e às publicações da CECA(Comissão de Estudo das Campanhas de África) para

identificar as unidades que estiveram nos teatros de operações, selecionando apenas aquelas que pertenciam à artilharia de campanha.

Ao nível dos fundos do arquivo histórico militar foram fundamentais os relatórios e toda a documentação trocada entre o Estado Maior na Metrópole e os Comandos em África, que são fontes de informação sobre o uso da artilharia, sobre as dificuldades ao nível de pessoal, munições e materiais. Foram também muito importantes os Trabalhos de Investigação Aplicada realizados recentemente na Academia Militar, como seja o estudo do Aspirante Martins Silva de 2012, sobre as unidades de artilharia mobilizadas para a guerra e ainda o trabalho do Aspirante Ivo Pires¹, que aborda a doutrina de emprego da AC na Guerra Subversiva. Foram ainda relevantes alguns artigos publicados na Revista de Artilharia e na Revista Militar e as entrevistas realizadas a alguns militares que participaram na guerra ao serviço da artilharia de campanha, através das quais se podem conhecer melhor as adaptações da doutrina à realidade.

1.3. Metodologia

A metodologia seguida tem como base o método de investigação histórica, baseado numa abordagem diacrónica e sincrónica, analisando as variáveis atuantes e as relações entre as mesmas ao longo do período em estudo, procurando criar um modelo teórico de análise baseado nas relações entre os parâmetros (organização, meios, posicionamento e missões desempenhadas) considerados necessários para a análise do objeto de estudo e compreender a realidade do emprego da artilharia de campanha na guerra em África (1961-1974). A metodologia seguida implicou ainda a delimitação do estudo ao nível cronológico e territorial na consideração do seguinte modelo teórico, relacionando os seguintes referenciais:

- A organização para o combate das unidades de artilharia de campanha (AC);
- As missões desempenhadas pelas unidades de AC;
- Os meios e o posicionamento das unidades de AC.

¹ Martins Silva (2012). *A Artilharia na Guerra de África (1961 – 1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, Academia Militar, Lisboa.

Teixeira Pires (2011). *O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África*, Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia, Academia Militar, Lisboa.

Como numa investigação pode ser utilizado mais do que um método, para que sejam encontradas as respostas adequadas (Sarmiento, 2013, p. 7) este Trabalho de Investigação Aplicado recorre também ao método crítico. O histórico “analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à sua constituição, ao seu desenvolvimento, à sua formação e às consequências, de uma forma cronológica” (Sarmiento, 2013, p. 8) e o método crítico “baseia-se na observação crítica dos acontecimentos. Estes factos ou acontecimentos são os que se consideram fora dos padrões normais, ou seja, nos extremos da escala, ou seja, por serem muito positivos ou muito negativos (Sarmiento, 2013, p. 7)”.

De forma a não perder o foco na investigação, o trabalho está delimitado pelo período em que ocorreu a Guerra Colonial de 1961 a 1974, mencionando brevemente períodos anteriores que levaram ao início do conflito, como a Conferência de Bandung, o surgimento dos países do terceiro mundo e a consciencialização dos povos.

O estudo tem por base a pesquisa bibliográfica, onde se inclui a análise de fontes textuais e entrevistas. “A entrevista é outro recurso importante para o investigador pois é, em certas áreas ou domínios, um fortíssimo instrumento de recolha de informação” (Santos, et al., 2016, p. 75) tendo ainda vantagens como flexibilidade, permite obter informação mais precisa e ainda permite a obtenção de dados não disponíveis noutras fontes (Marconi e Lakatos cit in Santos, et al., 2016).

Esta pesquisa foi desenvolvida segundo a Pergunta de Partida de “Como estavam organizadas, equipadas, e como atuaram as unidades de Artilharia de Campanha durante a Guerra de África (1961-1974) nos três Teatros de Operações (TO) de Angola, Guiné e Moçambique?”, questão que permitiu trazer à luz qual foi a predominância da artilharia durante o Ultramar, fazendo aqui a ponte para a relação entre a orgânica, os equipamentos e a sua forma de atuação.

Mas a fim de dar resposta a esta questão central, criámos perguntas derivadas que nos permitem estudar de forma mais detalhada cada um dos aspetos em causa.

Começaremos por dar resposta à pergunta derivada 1: “Como estavam organizadas para o combate as unidades de Artilharia de Campanha?” identificando as unidades que participaram na guerra e como estas se organizaram em cada um dos TOs, e como era o seu enquadramento na estrutura de comando das forças militares.

Recorrendo à documentação relativa a algumas operações e aos testemunhos dos militares entrevistados, procuramos responder à segunda pergunta derivada “Que tipo de missões realizavam as unidades de Artilharia de Campanha?” e da mesma forma procuramos também dar resposta à nossa terceira pergunta derivada, “Quais foram os tipos

de bocas de fogo de artilharia usadas pelas unidades de Artilharia de Campanha nos três TO?”. Considerando o resultado obtido das perguntas anteriores damos resposta à nossa última pergunta derivada, sobre o dispositivo e a tipologia de posições usadas pelas unidades de artilharia de campanha, identificando assim padrões comuns e traços diferenciadores sobre o emprego da Artilharia de Campanha no três TOs.

2. PORTUGAL E A GUERRA DE ÁFRICA (1961 – 1974)

2.1. Conferência de Bandung

“O grande motor de toda esta mudança em África foi a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 18 de abril de 1955, já que estendeu a sua ajuda política aos povos africanos mais atrasados no processo de emancipação” (Barata, et al., 1988, p. 48).

Na cena mundial surge aqui o chamado “terceiro mundo”, os objetivos da conferência de Bandung em que no seu comunicado final, afirma-se em Bandung a adesão plena e inteira dos países participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e menciona-se o dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda dependentes a alcançar a sua soberania, mais do que uma revolta moral contra o domínio europeu, foi positivamente a expressão, à escala mundial, da tomada de consciência da eminente dignidade pelos povos de cor (Barata, et al., 1988).

Cedo a União Soviética se apercebeu da sua excecional importância, esta luta pela independência aproxima visivelmente, o Terceiro Mundo e o Bloco Leste.

2.2. Início da Atividade Subversiva

A presença de atividade subversiva nas colónias ultramarinas irá ocorrer inicialmente em zonas periféricas dos territórios a norte, tanto em Angola como em Moçambique, que partilham similaridades geográficas pelo facto de terem grande dimensão territorial, pois aqui a maior parte dos colonos portugueses e as estruturas do estado estavam mais presentes no litoral junto das cidades portuárias e nos terrenos férteis do centro e sul, assim a guerra desenrolou-se inicialmente no norte de cada um destes territórios (Angola e Moçambique), em zonas quase que inabitáveis de reduzida presença de colonos europeus, com baixa densidade populacional de povos locais, e fraca malha administrativa e más infraestruturas (Afonso, 2009).

Os primeiros conflitos armados de alguma gravidade vão ocorrer em Angola na Baixa do Cassange, são de cariz laboral, nesta extensa área algodoeira, a leste de Malange na origem estava o descontentamento dos trabalhadores do algodão relativamente a companhia concessionária² (Barata, et al., 1988).

² Empresa de cultura do algodão COTONANG.

Os primeiros sinais de insubordinação no norte de Angola, obrigaram os portugueses a reforçar a região com três Companhias de Caçadores Especiais (CCE), que foram colocadas junto a fronteira do Congo ex-belga. Segundo relato de Sr. José Branco³ entrevistado pelo Tenente Coronel Pires Nunes para um artigo na revista militar, este relata que as três CCE foram colocadas estrategicamente ao longo da fronteira do Congo a 1ª CCE, em Cambinda, a 2ª CCE, no Toto e a 3ª CCE, em Malange da qual este fazia parte, e que ao chegarem foram recebidos de bom agrado pela população, sobretudo branca. Ainda diz que os militares da 3ª CCE se integraram bem com a sociedade civil participando em diversos eventos sociais, no desporto, festas, em atividades religiosas, davam ainda apoio às populações mais carenciadas e durante a época das chuvas, ajudavam a desatascar inúmeros camiões que, antes da sua chegada estavam semanas atolados.

Os primeiros disparos foram dados a 2 de fevereiro de 1961, *“deram-se os primeiros tiros da Guerra Colonial que provocaram, é certo, 11 vítimas, mas tiveram o condão⁴ de fazer começar aí a pacificação daqueles povos”* (José Branco cit in, Nunes, 2018).

A partir deste momento a situação foi-se agravando por todo o território, onde dois dias mais tarde em Luanda, “alguns nacionalistas armados apenas com bastões e facas, entram na capital e atacam algumas esquadras, uma prisão e a estação de rádio, na tentativa de libertarem cinquenta e dois prisioneiros políticos, neste incidente vem a morrer sete policia e quarenta elementos do grupo atacante”, (Cann, 1998, p. 55) esta ação levada a cabo pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), marca o início da fase violenta da guerra subversiva, com a consequente necessidade de um reforço militar intenso e prolongado.

Em Moçambique a subversão violenta tem início no segundo semestre de 1964 nos Distritos de Cabo Delgado, Niassa e Tete, o primeiro incidente foi a morte de um padre da missão de Nangololo, em agosto do mesmo ano ação atribuída à União Nacional Africana de Moçambique (MANU). Só em setembro é que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) inicia a sua atividade com o ataque a um Posto Administrativo (Barata, et al., 1988).

Na Guiné Portuguesa os movimentos insurgentes começam logo a constituir-se no estrangeiro a partir de 1958, o Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (MLGCV), o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o

³ “Sr José Branco, foi militar da 3ª CCE que disparou o primeiro tiro real, desde a 1ª Grande Guerra, ou seja, aquele que, usando a expressão, ‘iniciou a Guerra Colonial’ “. (Nunes, 2018)

⁴ Condão – a Virtude

Movimento de Libertação da Guiné (MLG), entre outros. “Mas é este último, MLG que efetua, em 1963, as primeiras ações terroristas em S. Domingos e, uns dias depois, em Susana e Varela” (Barata, et al., 1988, p. 117).

Assim através destes acontecimentos anteriormente referidos a Guerra Colonial tem o seu início em Angola, a 1961, logo no início do ano, seguindo-se da Guiné em 1963, e Moçambique a 1964.

3. A TIPOLOGIA DAS UNIDADES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

As Unidades de Artilharia de Campanha na guerra subversiva

Para identificar as unidades de artilharia de campanha que estiveram envolvidas na guerra e caracterizar a sua organização em cada um dos três TOs (Angola, Guiné e Moçambique), apresentamos neste capítulo a identificação de todas as unidades mobilizadas da metrópole para África (unidades de reforço) e as unidades do dispositivo militar local (guarnição normal) em cada uma das colónias, ao nível dos diversos escalões táticos da vertente artilharia de campanha (Pelotões, Baterias e Grupos) e a sua integração na estrutura militar operacional e territorial existente durante a guerra de África (1961-1974).

3.1 Angola

No vasto TO de Angola, as unidades de artilharia de campanha estiveram organizadas, em regra, com base no escalão bateria e, por sua vez, este escalão de base (bateria de artilharia de campanha) assumiu diversas formas de organização para o combate, consoante a zona onde estava posicionada e a unidade que apoiava. Ao longo do período do conflito estiveram presentes no TO, baterias do recrutamento local (da guarnição normal) organizadas pelos Grupos de Artilharia que existiam na organização territorial da província (em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira) e também baterias “de reforço” que foram mobilizadas na metrópole (dos Regimentos de Artilharia de Lisboa, V.N Gaia, Leiria, Figueira da Foz, Penafiel e Évora) para Angola.

O TO de Angola foi aliás o único (dos três TOs) que recebeu unidades de artilharia constituídas e organizadas na metrópole, pois na Guiné e em Moçambique as unidades de artilharia de campanha foram todas organizadas com base no recrutamento local, sendo os oficiais, sargentos e alguns cabos mobilizados da metrópole.

Em Angola algumas baterias mantiveram a sua orgânica doutrinária (5 a 6 bocas de fogo) e em alguns casos desempenharam missões como unidades de atiradores, (escoltas, segurança de localidades etc;) além das missões de apoio de fogos, mas muitas outras baterias foram divididas em pelotões de artilharia (2 a 3 bocas de fogo) que eram atribuídos a unidades de atiradores (Batalhão ou Companhia), que guarneciam o vasto dispositivo militar no TO. Esta organização para combate era muito descentralizada em termos operacionais, mas os pelotões de artilharia permaneciam sob o comando administrativo e

logístico das suas baterias, relativamente à gestão do pessoal, reabastecimento de munições e manutenção das bocas de fogo.

Os gráficos seguintes mostram em resumo, todas as unidades de Artilharia de Campanha que foram empenhadas em Angola, de 1961 a 1974, e que permitem verificar a permanência das unidades ao longo dos anos no TO dando assim uma visão global do aumento ou diminuição de unidades de artilharia no decorrer da guerra, mesmo com a

Unidade/Ano	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	Observações	
GACL	[Red line]															Alteração de designação
GAC 1							[Red line]									Un. Mob. RMA
1ªBtr/GACL	[Red line]															Alteração de designação Un. Mob. RMA
Btr 11/GACL							[Red line]									
Btr 511/GAC1								[Red line]								
2ªBtr/GACL	[Red line]															Alteração de designação Un. Mob. RMA
Btr12/GACL							[Red line]									
Btr 512/GAC1								[Red line]								
3ªBtr/GACL	[Red line]															Alteração de designação Un. Mob. RMA
Btr 13/GACL							[Red line]									
Btr 513/GAC 1								[Red line]								
4ª Btr GACL			[Red line]													Alteração de designação Un. Mob. RMA
Btr 14/GACL							[Red line]									
Btr 514/GAC1								[Red line]								
GACNL	[Purple line]															Alteração de designação
GAC2							[Purple line]									Un. Mob. RMA
Btr 23/GACNL								[Purple line]								Alteração de designação Un. Mob. RMA
Btr 523/GAC 2									[Purple line]							
Btr 521/GAC 2										[Purple line]						
1ªBtr/GACNL	[Purple line]															Alteração de designação Un. Mob. RMA
Btr 22/GACNL							[Purple line]									
Btr 522/GAC2								[Purple line]								
2ª Btr/GACNL		[Purple line]														Un. Mob. RMA
GACSB	[Green line]															Un. Mob. RMA
1ª Btr/GACSB	[Green line]															Un. Mob. RMA
2ª Btr/GACSB		[Green line]														Un. Mob. RMA

Figura nº.1 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas no TO de Angola

Fonte – Elaboração própria

alteração de designação das unidades ao longo dos anos.

Em Angola, no início do conflito armado existiam as unidades de Guarnição Normal e conforme a figura nº.1 estas eram o Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda (GACL), o Grupo de Artilharia de Campanha de Nova Lisboa (GACNL) e o Grupo de Artilharia de Campanha de Sá Bandeira (GACSB) cuja organização territorial se apresenta no gráfico

seguinte com os Comandos dos Grupos e as respetivas baterias. Em 1963 verificou-se a extinção do GACSB, mas é importante salientar que não ocorreu a completa extinção das funções que este desempenhava, como mais tarde será referido no trabalho o GACSB passou a ser parte integrante do Regimento de Infantaria de Sá Bandeira (RISB), no qual estavam incorporadas as baterias previamente pertencentes a este grupo, mantendo assim a missão que tinham. É possível ainda verificar que em 1966 e 1967 existem alterações na designação das unidades, mas foi apenas isso, pois a missão das unidades continuou a mesma.

Unidade/Ano	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	Observações
GAC 157		—	—												Un. Mob. RAL4
BAC 145		—	—												Un. Mob. RAL5
BAC 146		—	—												Un. Mob. RAL5
BAC 147		—	—												Un. Mob. RAL1
GAC 518			—	—	—										Un. Mob. RAL4
Btr 515			—	—	—										Un. Mob. RAL4
Btr 516			—	—	—										Un. Mob. RAL4
Btr 517			—	—	—										Un. Mob. RAL4
GAC 1862					—										Un. Mob. RAL1
Btr 1440					—	—									Un. Mob. RAL1
Btr 1441					—	—									Un. Mob. RAP2
Btr 1442					—	—									Un. Mob. RAP2
Btr 1757							—	—							Un. Mob. RAL3
Btr 1758							—	—							Un. Mob. RAP2
Btr 1759							—	—							Un. Mob. RAP2
Btr 2581									—	—					Un. Mob. RAP3
Btr 2582									—	—					Un. Mob. RAP3
Btr 2583									—	—					Un. Mob. RAP3
Btr 3421											—	—			Un. Mob. RAP3
Btr 7340/73													—		Un. Mob. RAP3

Figura nº.2 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas na Metrópole

Fonte – Elaboração própria

Na figura 2 podemos identificar as unidades de Artilharia de Campanha que foram mobilizadas da metrópole para o TO de Angola, e que eram designadas como unidades de reforço.

As unidades mobilizadas da metrópole foram uma constante durante o conflito desde o primeiro ano da guerra, em 1961, porém a partir de 1971 podemos verificar que deixamos de ter em permanência três baterias de bocas de fogo vindas da metrópole, passando a existir apenas uma bateria (a Btr 3421) e que, após o fim da comissão desta, foi substituída pela Btr 7340, que vai ser a última e única bateria da metrópole na fase final do conflito no TO de

Angola. A diminuição de pessoal enviado da metrópole não se traduziu numa redução da quantidade de unidades de artilharia de campanha presentes no teatro de operações, porque as baterias que lá estavam como reforço e eram guarnecidas por militares da Metrópole que passaram a ser guarnecidas por recrutamento local mantendo assim as suas missões.

É ainda importante referir que do GAC 157, faziam parte as BAC 145, BAC 146, e BAC 147, do GAC 518 a Btr 515, Btr 516 e a Btr 517 e do GAC 1862 que foi extinto em 1966 faziam parte as Btr 1440, Btr 1441, e a Btr 1442, e que após 1966 o comando do grupo passa a estar integrado no GACL (Luanda), ou seja a administração logística das baterias em reforço da metrópole, assim como as do Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda passaram a ser responsabilidade do Comando do GACL (que se passou a chamar GAC 1 em 1967).

As unidades da metrópole que mobilizaram baterias foram: o Regimento de Artilharia Pesada Nº2⁵, com cinco Baterias mobilizadas, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº4⁶ mobilizou três Baterias, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº1⁷, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº5⁸ e o Regimento de Artilharia Pesada Nº3⁹ mobilizaram duas Baterias cada um e o Regimento de Artilharia Ligeira Nº3¹⁰ mobilizou uma Bateria.

3.2 Guiné

No TO da Guiné as unidades de artilharia de campanha estavam organizadas para o combate de forma bastante descentralizada, sendo empregue o escalão pelotão de artilharia (3 bocas de fogo) em apoio de unidades de quadricula (Batalhão ou Companhia de atiradores), que guarneciam o dispositivo militar presente no TO. Esta organização para combate muito descentralizada, através de pequenos escalões (3 bocas de fogo) atribuídos em regra a unidades de escalão companhia, funcionava integrada num sistema de comando administrativo e logístico centralizado numa unidade de artilharia localizada em Bissau, na capital da província.

Apesar do emprego operacional ser em regra bastante descentralizado, no apoio às operações de rotina das unidades de quadricula, algumas unidades de artilharia foram empregues também em operações pontuais envolvendo diversas unidades de quadricula e de

⁵ Vila Nova de Gaia.

⁶ Leiria.

⁷ Lisboa.

⁸ Penafiel.

⁹ Figueira da Foz

¹⁰ Évora

intervenção, cujo planeamento do apoio de fogos e a sua coordenação era responsabilidade do comando da unidade de artilharia de Bissau, que podia destacar pessoal e meios para o efeito.

Os diversos pelotões de artilharia usados no TO da Guiné, pertencentes à Bateria e mais tarde ao Grupo de Bissau, eram guarnecidos por praças do recrutamento local e a sua instrução e o seu enquadramento (oficiais, sargentos e alguns cabos) era assegurado por pessoal enviado da metrópole

O gráfico que se segue figura nº. 3 apresenta as unidades de Artilharia de Campanha presentes no TO da Guiné durante a guerra.

No caso da Guiné, que se revela ser bastante diferente de Angola, podemos ver que durante muito tempo existia apenas a Bateria de Artilharia de Campanha 1, mas mais tarde em 1970 passa a existir o GA7¹¹. Apesar da designação usada de “bateria” e mais tarde de “grupo” esta unidade de Bissau, nunca teve a composição doutrinária de uma Bateria normal a seis bocas de fogo e de um Grupo a três baterias. A organização da AC era adaptada às necessidades operacionais e o escalão territorial (bateria e grupo) tinha as suas subunidades destacadas por todo o território da Guiné. O dispositivo militar do CTIG contou com os seguintes meios de apoio de fogos ao longo dos anos e aqui podemos ver a evolução da sua organização e a realidade registada na Guiné:

- Inicialmente em 1962 existia apenas a BAC1(Bateria de Art^a de Campanha nº.1) em Bissau.
- No ano de 1964¹², 1 bateria de artilharia de campanha, com comando e 1 pelotão a 2 seções de bocas de fogo em Bissau e 1 pelotão a 3 seções em cada uma das localidades de Mansabá, Olossato, Catió, Cacine e Cabedu, ficando à data com 6 pelotões.
- Em 1966¹³, os meios de apoio de fogos são substancialmente reforçados com 9 pelotões de artilharia de campanha. Uma bateria de guarnição normal continuava em Bissau (3 pelotões) e existiam mais 12 pelotões, 11 dos quais destacados, perfazendo um total de 15 pelotões de artilharia de campanha.
- A 1968¹⁴, foi feita a maior reorganização na artilharia durante a guerra, com os novos materiais (obuses 10,5 cm e 14 cm)¹⁵ que vão ser preparados com base no recrutamento

¹¹ Grupo de Artilharia 7.

¹² Carta de situação de 23 de dezembro de 1964 (Barata, et al., 1989).

¹³ Carta de situação de 23 de dezembro de 1966 (Barata, et al., 1989).

¹⁴ Carta de situação de 04 de dezembro de 1968 (Barata, et al., 1989).

¹⁵ Ver apêndice D, Figura nº.37/38 e Figura nº.42 e dados técnicos quadros nº 3 e 6

local. Com esta reorganização o dispositivo que ficou com 14 pelotões (três de 8,8 cm; seis de 10,5 cm; três de 11,4 cm e dois de 14 cm)¹⁶.

- Em 1969¹⁷, e desde a última carta de situação embora no teatro não tenha existido alterações significativas na organização dos meios operacionais podemos ver que temos um aumento dos PelAC no seu conjunto com um total de 20 PelAC (seis de 14; três de 11,4; oito de 10,5 e três de 8,8)¹⁸.
- Em 1970¹⁹, verifica-se novamente um aumento dos efetivos de apoio de fogos de artilharia de campanha com a alteração da bateria da artilharia de campanha 1 para grupo de artilharia de campanha, este grupo coordenava técnica e administrativamente, 1 PelAAA e 27 PelAC, sendo nove de 14, dois de 11,4 e dezasseis de 10,5.
- Desde a carta de situação anterior verifica-se um novo incremento dos PelAC com a constituição de mais 7 PelAC de recrutamento local ficando assim o grupo de artilharia de campanha com 34 pelotões de AC, este era o panorama em 1974²⁰.

Unidade/Ano	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	Observações
BAC 1	—														Un. Mob. CTIG
GAC 7											—				Un. Mob. CTIG

Figura nº.3 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas na Guiné

Fonte – Elaboração própria

3.3 Moçambique

Em Moçambique as unidades de artilharia de campanha que serviram durante a guerra foram todas organizadas na própria província e levantadas nas unidades de artilharia que existiam inicialmente em Lourenço Marques na Beira e em Nampula, pertencentes ao dispositivo territorial próprio da região militar de Moçambique. As baterias de artilharia de campanha e os seus pelotões, eram constituídos basicamente por pessoal do recrutamento local e ao nível de graduados (oficiais e sargentos) a maior parte eram militares vindos da metrópole.

Apesar de existir uma organização territorial que chegou a ter 4 baterias de bocas de fogo, uma bateria e um centro de instrução de artilharia, no que diz respeito ao emprego

¹⁶ Ver apêndice D, Figura nº. 36 e Figura nº 39 e dados técnicos quadro nº 2, 3, 4 e 6

¹⁷ Carta de situação de 03 de agosto de 1969 (Barata, et al., 1989).

¹⁸ A 30SET69 os níveis de munições de 10,5cm e 8,8cm chegaram a zero assim como os níveis de granadas para morteiro 81 em PT/AHM/FO/7/b/41/2/365/25 processo 2.120.1.3.3.

¹⁹ Carta de situação de 02 de agosto de 1970 (Barata, et al., 1989).

²⁰ Carta de situação a 07 abril de 1974 (Barata, et al., 1988).

operacional, o modelo seguido em Moçambique foi baseado em pelotões de artilharia (2 bocas de fogo) destacados para apoiarem unidades de quadricula (companhias e batalhões de atiradores), sendo que estes pelotões de artilharia, apesar de operarem com grande autonomia, mantinham uma forte dependência administrativa e logística, relativamente às baterias a que pertenciam. Em alguns casos as baterias foram organizadas para o combate em pelotões (a 2 bocas de fogo) especialmente na zona norte do território em Cabo Delgado e no Niassa, mas no caso das baterias que estavam sob controlo operacional de comandos militares (em apoio como força de intervenção), estas mantinham a sua estrutura orgânica como baterias e estavam aquarteladas junto dos comandos operacionais.

Na figura nº.4 que se segue mostra as unidades de AC presentes no TO de Moçambique no período da guerra e a através dele podemos verificar que todas as unidades de Artilharia de Campanha foram organizadas na Região Militar de Moçambique. Em Moçambique logo no início da guerra existia o Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula (GACN) organizado em duas baterias e a bateria de artilharia de campanha de Lourenço Marques. Mais tarde em 1965 o GAC Nampula passou a ter três baterias, e mais tarde no final da guerra passou a ter uma quarta bateria. Por seu lado a bateria de Lourenço Marques, teve uma alteração de designação para BAC 5 e posteriormente para BAC 4, e em 1970 passou a ser designada de Bateria de Instrução e por fim Centro Instrução de Artilharia de Vila Barreto (CIArt VB).

Unidade/Ano	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	Observações
GAC N															Alteração de designação Un. Mob. RMM
GAC 6															
1ª /GAC N															Alteração de designação Un. Mob. RMM
1ª /GAC 6															
2ª / GAC N															Alteração de designação Un. Mob. RMM
2ª / GAC 6															
3ª/ GAC N															Alteração de designação Un. Mob. RMM
3ª /GAC 6															
4ª /GAC 6															Un. Mob. RMM
BAC LM															Alteração de designação Un. Mob. RMM
BAC 5															
BAC 4															
Btr Instr															
CIArt VB															

Figura nº.4 – Unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas em Moçambique

Fonte – Elaboração própria

Em Moçambique, a reorganização de 1970 trouxe alterações à artilharia onde aqui passou apenas a existir o GAC6 o qual tinha a responsabilidade de apoiar administrativamente e logisticamente todas as unidades e subunidades de artilharia da região, que eram as seguintes:

- BAI (Centro de Instrução de Artilharia), na Beira;
- 1ª BAC (em intervenção, Mueda);
- 2ª BAC, com 11 pelotões em Nangololo, Miteda; Sagal, Diaca, Omar, Nazombe, Nangade, Tartibo, Pundanmar, Nhina do Rovuma e Mocímboa do Rovuma;
- 3ª BAC (em intervenção, Vila Cabral);
- Bateria de Artilharia de Costa (19 cm) na Ilha de Xefina;
- Bateria de Artilharia de Costa (15 cm CTR) na Ponta Mahome;
- Bateria de Artilharia de Costa (15 cm CTR) na Beira.

De acordo com os dados que nos foram fornecidos pelo Coronel Art^a José Cerca da Silva complementando a nossa investigação documental, é possível conhecer a situação geral das unidades de artilharia e dos seus equipamentos em Moçambique no último ano de guerra (Dados do GAC6 em outubro de 1973);

GAC 6 - QUADRO DE MATERIAL EM OUTUBRO 1973

<i>SubUn</i>	<i>Local</i>	8,8	14	<i>SubUn</i>	<i>Local</i>	8,8	14
1ª BAC	Mueda	6		3ª BAC	Songo (CB²¹) Tete	6	2
2ª BAC	Mueda	4	2	4ª BAC	Nangade	2	2
	Sagal	2	2		Pundanmar	2	
	Diaca	2			Omar	2	
	Mocímboa Praia	2	2		Mocímboa Rovuma	2	2
	Nangololo	2		CIArt^a	Vila Barreto	6	1
	Chai	2		BCS	Lumbo	2	
				Só Mat	Vila Cabral	6	
Subtotal		20	6	Subtotal		28	7
Total		48	13	61			

Figura nº.5 – Quadro de Material em outubro de 1973

Fonte – Coronel Art^a José Cerca da Silva

²¹ CB – Cahora Bassa, na Aldeia de Songo no distrito de Tete

Através do quadro anterior é possível constatar que a 2ª e a 4ª Baterias estavam organizadas em diversos pelotões e que estes estavam distribuídos por diversas localidades, em apoio das unidades de atiradores nas zonas onde a ameaça implicava uma intensa atividade operacional (Mueda e Nangade) e por outro lado a 1ª e a 3ª Baterias estavam preparadas para atuarem subordinadas ao controlo centralizado de comandos operacionais (sectores de Mueda e Cahora Bassa). No referido quadro podemos ainda conhecer a distribuição e a quantidade de material de artilharia existente no TO de Moçambique

3.4. A organização das Unidades de AC nos Teatros de Operações

Em relação à organização das unidades de artilharia de campanha, podemos verificar que em cada um dos três TOs existiu um modelo próprio de organização da artilharia, mas apesar disso podemos identificar um padrão comum aos três casos (Guiné, Angola e Moçambique).

A situação que se vivia em Moçambique é aquela que mais se aproxima ao que se vive na Guiné com um grupo de artilharia de campanha altamente sobrecarregado de unidades (pelotões destacados) como podemos verificar embora a mesma situação tenha acontecido em Angola, não foi na mesma dimensão que aconteceu nestes dois teatros.

Em cada um dos TOs existiam unidades da organização territorial, de escalão Bateria ou Grupo, que funcionavam como “unidade mãe” da qual dependiam outras unidades mais pequenas. Esta dependência era sobretudo ao nível administrativo e logístico, pois ao nível operacional verificava-se uma grande descentralização no emprego da artilharia em apoio das unidades de quadricula que guarneciam o vasto dispositivo militar em cada colónia.

Em alguns casos estas unidades “mãe” também tinham relações de comando de natureza operacional sobre as suas subunidades, mas em regra, dada a dispersão do dispositivo e a natureza da guerra subversiva, as unidades de artilharia, organizadas em pequenos escalões como o pelotão (duas ou três bocas de fogo) tinham uma grande autonomia ao nível operacional e a sua dependência em relação ao escalão superior de artilharia (bateria) era essencialmente de natureza administrativa e logística e mesmo neste campo, apenas no âmbito da gestão do pessoal de artilharia, no abastecimento de munições e na manutenção dos equipamentos, pois a alimentação e outras funções logísticas eram asseguradas pelas unidades de atiradores (Batalhões e ou Companhias independentes) a que os pelotões de artilharia eram atribuídos.

Assim era comum existir uma unidade mãe de escalão, Grupo ou Bateria de artilharia de campanha, que assegurava a instrução e a organização de unidades de artilharia de escalão bateria ou pelotão.

Como nos descreve o Coronel Lourenço perante aquilo que acontecia na Guiné, a organização para o combate de um pelotão de AC era feita da seguinte forma;

“Os pelotões eram constituídos por 3 peças²² por norma, e estavam sob o comando de 1 alferes miliciano e 3 comandantes de secção e ainda havia no pelotão 1 Cabo Transmissões e 1 Cabo Munições, estes eram aqueles que vinham da metrópole” (Lourenço, comunicação pessoal, 6 março; 2018).

“Para efetuar o levantamento de um pelotão de artilharia de campanha vinham da metrópole o alferes miliciano os comandantes de secção os apontadores o cabo de munições e o de transmissões para Bissau onde estava o comando. Eram também aqui incorporados os nativos que iram fazer parte do pelotão que faziam a recruta, recebiam instruções do alferes miliciano e dos sargentos²³ supervisionados pelo alferes dos quadros que fazia parte do comando, era como se fosse a direção de ensino, e era assim dava-se a recruta a estes soldados todos e constituíam-se os pelotões” (Lourenço, comunicação pessoal, 6 março; 2018).

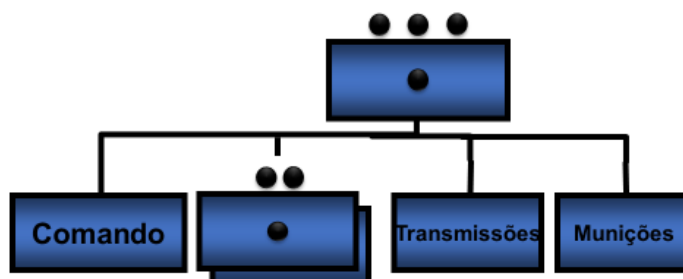


Figura nº.6 – Constituição típica de um pelotão de Artilharia

Fonte – Elaboração própria

Este era o caso que acontecia na Guiné como nos é descrito pelo Coronel Lourenço, em que para os pelotões em reforço a norma passa a ser as 3 bocas de fogo após a chegada do General Spínola em 1968 e esta mantém-se até ao final da guerra (1974), mas em Angola e em Moçambique por norma os pelotões de artilharia estiveram organizados a 2 bocas de fogo. Em regra, eram atribuídos Pelotões de AC às unidades de atiradores, mais expostas ao inimigo ou cuja missão fosse mais difícil, sendo em regra atribuído apenas um Pelotão, mas também houve casos em que um dado aquartelamento, podia estar reforçado com mais do

²² A cada peça corresponde uma secção.

²³ Sargentos comandantes de secção

que um Pelotão de AC. A organização não era rígida e esteve sempre sujeita a alterações, devido às condições operacionais e devido às faltas de material e de pessoal.

Segundo o Coronel Moraes da Silva na Guiné o Alferes Miliciano que comandava o pelotão de artilharia era também um concelheiro do comandante da companhia de atiradores para o auxiliar no apoio de fogos e na utilização da artilharia, como será abordado de forma mais detalhada noutra capítulo deste trabalho.

Pela exigência técnica das suas especialidades, os sargentos comandantes de Secção, os Apontadores, o Cabo de Munições e o de Transmissões eram normalmente colocados em rendição individual, vindos da metrópole para desempenhar estas funções, mas como revela o Coronel Ribeiro Soares, a falta de pessoal levou a que fossem preparados Cabos Apontadores com militares do recrutamento local, em Angola (em 1964), tal como em Moçambique, como refere o Coronel Cerca da Silva (que foi 2 ° Cmdt da BAC2 do GAC6): “para guarnecer os 20 obuses (14 de 8,8 cm e 6 de 14 cm) que compunham a minha bateria, tinha em falta 51 Praças das especialidades de artilharia de Campanha” (Cerca da Silva, transmissão pessoal, 18 abril 2018).

Em Moçambique alguns dos pelotões destacados eram comandados por furriéis (comandantes de secção) pelo que o modelo orgânico que apresentamos nem sempre funcionava de acordo com o quadro teórico doutrinário, tendo existido sempre necessidade de fazer adaptações orgânicas, com base no pessoal disponível e das suas aptidões. Ao nível da tipologia dos materiais, também foi necessário empregar uma grande variedade de sistemas de armas, enviados da metrópole para reforçarem os meios cada vez mais necessários em África. Entre os sistemas de armas que estavam ao serviço do exército, o obus 8,8 cm (de origem britânica) foi o mais usado e seria o mais adequado aquele tipo de operações, contudo foi necessário usar também sistemas mais pesados como a peça 11, 4 cm e o obus 14 cm.

A figura seguinte mostra a organização da artilharia de campanha em Angola em 1964 (com as unidades de Guarnição Normal e de Reforço) todas equipadas com o obus 8,8 cm, tirando algumas unidades de reforço que estavam equipadas com Obus M 7,5 cm, antes da entrada ao serviço de outros tipos de materiais como as peças 11,4 cm e os obuses 10,5 cm e 14 cm, mas pesados do que o sistema 8,8 cm.

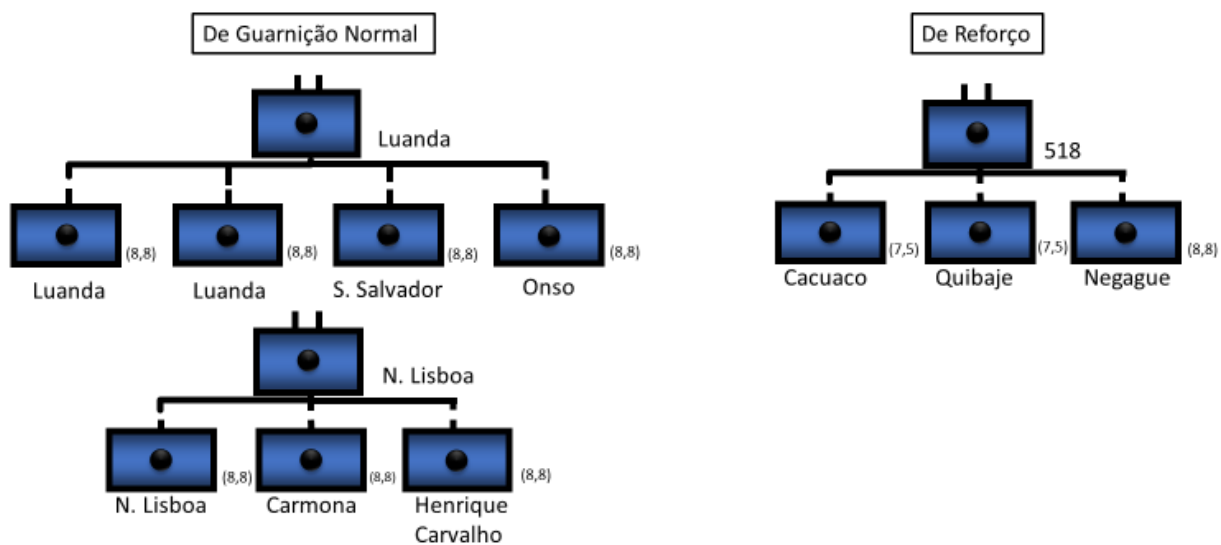


Figura nº.7 – Organização da Artilharia em Angola 1964
 Fonte – Elaboração própria a partir de PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97

4. A MISSÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA ENTRE A DOCTRINA E AS ADAPTAÇÕES À REALIDADE

4.1 Delimitação conceptual

Depois da 2ª Guerra Mundial, várias forças armadas poderosas foram forçadas a recuar perante inimigos subversivos, como é o caso das forças armadas francesas na Indochina e na Argélia. “Povos renunciaram à defesa de direitos indiscutíveis, só porque a guerra subversiva os ameaçava, como é, talvez o caso da Bélgica” (Pinheiro, 1963, p. 13).

Desta forma podemos ver o medo que uma guerra subversiva incutia nas nações europeias este novo tipo de guerra que destruía impérios e ameaçava a forma de vida da velha civilização ocidental, pondo em jogo os interesses do ocidente. Agora em especial para nós Portugal, a guerra subversiva ameaçava o nosso império.

4.2 Conceito de Guerra Subversiva

Para apresentar o conceito de guerra subversiva podemos considerar a seguinte definição usada em 1963: “a guerra subversiva é a luta conduzida no interior de um território, por parte dos seus habitantes, reforçados e ajudados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território, com a finalidade de lhes retirar o domínio desse território e da sua população ou, no mínimo, paralisar a ação dessas autoridades” (Pinheiro, 1963, p. 18), esta definição já tinha sido também abordada no manual, “O Exército na Guerra Subversiva”, na 1ª parte²⁴, de forma mais abreviada, onde explana o também o objetivo da Guerra Revolucionária, sendo esta um tipo de guerra subversiva que tem em vista a implantação do comunismo em todo o mundo.

A doutrina político-militar do Estado Novo revelava o receio do conflito se tornar numa guerra revolucionária, deixando de ser uma guerra que visava o afastamento do poder colonial para que as colónias obtivessem a sua independência e capacidade de autonomia própria, para ter o objetivo de implantação do comunismo.

O conceito de guerra subversiva considerava que este novo tipo de guerra era baseado em:

- Luta no interior de um território;

²⁴ O manual era composto por duas partes, sendo 1ª Parte, Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades da Contra Guerrilha lançado a julho de 1961 e a 2ª Parte, Apoio das Autoridades Civas lançado a abril de 1962.

- Conduzida por parte da população;
- Contra as autoridades estabelecidas.

4.2.1 Fases da Guerra Subversiva

No esquema da guerra subversiva aborda ainda cinco fases ou tempos, nos quais as últimas guerras subversivas tinham evoluído:

- 1ª fase – Fase *preparatória* ou de preparação da subversão;
- 2ª fase – Fase de *agitação* ou da criação do ambiente subversivo;
- 3ª fase – Fase do *terrorismo* e da guerrilha ou da solidificação da organização subversiva;
- 4ª fase – Fase do *Estado subversivo*. Correspondente à criação de bases, de governo rebelde e de forças pseudo-regulares;
- 5ª fase – Fase *final* ou da insurreição geral e da guerra propriamente dita.

Salienta ainda que “raramente um movimento subversivo atinge as suas finalidades se, nas suas linhas gerais de desenvolvimento, não respeita a lógica do esquema” (Pinheiro, 1963, p. 24), assenta aqui a franqueza dos movimentos subversivos, se estes não consolidam a sua ação numa fase anterior e avançam para a próxima, o movimento fica vulnerável às forças de ordem se estas tiverem em condição de deter o movimento.

4.2.2 Doutrina Existente

Para fazer face a este conflito num ambiente de guerra subversiva o exército logo nos primeiros meses de guerra²⁵, publica “O Exército na Guerra Subversiva – Guia para emprego de Pequenas Unidades na Contraguerrilha” que descreve a guerra subversiva e aborda os seus princípios, referindo de que forma e em que momentos esta é mais frágil.

Genericamente vai também abordar as características principais da guerrilha, os princípios de contraguerrilha, planeamento geral, que fatores devem ser analisados ao avaliar a ameaça de guerrilha, e em determinada área, qual a conduta das operações e que forças devemos empregar. A importância desta primeira publicação para o trabalho reside no segundo capítulo do livro na “Ação militar – Secção II A Artilharia” no qual descreve que a artilharia devido ao terreno em que as forças guerrilheiras se refugiam limitará normalmente ou impede mesmo o uso da artilharia pela forma convencional.

²⁵ Em julho de 1961.

Mas devido ao seu efeito desmoralizador sobre as guerrilhas justifica muitas vezes o seu emprego mesmo com a possibilidade de danos no próprio material, por isso antes de excluir o seu apoio, devemos esgotar cuidadosamente todas as possibilidades. A publicação refere a possibilidade de utilizar a observação aérea, as cartas e o reconhecimento do terreno para obter a surpresa. Já tem em conta grandes as características do terreno em que a observação da zona do alvo é normalmente impraticável, os cálculos dos ângulos de sítio e a localização dos objetivos são muito difíceis, ou mesmo impossíveis, e novamente referindo o apoio aéreo temos a possibilidade utilizar o mesmo para o abastecimento de munições.

No ano de 1963 é publicada parte de um manual de guerra subversiva, “Operações Contra Bandos Armados e Guerrilha”, novamente este é um ponto de referência para a investigação, do ponto de vista de como a artilharia devia ser empregue, neste refere novamente as dificuldades do emprego da artilharia assim como a sua essencialidade para a luta às guerrilhas, mas acrescenta algo de novo, as finalidades de atuação da artilharia nas operações contra bandos armados e guerrilhas sendo estas, a *destruição* ou *neutralização* de quartéis, acampamentos, depósitos e outras instalações rebeldes de localização bem definida, *interdição* de pontos de passagem obrigatória do inimigo, *flagelação* das zonas onde se saiba que os rebeldes existem, por forma a criar-lhes clima de insegurança, baixar a moral, obrigá-los a dispersar e levá-los a sair para outras regiões onde a ação da Infantaria ou Cavalaria seja mais fácil, e *deceção* batendo zonas diferentes daquelas onde se pretende levar a efeito ações ofensivas mais completas.

4.3 Missões e Organização para o Combate

Relativamente às missões e a organização para o combate temos de considerar cada um dos teatros de forma individualizada pois em cada um deles existe uma realidade diferente, com Comandantes diferentes temos diferentes ideias, cada teatro de operações vive a guerra de uma maneira muito própria que tem de se tomar em conta e a intensidade varia não só de teatro para teatro, mas também de zona para zona dentro de cada região.

4.3.1 Angola

A pouco mais de um ano do inicio do conflito a 8 de agosto de 1962²⁶ o Comando da RMA faz a revisão da organização do tempo de paz, no qual está prevista um Grupo de Artilharia em Sá da Bandeira, mas devido às dificuldades em quadros e falta de material

²⁶ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//04

pouco mais de uma bateria de artilharia era, do ponto de vista operacional, então por forma a manter aquilo que era a missão atual do GAC SB foi proposta uma bateria reforçada a 2 secções ficando assim com 8 em vez de 6.

Fazia então parte desta proposta;

- Dissolver o GAC SB passando o aquartelamento para um Batalhão Metropolitano com Sede em Sá da Bandeira;
- Ficar integrada no RISB a Bateria de Sá da Bandeira a 8 secções; esta bateria ficará perante o RISB como qualquer das suas companhias;
- Recolher para os depósitos todo o material em excesso para completamento de outras unidades;
- Empregar o pessoal em excesso no completamento de outras unidades.

A 19 de abril de 1963 o Estado Maior do Exército responde com parecer positivo a esta alteração nos quadros orgânicos de guarnição normal²⁷, que embora seja uma alteração que visa um melhor aproveitamento de recursos era sem dúvidas, uma redução da artilharia no teatro de Angola para descrédito da artilharia de campanha.

Não tinha ainda passado um ano desta última alteração ser aprovada a 21 de março de 1964²⁸ estava o comando da RMA a pedir um reforço de artilharia à região, e assentava o seu pedido nos seguintes pontos para que houvesse agora um parecer favorável ao aumento de artilharia;

- Este Comando sabe a dimensão exata das limitações que as unidades de artilharia encontram na guerra subversiva, quando empregues no seu verdadeiro papel de arma de apoio, e que resultam fundamentalmente das características de terreno que provocam dificuldades à observação, ao deslocamento, à escolha de posições e ao estabelecimento da ligação e das transmissões – da falta de cartas em escala e com precisão suficiente, da ausência de objetivos remuneradores e da necessidade de lhes ser garantida proteção adequada dada a descentralização que caracteriza as operações.

- A aceitação à priori das limitações atrás referidas, sem que houvesse por outro lado a sua ponderação com os fatores positivos da Arma, reforçada com o facto das unidades de Artilharia da RMA nem sempre terem sido empregues de forma rendosa originaram a

²⁷ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//14

²⁸ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//01

descrença na sua atuação eficiente e generalizaram a opinião de que nada ou muito pouco podia ser pedido à Artilharia neste tipo de guerra.

- A melhoria que, entretanto, tem vindo a verificar-se quanto ao emprego operacional das Unidades de Artilharia da RMA, nomeadamente no que respeita à utilização em missões de quadricula os efeitos obtidos pelas ações de flagelação sobre certas zonas ocupadas pelos terroristas e de refugio de populações, a maior preocupação em as aplicar somente quando se reúnem condições que prevejam a obtenção de resultados positivos, a sua atuação indistinta como Btr de bocas de fogo e Companhia de Atiradores de Artilharia, tem contribuído para que aquelas unidades comecem a ser consideradas meios de real valor na contra guerrilha.

- Com efeito, algumas dezenas de baixas comprovadas já causadas, declarações de prisioneiros testemunhando o autêntico clima de insegurança vivido em certas zonas dos setores, o abandono de lavra, a atuação rendosa da 2ªBtr/GACL indistintamente como Btr ou CArt da 1ªCArt/GACNL e das Btr 516 e Btr 517 constituem exemplos do que anteriormente se afirma e determinam dados os bons resultados já alcançados a necessidades de se proceder à reorganização imediata da Artilharia da RMA, com vista a existirem os efetivos e os tipo de material a que a situação atual aconselha.

- No âmbito da reorganização anteriormente mencionada, e numa antecipação a um estudo pormenorizado que se espera submeter em breve à decisão superior, considera-se indispensável dispor com urgência de 3 baterias 11,4 cm²⁹.

Este pedido de aumento de artilharia assim como o pedido de estudo pormenorizado para o mesmo aumento são, pedidos pelo próprio General Comandante da RMA Reverendo da Conceição, que vê na urgência de dispor das 3 baterias de 11,4 cm para, prolongar os resultados já obtidos com as ações de flagelação até aos limites das extensas ZA das Companhias, com o mínimo de mudanças de posição, sempre difíceis na época das chuvas e com os itinerários existentes, a fim de reforçar com artilharia certos setores, afim de explorar o mais possível a influência psicológica que o tiro de Artilharia exerce, comprovadamente nos terroristas e nas populações refugiadas nas matas.

A resposta ao pedido de reforço de 3 baterias de 11,4 cm e o estudo do emprego da artilharia na RMA são emitidos a 11 agosto de 1964 pelo Estado Maior do Exército³⁰, e como resultado deste estudo dá a seguintes conclusões do estudo proposto;

²⁹ Referido mais tarde que cada uma destas baterias de 11,4 cm m/946 deveriam ser a 6 peças cada.

³⁰ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//16

- Quanto aos resultados obtidos através dos fogos de flagelação e da utilização indistinta da Bateria, quer como unidade de Artilharia quer como companhia de Caçadores, o EME julga-se de interesse referir que, desconhecem-se, efetivamente, quaisquer resultados positivos que habilitem a apreciar os efeitos do tiro de flagelação na destruição do inimigo. Nos relatórios recebidos esses resultados são referidos da forma vaga, baseando-se praticamente em declarações de prisioneiros e indícios (rastros de sangue, despojos, cheiros nauseabundos), e o emprego da Artilharia, em missão mista de Artilharia e Caçadores começou a executar-se, na RMA, em 1962 não constituindo, pois, prática recente.

- O EME identifica a prática dos fogos de flagelação como uma melhoria e a qual vai dar particular atenção, mas vai identificar os seguintes problemas, a generalização desta modalidade de tiro poderá conduzir ao rápido fracionamento das unidades de artilharia, o que poderia ir até a boca de fogo isolada (facto já verificado acrescenta), em consequência este elevado grau de desmembramento pode levar a impossibilidade de se retomar o seu comando centralizado quando necessário.

- O grau de desmembramento das unidades de Artilharia e a dependência imposta pela necessidade de segurança do material obrigam a colocar as bocas de fogo nos estacionamentos permanentes das nossas tropas, e como consequência este facto pode conduzir à passividade das tropas tendência que se crê espontânea e natural quando não eficientemente contrariada, com isto tem em conta o perfeito cabimento e interrogativa de “Para quê ir-se a determinado objetivo, correr riscos escusados, quando a Artilharia pode com total segurança física e mais fortes probabilidades de obter surpresa colocar nele alguns tiros?” coloca ainda que a passividade das tropas pode ter reflexos graves (pelo menos localmente) na atividade operacional, razão porque se considera este ponto como fundamental para apreciação do problema.

- A rarefação de unidades militares em extensas zonas de ação e, relativamente a cada uma destas últimas. Os números de objetivos prováveis para a artilharia, número que cifrará em várias centenas poderá levar a um enorme consumo de munições. Consequências, o consumo de munições pode tornar-se proibitivo, quer por exaustão dos níveis, quer por motivos de ordem económica, acrescentando ainda a circunstância das dificuldades no transporte de reabastecimentos de munições.

- A generalização das ações de flagelação admite-se na medida em que, pelo emprego sistemático e fracionado da artilharia, o inimigo venha a perder o respeito que hoje ainda lhe infunde aquela Arma.

Com base nas conclusões deste estudo o Estado-Maior do Exército emite o seguinte parecer³¹ dizendo que, a evolução da situação e o aumento de potencial de combate inimigo poderão vir a determinar um emprego mais lato da Artilharia, nomeadamente em ações potentes e profundas, eventualidade que poderá justificar até a necessidade de a RMA passar dispor dum mínimo de materiais adequados ao fim em vista. Para satisfação, parcial ou total, do pedido da RMA pondera-se que, embora exista material de artilharia para o efeito, no respeitante a pessoal o problema é muito difícil de resolver, assim sendo nestas condições poder-se-ia pensar em mandar o material para uma bateria, sendo respetivo pessoal a constituir e instruir na própria Província à custa de elementos nativos.

Neste mesmo documento ainda vem em anexo o despacho do Ministro da Defesa Nacional que diz “Concordo, por isso, com as considerações de E.M.E. julgo, no entanto, vantajosa a organização, logo que possível de uma bateria. O seu emprego pela região permitirá tirar conclusões para decisões futuras, quanto a este problema. Dadas, porém, as dificuldades, no que respeita a pessoal, apontadas pelo E.M.E., este problema, isto é, o do pessoal, deverá ser resolvido localmente: o E.M.E. enviará material para uma bateria e o pessoal será recrutado do respetivo contingente e instruído em Angola.”

Em dezembro de 1964 o Comando da RMA volta a insistir numa alteração para os quadros da angola, tal como a proposta para uma organização quaternária das companhias de caçadores por parte do Comando da RMA.

À data da proposta para alteração dos QO, esta mantinha a organização de 1960, a qual segundo o Comandante da RMA, Reverendo da Conceição, dizia “os quadros orgânicos das Unidades de Artilharia da RMA, elaborados em 1960, já não satisfazem as necessidades actuais, pelo que se concebeu uma organização que permitia às baterias actuarem também como unidades de caçadores, quando necessário”.³²

A solução proposta que se apresenta para a bateria, obedece a um variado número de características que são importantes de salientar as que seguem;³³

- Abolição do material 7,5, mas em caso de existir possibilidade de obtenção e fornecimento com regularidade de munições por parte da metrópole, devem

³¹ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//15

³² Retirado de transmissão do Comandante da RMA para o Chefe do EME a 21OUT64 no Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97

³³ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//25

manter-se as 2 baterias de 7,5 em reforço, não existindo essa possibilidade deveriam ser substituídas por 8,8 ou 10,5.

- Aos Pel de Obuses, seja dada maior viabilidade de autonomia pela sua constituição interna e atribuição de efetivos.
- Na atribuição de armamento atende-se à diversidade de armamento individual, criando-lhe um potencial de fogo análogo à Companhia de Caçadores.
- Que se devia tomar em consideração que a experiência não aconselha o fracionamento da Btr mesmo a nível excecional, até ao nível Secção, sendo preferível articulá-la em Pelotões de pelo menos duas bocas de fogo.
- A atribuição de um subalterno para Adjunto do Comandante, normalmente iria exercer as funções de 2ºCmdt (parte administrativa), mas poderia substituir o próprio Cmdt em qualquer Cmdt de Pelotão.
- Que fossem atribuídas à Btr 8 secções de Obuses, por forma a permitir, quando as circunstâncias o exigem, a divisão da mesma em 4 Pelotões de 2 bocas de fogo, ou em 2 “Baterias” a 4 bocas de fogo.
- Constituem-se Pelotões com: 2 Secções de Obuses, 1 Secção de Apoio e Defesa Imediata e 1 Secção de Comando de Tiro (com os elementos de Topografia e P.C.T. necessários à determinação de elementos de tiro).

Estes pontos chave traziam a vantagem de:

Possibilidade de atuação quer como Companhia de Atiradores quer como Bateria;

A ausência da necessidade de proteção por parte da unidade apoiada para a sua segurança em deslocamentos ou em posição quando atua como bateria, dá autonomia aos pelotões quer sobre o aspeto técnico quer sobre o aspeto tático – segurança – atuando como Artilharia ou Infantaria;

Potencial de fogo equiparado a uma Companhia de Caçadores;

Possibilidade de articulação da Bateria em 4 pelotões de bocas de fogo autónomos a 2 bocas de fogo cada ou em 2 Baterias de tiro a 4 bocas de fogo cada, se necessário.

Inconveniente:

Um considerável aumento de efetivos para o aumento de potencial de fogo e a articulação pretendida.

Devendo-se ter em conta que o efetivo que aqui era proposto solucionava o problema de efetivos das Unidades de Artilharia da Guarnição Normal no que respeita à sua segurança,

sendo de realçar o equilíbrio estabelecido entre o número de praças metropolitanas e naturais.

A esta proposta apresentada falta a resposta por escrito do Estado Maior, que segundo consta em arquivo foi transmitida a 10 de fevereiro de 1965, mas podemos facilmente perceber que foi negada, visto que 2 meses depois o Comando da RMA volta a, insistir numa reorganização da Artilharia em Angola desta vez propondo uma nova reorganização territorial das baterias onde se tenta novamente alterar os materiais utilizados e a orgânica ainda acrescentando ao pedido 3 baterias 11,4 e 2 de 8,8cm.

Ao qual a resposta por parte do EME³⁴ a 12 abril de 1965 foi que o material de 7,5 e 8,8 será mantido na RMA, não sendo por enquanto de encarar a substituição do 7,5cm por 10,5, a atual estrutura da Artilharia de tempo de paz não deverá ser alterada, e a organização das baterias deverá ser considerada dentro da atual fórmula ternária, embora dando-lhe a possibilidade de atuar como tropa de caçadores e que seria enviada uma bateria de 11,4³⁵. Ao que dá para perceber este parecer refere-se também à proposta da organização quaternária e atuação das unidades como caçadores.

A partir deste momento para Angola não existe mais nenhuma proposta em arquivo, e por aquilo que é possível verificar a partir de 1966 não temos mais alterações aparentes nas baterias de artilharia de Angola.

4.3.1.1. Tipologia de Missões

Através dos relatos do Coronel Art^a Ribeiro Soares que esteve em Angola no início da guerra, podemos compreender que algumas baterias de artilharia de campanha, além da sua missão de apoio de fogos, também realizaram missões como unidades de infantaria. Embora não seja o objeto de estudo deste trabalho, sabemos que o maior esforço de mobilização da arma de artilharia durante a guerra (1961 – 1974) foi mesmo ao nível das Companhias de Artilharia (CArt) e Batalhões de Artilharia (BArt) que atuavam como unidades de atiradores de infantaria.

Além da sua experiência numa unidade de atiradores de artilharia com a CArt106 o seu testemunho mais útil a este trabalho refere também as missões realizadas pelas Baterias de artilharia de AC em Angola, “[...] enquanto que os outros tinham armas automáticas e camuflados, nós tínhamos uma farda amarela e a velha mauser, íamos para a frente e vamos

³⁴ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//36

³⁵ O material para a Btr estaria pronto a enviar em meados de Abr/65 mas o exercito só poderia dispor de pessoal a partir de 1966.

ver se não temos muitas baixas, e felizmente não tivemos, houve inclusivamente o caso de um batalhão que pôs a companhia de artilharia a frente a abrir caminho” (Soares, comunicação pessoal, 4 abril, 2018). O seu testemunho revela ainda que nas primeiras comissões o pessoal que foi como atirador de artilharia não tinha grande formação para aquele tipo de guerra, mas depois nas comissões seguintes o pessoal de artilharia já tinha uma formação mais rica em infantaria, embora fosse reduzindo a formação específica em artilharia.

Sobre a tipologia das missões realizadas pelas unidades de artilharia em Angola, relatadas pelo Coronel Soares e realizadas pelas unidades de artilharia de campanha podemos referir as seguintes:

Escoltas, eram utilizadas as unidades de artilharia devido ao facto de estas serem mais motorizadas que as restantes unidades, pois no teatro de operações em Angola enquanto uma unidade de artilharia³⁶ de campanha possuía 4 viaturas devido à necessidade de rebocar os obuses e transporte de munições, os seus pares não tinham essa sorte, porém isto faria que as guarnições de artilharia de campanha fossem utilizadas para efetuar as escoltas ao apoio logístico, esta necessidade que havia de viaturas para as restantes armas em Angola é bastante saliente num relatório³⁷ logo em 1961 em que o EME dizia para 3ª e 4ª Repartição que “Fomos informados existirem essa província 58 bocas fogo artilharia 8,8 com 42 tratores morris. Fomos também informados que parte daquele material ainda não dispõem respectivas guarnições. Nestas condições concluímos que não serem necessários correspondentes bocas de fogo mesma bateria seria também conveniente empregar morris existentes província [...]”, esta mensagem vem a realçar a necessidade que havia de viaturas no teatro de operações que como podemos ver foram utilizadas viaturas Trator Morris que estavam destinadas ao reboque das bocas de fogo e tendo em conta que das bocas de fogo existentes nem todas tinham as suas guarnições estas viaturas foram distribuídas para outras unidades que delas necessitavam até ao momento.

Em Angola logo no início da guerra, a artilharia foi chamada a prestar *apoio de AC às operações no norte de Angola*, como foi o exemplo de uma operação de limpeza às lavas³⁸ fazendo fogos de *flagelação* para onde se suponha que o inimigo estava localizado. Como exemplo deste tipo de operações temos a “Operação Viriato” que se realizou no norte de

³⁶ Unidade do Escalão Pelotão

³⁷ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/41/4/366/28, processo número 2.120.2.135

³⁸ Terrenos agrícolas/ de cultivo

Angola em julho de 1961, sendo a primeira operação da guerra de África (1961-1974). A guerra tinha começado em Angola com as ações da UPA, que se instalou na região de Nambuangongo, declarando ter estabelecido ali o "Reino de Nambuangongo", cuja fronteira Sul era definida pelo Rio Lifune, depois de terem destruído a ponte sobre o rio Lifune, em Anapasso. Perante esta situação o Comando Chefe determinou a ocupação de Nambuangongo e para isso foi realizada a operação Viriato.

A manobra geral e a organização para o combate foi a seguinte:

- O Batalhão de Caçadores 114, (com uma bateria de artilharia que lhe foi atribuída) partia da sua base na região de Caxito/Mabubas e avançava por Anapasso, Quicabo, Balacende, Quissacala, Beira Baixa, Bela Vista, Onzo até atingir Nambuangongo;

- O Batalhão de Caçadores 6 (BC 96), com base em Úcua e contornava a Pedra Verde e avançava por Pedra Boa, Quibaxe, Quitexe, Mucondo, Muchaluando, Onzo até Nambuangongo;

- A Companhia de Caçadores 158 (reforçada), com base na região de Ambriz, avançava através de Zala, Onzo até atingir Nambuangongo.

A operação teve início em 10 de julho de 1961 e consistia na progressão de três unidades por três eixos diferentes e convergentes sobre o objetivo "Nambuangongo". Estas unidades de manobra foram apoiadas por artilharia, engenharia e pela Força Aérea, numa manobra com um carácter convencional, de acordo com os conhecimentos dos militares naquela época. Participou nesta operação a Bateria de Artilharia 147 (mobilizada pelo RAL 1 Lisboa) integrada no Grupo de Artilharia de Campanha 157. Esta Bateria foi atribuída ao referido Batalhão de Caçadores nº 114 e apoiou a sua ação na recuperação de Nambuangongo e de Pedra Verde.

As Baterias deste Grupo de Artilharia de Campanha nº 157, eram as baterias 145, 146 e 147 e foram as primeiras unidades de artilharia de campanha que tiveram experiência na guerra de África. As baterias 145 e 146 foram mobilizadas pelo RAL-5 Penafiel e serviram em Angola desde 7 de julho de 1961 até 30 de setembro de 1963.

Noutra fase esta unidade de artilharia apoiou o avanço até Pedra Verde, estando posicionada na Roça Quibaba com seis obuses 7,5 cm e dois obuses 8,8 cm³⁹, que durante a noite flagelaram, com fogos de artilharia, algumas posições adjacentes à Pedra Verde.

Estas primeiras unidades de artilharia de campanha também reforçaram as unidades de infantaria na realização de *patrulhamentos*, como aconteceu no Norte de Angola, na

³⁹ Ver Apêndice E

região de Teixeira de Sousa, (atual Lualo), onde se registaram infiltrações do inimigo (Soares, comunicação pessoal, 4 abril, 2018).

Para as missões de *Defesa Imediata* de uma posição ou localidade, o processo descrito por Ribeiro Soares implicava o deslocamento da artilharia para uma posição adequada para 2 bocas de fogo, onde os artilheiros do Pelotão de AC preparavam uma prancheta topográfica, para marcarem vários objetivos isolados e grupos de objetivos (tiro indireto) e também planeavam tiro direto. (Soares, comunicação pessoal, 4 abril, 2018).

4.3.1.2 O desafio do abastecimento de munições

Em Angola nos anos iniciais do conflito foi feito um estudo do consumo médio⁴⁰ de munições no qual temos os consumos de Angola em da Guiné embora ainda fosse uma pequena fração dos 13 anos de conflito temos já serviu para negar várias propostas de alteração da organização da artilharia⁴¹.

Munições de 7,5 e de 8,8 existentes nos Paços (Metrópole), em 15 novembro de 1964⁴² e na RMA a 31 agosto de 1964⁴³;

Salienta-se que para as munições de 8,8 são utilizadas as espoletas que servem simultaneamente às granadas para os materiais de 11,4 e de 14 e das quais existe 16539, sendo assim o máximo de munições para o material 8,8 seria de 16539. O documento refere ainda que estariam encomendados dois carregamentos de combinação granada espoleta de 18000 granadas 7,5 (12000 + 6000), mas que por dificuldades de ordem vária⁴⁴, estava bastante protelado e não seria aconselhável contar com estas nos próximos tempos. Relativamente às granadas 8,8 não havia aquisições previstas.

⁴⁰ Estudo visava a possível aprovação da organização quaternária das unidades de artilharia para a sua atuação como unidades de artilharia de campanha e de caçadores em 1964, retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//26.

⁴¹ Um dos fatores que levou a que organização quaternária das unidades de AC fosse mais tarde negada.

⁴² Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//26.

⁴³ Ver Figura nº. 8.

⁴⁴ Presume-se dificuldades das relações a nível internacional, para adquirir armamento.

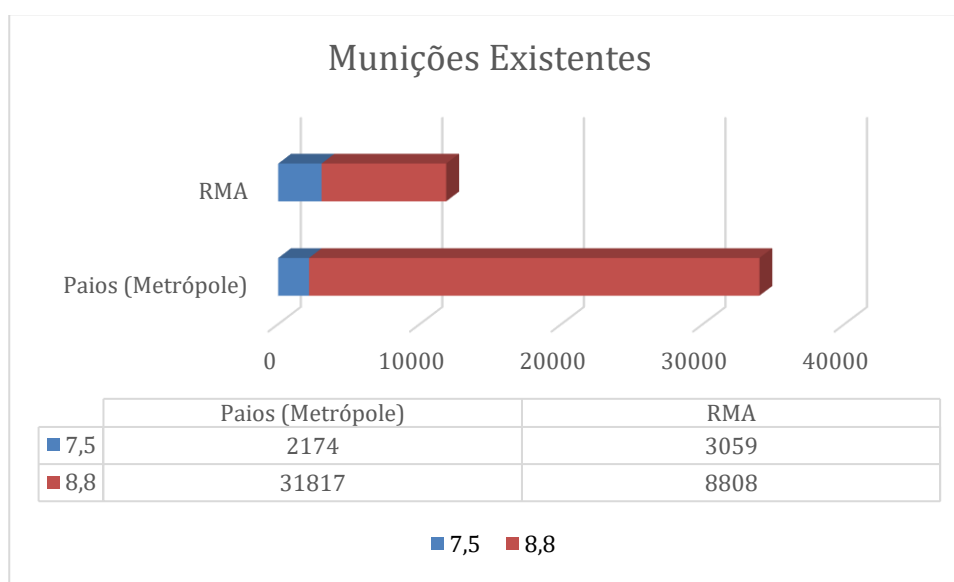
Relativamente aos consumos médios mensais (Figura nº.9) e como referido anteriormente a fração de tempo analisada era foi muito curta, os elementos disponíveis são de dois anos para a Guiné e de três anos para Angola e não para se efetuar uma análise sistemática dos consumos como podemos ver pelo gráfico seguinte, mas já é possível verificar um enorme acréscimo no consumo de munições;

Em Angola grande parte das baterias eram constituídas por material 8,8⁴⁵cm e como se pode ver através do relatório⁴⁶ sobre a situação do material 8,8 enviado pela RMA para o EME em que diz que a situação do material 8,8cm é precária desde 1967, devido à falta de munições em quantidade suficiente para manter a necessária atividade operacional das baterias equipadas com o mesmo e que embora tenham sido feitos diversos pedidos de munições à Metrópole, não solucionaram a situação, em consequência do exposto tornava-se necessário que seja superiormente definida a situação do material 8,8cm, quanto a munições, uma vez que este fator poderá influenciar qual o material ligeiro a utilizar, de futuro.

Aqui é exposto ao comando que deveria de decidir o que querem fazer com os Obuses 8,8cm pois a escassez de munições estava a tornar o material inútil, e aconselha o comando

Figura nº.8 – Munições Existentes na TMA e Metrópole

Fonte – Elaboração própria



a tomar uma decisão relativa a qual o material de artilharia ligeira a utilizar para se enviar mais material 10,5cm a fim de manter a artilharia de campanha a fazer apoio de fogos.

⁴⁵ Existia à data de 1969 na RMA 57 obuses 8,8cm e 24 obuses 10,5cm em PT/AHM/FO/7/b/41/4/366/32/2/7.

⁴⁶ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/41/4/366/32/2/7

No mesmo documento vem a proposta de trocar as duas Btr 7,5cm por duas CART uma vez que embora ainda existissem 6000 granadas em deposito estas raramente tinham sido utilizadas como artilharia pois este material tinha reduzido alcance e um efeito pouco eficaz das munições para aquilo que eram as condições de atuação normal, tendo sido, em consequência, fundamentalmente utilizadas como CArt. Afirmando por fim que Angola para a artilharia necessita fundamentalmente de um material ligeiro do tipo 10,5cm e de um pesado do tipo 11,4, com grande mobilidade e munições em abundância.

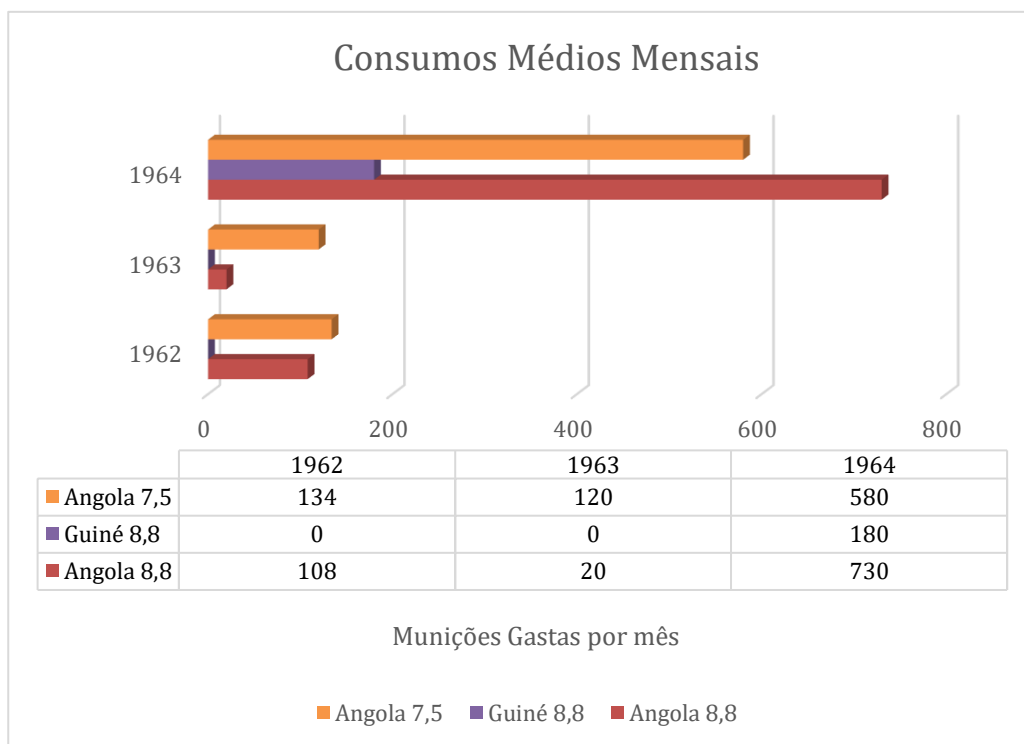


Figura nº.9– Consumo de munições em Angola e Guiné

Fonte – Elaboração própria

4.3.2 Guiné

Em Bissau esteve sediado o comando da BAC 1 que assegurava o comando dos pelotões de AC até 1970, quando o seu escalão foi elevado para Grupo (GA7) até 1974. Quando o GA7 passou a incorporar os pelotões de artilharia dispersos pelo teatro de operações, o comando em Bissau tinha um capitão e dois alferes: “um era alferes do quadro e o outro era miliciano, o alferes miliciano tratava da administração e logística e o alferes do quadro era o oficial das operações” (Lourenço, comunicação pessoal, 6 de março, 2018).

A partir da análise de documentação em arquivo é possível verificar a dificuldade de se definir a organização da AC nas diversas regiões, sobretudo após a reorganização de 1966, quando se verificou um aumento substancial no TO da Guiné, após o pedido de reforço

de artilharia⁴⁷ é feito em 1965 pelo CTIG que fundamentava a este pedido na necessidade de dotar algumas das unidades mais isoladas com material de artilharia destinado a colaborar na defesa dos aquartelamentos e ainda se considerava este material muito relevante para ações de flagelação, o que não se conseguia com outros meios. O comando da Guiné insiste para que lhe seja fornecido uma bateria de artilharia de 8,8 cm (a 6 secções) e também mais pessoal essencial⁴⁸ para levantar a bateria. O pedido foi bem acolhido e foram ainda pedidas mais 4 bocas de fogo (peças 11,4cm) para reforço a esta bateria. Foram até recebidas na Guiné seis peças 11,4 cm em vez das quatro previstas⁴⁹ para surpresa do CTIG e assim foi solicitado mais pessoal para mais 2 bocas de fogo⁵⁰. Por fim numa mensagem do CTIG relativa ao reforço da BAC o Brigadeiro Comandante Militar informou o Estado Maior do Exército⁵¹ que as necessidades de natureza operacional conduziram ao substancial reforço da BAC que já dispunha de 9 pelotões de obuses 8,8cm, e passaria muito em breve, a ter mais 3 pelotões de peças de 11,4 cm. Referia que tinha os pelotões de 11,4 cm (a 2 peças por pelotão) e possivelmente os pelotões de obuses 8,8cm estariam a 2 bocas de fogo por pelotão.

Tendo em conta que isto aconteceu em 1966, e como já referido anteriormente, existiam 15 pelotões de AC na Guiné-Bissau nesta data, o que foi ainda aumentado após a chegada do General Spínola em 1968: os pelotões de 8,8 cm passam a ter 3 bocas de fogo cada um, ficando com apenas 3 pelotões 8,8cm e foram recebidos 19 obuses (10,5 cm)⁵² com os quais (18 deles) foram constituídos 6 pelotões de AC 10,5cm a 3 bocas de fogo cada, ficando um obus em depósito” (Lourenço, comunicação pessoal, 6 março; 2018).

Os pelotões de peças 11,4cm ficaram organizados com 2 bocas de fogo e em Bissau a sua missão era também a defesa da costa, perante a ameaça vinda através dos cursos de água.

4.3.2.1 Tipologia de missões

Segundo os testemunhos dos oficiais entrevistados, (Lourenço e Morais da Silva) no teatro de operações da Guiné é possível identificar 3 tipos de missões que eram efetuadas pela artilharia de campanha:

⁴⁷ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//1

⁴⁸ Este pessoal essencial são os subalternos, sargentos comandantes de secção, os cabos apontadores e os cabos de munições.

⁴⁹ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//8

⁵⁰ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//14

⁵¹ Retirado do Arquivo Histórico Militar cota PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//15

⁵² Destas 19 bocas de fogo 6 delas eram da versão Rheimetall as restantes eram Krupp

Defesa imediata, é um tipo de missão que visava a defesa do aquartelamento sendo que esta defesa na Guiné efetuava-se normalmente da seguinte maneira, que se deve ao facto de em todos os aquartelamentos que estávamos existiam em quase todas as posições pistas de aviação, algumas eram de alcatrão, mas a grande maioria era de terra batida com 300 metros ou pouco mais, isto porque em muitos casos na época das chuvas, as cheias faziam com que a única forma de acesso às posições fosse através de avião quer para reabastecimentos quer para transporte de tropas.

E as posições de artilharia eram em regra geral junto à pista de aviação pois permitia ao inimigo ter um campo de tiro aberto para fazer fogo e estavam voltadas para o fim da mesma, porque a grande maioria dos ataques davam-se junto ao “arame⁵³” no fim da pista, sendo este o local de eleição por parte do inimigo para fazer os seus ataques às nossas posições, assim os PelAC tinham já uma tabela de tiro direto preparada para estes ataques, e muitas vezes o que acontecia, embora não se deva fazer, era à noite o Alferes Miliciano preparava já o obus com um tiro direto para o final da pista e dormia junto ao obus num abrigo em que tinha com ele um cordel que estava preso à alavanca de disparar, e por vezes, mal ouvia a saída de uma granada a boca do morteiro por parte do inimigo puxava o cordel e a granada do obus estava a bater o inimigo antes da granada de morteiro cair em cima da nossa posição outra forma era através do método dos “bidons” em que existiam no quartel dois ou três bidons cheios de pedras e cimento com um ferro espetado ao meio na vertical e outro preso a este na horizontal, no cimento do barril existia uma graduação do género de uma bússola, em que ao se observar o clarão do disparo inimigo, apontava-se o ferro nessa direção depois lia-se o rumo para ser transmitido ao posto de comando do quartel e fazia-se a interceção dos rumos dos diversos bidons, em que na interceção iria muito provavelmente estar um objetivo do plano de apoio de fogos da defesa, este objetivo era por sua vez transmitido ao Alferes Miliciano que via na tabela quais eram os elementos de tiro para a objetivo e passava-os para as bocas de fogo, que executavam o tiro, pelo som também se poderia utilizar o mesmo processo mais seria muito mais impreciso.

Flagelação, aqui para se compreender o que é uma flagelação temos de perceber o método por detrás da mesma, observando o processo normal que aconteceria na Guiné. Inicialmente o Alferes de artilharia que estava em Bissau, juntava-se com o oficial de operações e com o comandante de companhia que estava encarregue da área de operações

⁵³ O “arame” era a vedação que cercava o perímetro do quartel das nossas forças e o termo de vir ao arame ou ataque ao arame era utilizado quando o inimigo se aproximava de tal modo que chegava junto a vedação que definia o perímetro do quartel para fazer o seu ataque.

onde se ia efetuar a flagelação e que tinha também sobre a sua alçada o PelAC, estes em conjunto efetuavam o plano de fogos, “campo de cruzeiros⁵⁴”, tendo em conta os locais prováveis de onde o inimigo pudesse estar, quais eram os corredores de abastecimento que eram usados ou que tinham tido informação de onde estava a decorrer atividade inimiga, depois disto o alferes de artilharia calculava os elementos de tiro para as bocas de fogo para os locais planeados e entregava esta tabela com os elementos de tiro ao alferes miliciano que estava na posição com o PelAC. Agora o Alferes de Bissau embarcava num Dornier 27⁵⁵ que era o PCV⁵⁶ e sobrevoava a zona de onde se iria efetuar tiro e regulava dois ou três disparos do PelAC para um determinado local, estas correções eram os elementos de correção inicial das bocas de fogo eram entregues ao Alferes Miliciano que estava na posição que as aplicava aos restantes elementos de tiro dos objetivos que tinham sido planeados, como se isto se tratasse de uma mensagem de aferição. Agora o comandante de companhia ira decidir em que momento efetuar fogos sobre estes objetivos, tentado apanhar as forças inimigas ou impossibilitando-lhes a utilização de determinados itinerários de reabastecimento.

Apoio às Operações Móveis é como por exemplo o caso do auxílio à operação em que o General Spínola manda colocar um quartel no corredor de Guileje⁵⁷, o quartel de Gadembel, e para levantar este quartel saiu de Guileje uma força que tinha sensivelmente uma coluna na ordem das 20 viaturas, sabendo que o inimigo estava nas imediações tem o apoio da artilharia de Guileje, que tem dois PelAC estes prestam o seu apoio efetuando um “tapete rolante” à frente do itinerário por onde a nossa coluna iria passar.

Este “tapete rolante” era um conjunto sucessivo de objetivos em que para os quais estavam calculados os elementos de tiro, e coordenando com as forças que estavam no terreno ia-se avançando de objetivo para objetivo, isto é um exemplo de como a artilharia apoiava operações também poderia ser uma operação de ataque a uma posição inimiga em que o Alferes que estava em Bissau falava com o Alferes Miliciano que estava na zona em que essa ação iria ocorrer enviava-lhe uma tabela com elementos de tiro para os objetivos que tinha planeado para a operação e colocava esse pelotão em alerta com determinado rumo de vigilância, por sua vez no momento da operação o Alferes que estava em Bissau

⁵⁴ Gíria pela qual é conhecida o planeamento de apoio de fogos na carta com a marcação dos objetivos.

⁵⁵ Dornier 27 ou Do foi um avião monomotor de pequenas dimensões utilizado por Portugal durante o conflito.

⁵⁶ PCV – Posto de comando volante que era utilizado para a regulação de tiro.

⁵⁷ Itinerário frequentemente utilizado pelos insurgentes para deslocamentos de forças e movimentos logísticos, era considerado o corredor principal.

embarcava no Do 27 acompanhava a operação do avião e efetuava as missões de tiro para as posições do inimigo antes da nossa força assaltar essa posição, e estava ali para quando a força que estava no terreno necessitasse de apoio de fogos e rapidamente podia no PCV calcular os elementos de tiro para uma nova missão de apoio de fogos e corrigir o tiro.

Este último caso não era muito vulgar acontecer devido aos perigos que existiam das granadas causarem baixas nas nossas forças pelo facto da sua dispersão ser elevada, seja pelas temperaturas das cargas desgaste do tubo a condições atmosféricas de pressão ou força dos ventos e tendo em conta que os contactos com o inimigo davam-se em distancias relativamente baixas era muito perigoso fazer um pedido de tiro a cair a 200 ou 300 metros das nossas forças, assim sendo uma das formas que havia para colmatar facto era quando se fazia o pedido de tiro dava-se uma margem de segurança fazendo o tiro cair um pouco mais à frente e a partir deste ia-se aproximando gradualmente até bater o inimigo.

Decorreu na Guiné a Operação Tridente entre 15 de janeiro de 1964 e 24 de março de 1964 com a finalidade de destruir as forças inimigas instaladas e assegurar o controlo da região de Como, ilha de Caiar, ilha de Como e ilha de Catungo, nesta operação entre as unidades de apoio existia 1 pelotão de artilharia 8,8 cm.

Outro caso é transmitido pelo Coronel Morais da Silva que indica que no momento de planear um patrulhamento ou uma picada com a sua companhia planeava na carta, vários grupos de objetivos aos quais atribuía uma designação (com nome de código), para locais de onde podia ser flagelado por forças inimigas, calculava os elementos de tiro para estes objetivos e assim durante a operação caso fosse atacado bastava simplesmente ver na carta onde estava o inimigo, localizado de onde vinham os disparos, identificava na carta qual era a área de objetivos e pedia apoio de fogos para esse local, em que ao pelotão de artilharia que encontrava em alerta com os obuses a apontar para rumo de vigilância da zona da operação bastava colocar no obus os elementos de tiro previamente calculados e faziam fogo em menos de um minuto após o pedido de tiro, aqui podemos verificar outro tipo de apoio às operações que neste caso era uma operação do comandante de companhia.

4.3.2.2 O desafio do abastecimento de munições

“[...] Relativamente à Guiné a TCA era de tiro e meio (1 ½) obus dia, sendo isto uma ordem de grandeza principalmente para a logística e para o comandante de companhia” (Lourenço, comunicação pessoal, 7 março, 2018).

Sendo assim o comandante de companhia estava autorizado a fazer uma flagelação de um tiro e meio obus por dia que justificava no dia seguinte no RELIM, “nesta noite às

03h00 da manhã fiz uma flagelação de tiro e meio, que ele tem direito a isto” (Lourenço, comunicação pessoal, 7 março, 2018), outra aspeto que temos que ter em conta e que o Capitão e o Alferes “ guardavam os quatro tiros e meio que tinham para as 3 bocas de fogo e numa noite em vez de fazerem os quatro e meio davam só dois tiros e colocavam no relatório que gastaram os quatro e meio, aqui o Capitão ficava com dois e meio em carteira, para gastar numa missão mais tarde” (Lourenço, comunicação pessoal, 7 março, 2018).

Na Guiné o abastecimento de munições era “feito nos períodos em que não havia grandes chuvas, ou seja, faziam-se as contas para a TCA para cada boca de fogo e ia lá uma lancha de desembarque grande que levava logo uma grande quantidade de munições” (Lourenço, comunicação pessoal, 7 março, 2018), esta grande quantidade de munições correspondia poderia corresponder a vários meses de munições para a TCA autorizada que vai na ordem da 135 por mês, outra coisa que poderia acontecer é ocorrer uma operação para a qual o comandante atribui um certo número de munições para tal operação para se usarem, estas estavam fora da TCA a que o comandante tinha direito, eram munições específicas para a operação, “mas o transporte destas munições tinha muito que se lhe diga por exemplo o General Spínola atribuía 500 munições para uma operação estas tinham que ser transportadas, o que não era coisa fácil era necessária muita gente para isto e quem o fazia eram os morenos, e para além de ter em atenção as chuvas, as mares, os itinerários, os campos de minas, era conseguir fazer de maneira que era impossível ou quase, que este deslocamento de munições e até de rações de combate fosse feito sem ser notado por parte do inimigo porque quem estava do nosso lado falava, a informação do que acontecia sai para fora não podemos tapar os olhos e dizer que não acontecia e o inimigo andava ali entre a população e ouvi, apercebia-se” (Lourenço, comunicação pessoal, 7 março, 2018).

Isto ira causar que o abastecimento de munições fosse uma fonte de informação para o inimigo que colocava em causa as operações, deixando o adversário em alerta sempre que existiam grande movimentações logísticas.

4.3.3. Moçambique

4.3.3.1. Tipologia de Missões

Tal como em Angola e na Guiné podemos considerar que no TO de Moçambique a artilharia de campanha realizava as seguintes missões:

Defesa imediata tinha como base uma prancheta contra morteiro este processo de determinação da zona de morteiro ou canhão sem recuo inimigo pela interceção das seguintes linhas de referência dadas pelas sentinelas, as linhas de som da saída do projétil

inimigo e as miradas sobre clarões ou fumos da arma inimiga, “para isto na prancheta estavam marcadas, a uma escala de 1/2500, as posições das sentinelas e o centro do pelotão as marcação são rigorosas” (Carvalho, 1983, p. 125), as linhas de referenciação eram a partir dos postos de observação na periferia do aquartelamento e seguem-se segundo rumos, este processo deveria ter sempre disponíveis no mínimo dois postos e cada sentinela deveria estar pelo menos a uma distancia de 500 metros do centro de bateria, como os pelotões de artilharia em reforço não possuem pessoal para guarnecer este PCT, há a necessidade de recorrer ao elementos da tropa apoiada, que eram instruídos pelo comandante de pelotão da artilharia para desempenhar esta função de sentinela (Carvalho, 1983).

Como forma de defesa imediata temos um exemplo no Norte de Moçambique em Nagololo onde a 2ª Bateria do GAC 6 tem um pelotão com 2 obuses 8,8 cm destacado em que dois artilheiros dão o seu relato ao jornal “O Clarão” de uma situação que ocorreu na altura do Natal de 1970 quando foram bombardeados por um canhão sem recuo inimigo e morteiros, estes estavam a jantar num refeitório improvisado por volta da 18 horas quando nesta altura se ouve um rebentamento, e todos no refeitório se levantam, mas pensam que fora um animal despistado que tinha pisado uma mina, depressa se voltam a sentar mas aqui rapidamente começam a ouvir novamente rebentamentos com se de um trovão se tratasse uns seguidos dos outros e todo a calma que se fazia sentir nos momentos anteriores naquele refeitório se torna num autentico inferno.

Os artilheiros saem do refeitório e deparam se com granadas de morteiro a rebentar por todo lado dentro do arame, estes eram recém-chegados ao estacionamento e o último ataque ao quartel tinha sido há cerca de dois meses...

Neste momento tem de tomar uma decisão antes que fossem atingidos nos pontos vitais e assim lançados numa correria louca agarrados à G3 procuram os seus postos de acordo com o plano de defesa. “O Oficial Comandante do Pelotão de Artilharia, temerariamente e em corrida atravessa o terreno, indiferente ao bombardeamento inimigo, entra no espaldão do obus mais próximo e sem pestanejar retira do ninho das munições uma granada e carrega ele próprio o obus, mas quando se virava para ir buscar a carga é antecipado pelo Chefe da própria secção que resolutamente seguira de perto o seu Comandante ao vê-lo dirigir-se para o seu obus. [...] ‘É dali daquele lado, meu Alferes!’ diz o Chefe da Secção. E juntando o gesto à palavra, conteria a boca de fogo na direção do ataque inimigo. [...] A pontaria é feita de maneira expedita, interpolando rapidamente os elementos de tiro já regulados e registados na ficha do Chefe da Secção. E... Fogo! O 1º tiro parte...” (Carvalho, 1984, p. 261) Nesta pequena descrição de um ataque ao aquartelamento

podemos ver a realidade em relação à resposta de um pelotão de artilharia em defesa imediata.

Outra situação é transmitida pelo ex-Alferes Miliciano Inf^a OE Bernardino Cassiano⁵⁸ que comandou a CCaç4243/72 num local a Norte de Moçambique terrivelmente isolado perto da fronteira, extremamente exposto ao inimigo. Tinha na sua companhia 2 obuses 8,8 cm comandados por um furriel miliciano de artilharia estes 8,8 eram muito uteis ao aquartelamento, os obuses estavam em dois espaldões individualizados e realizavam tiro indireto para bater os morteiros 82mm do inimigo, que atavam com frequência a posição e também chegou a fazer tiro direto a aproximadamente 100 metros quando a posição da companhia foi atacada por uma força inimiga com RPG-7⁵⁹, aqui o inimigo também costumava atacar pelo lado da pista, novamente pelo facto de aqui poder empregar os RPG-7 e os canhões sem recuo por ser um campo de tiro livre

Interdição de Fronteira era outra tipologia de missão que foi efetuada em Moçambique que consistia em que os Pelotões de Artilharia⁶⁰ em reforço das subunidades de Infantaria que estão junto da fronteira possam colaborar na interdição da fronteira, para que isso aconteça o Comandante da Bateria deve garantir que sejam feitas quadriculas para indicação de objetivos, para cada uma das posições, que estas sejam bem materializadas no terreno as direções de origem (pontos de referência) e devem ser obtidas junto dos Comandantes de Batalhão as informações relativas a linhas de infiltração, dias prováveis, zonas de refúgio, locais de abastecimento de água, horas em que se fazia a passagem de fronteira, com estas informações referidas fazia-se a marcação dos tiros aconselháveis sobre as quadriculas respetivas dos diversos pelotões, estas fichas de tiro eram revistas todos os meses ou então quando houvesse variações nas informações, não esquecer que em Moçambique por vezes os pelotões eram comandados por sargentos, pelo que o resumo do trabalho de informações e cálculos dos elementos de tiro, era feita pelo Oficial que depois apresentava as fichas para sua execução. Podemos dizer que esta tipologia de missão tem a sua grande visibilidade na Operação Fronteira que foi iniciada em janeiro de 1972 e em termos práticos foram escolhidos locais ao longo da fronteira que pudesse vir a constituir objetivos, foram determinados elementos de tiro para esses objetivos a entregar aos comandos de pelotão, foram dadas normas aos comandantes de pelotão no que respeita a horários e mecanismo de tiro a utilizar, e assim só na fronteira Norte foram localizados 185

⁵⁸ Transmissão pessoal a 19 abril de 2018.

⁵⁹ Arma Anti-Carro, Rocket Propelled Grenade - 7

⁶⁰ Por norma os obuses 14 cm m/43 (Carvalho, 1983)

objetivos e a média de granadas disparadas foi de 250 mês, como consequência a artilharia condicionou as linhas de infiltração (Carvalho, 1983).

Apoio às Operações Móveis é outro exemplo de tipologia de missões que se efetuava em Moçambique como é o caso da famosa operação Nó Górdio que a sua execução foi iniciada em maio de 1970, para a condução de uma intervenção ao longo da estrada Mueda-Mocímboa da Praia, envolvendo unidades de comandos, para-quedistas e fuzileiros, apoiados por artilharia (Perdigão, 2003). Como apoio de fogos na ofensiva para esta operação a artilharia contava com 3 BArt 8,8cm num total de 16 bocas de fogo que davam apoio direto aos agrupamentos de assalto. Os pedidos de apoios de fogos eram feitos pelo Comandante de Agrupamento, canalizado através do observador avançado à respetiva bateria em apoio direto a esse agrupamento, o controlo dos fogos de artilharia era feito pelo Centro Coordenador de Fogos que se encontrava sediado em Mueda, ali encontrava-se o Comandante da Artilharia e o oficial de ligação da Força Aérea. Os observadores aéreos poderiam também regular os fogos das diversas baterias (Perdigão, 2003). Como fatores que influenciavam a execução de tiro sobre bases inimigas temos o grande denominador das cartas 1/100 000, o desconhecimento exato da localização das bases inimigas e estas serem zonas irregulares, extensas e pouco definidas, juntando a isto temos a natural dispersão do material que já possuía elevado gastamento tornado bastante irregular esta dispersão (Carvalho, 1983). Um outro exemplo seria a Operação Águia que decorreu entre 2 de Julho e 6 de setembro de 1965 em Cabo Delgado com o centro de gravidade em Mueda e contou com as seguintes Unidades:

- Agrupamento 23: Batalhão de Caçadores 558 e Batalhão de Caçadores de Nampula,
- Uma Bateria de artilharia de 8,8 cm tinha o objetivo de realizar uma nomadização⁶¹ contínua no tempo e tão vasta quanto possível no espaço na área entre os rios Rovuma e Messalo; Desenvolver uma atividade destinada simultaneamente a exercer uma ação de presença junto das populações, destruir os elementos armados que entre elas se acoitam, destruir instalações caracteristicamente terroristas, furtando assim aos bandos inimigos todo o apoio por parte das populações, comprometidas ou não (Matos, 2009).

A *Proteção de colunas* podia ser feita das seguintes formas, dissuadindo o inimigo de montar bases de morteiro para a flagelação das colunas efetuado tiros a 1000 metros à esquerda da picada à direita e à frente da testa da coluna isto de 1000 em 1000 metros, outra forma seria impedir montagem de sistemas de minas comandados com tiros iniciais à

⁶¹ Atuação de forças militares de efetivo reduzido, muito moveis, em zonas afetadas pela subversão com o fim de colher informações, destruir meios de combate e atacar pequenos objetivos.

esquerda da picada a 200 metros com 1500 metros de avanço da testa da coluna e de 500 em 500 metros, (Carvalho, 1983) a publicação refere ainda que do aquartelamento não deveriam sair mais do que duas secções por causa da segurança do aquartelamento.

4.3.3.2 O desafio do abastecimento de munições

Como nos restantes teatros aqui também se fez sentir a falta de munições, como nos conta o Coronel Cerca⁶², “nos espaldões das bocas de fogo foram criados paiolins que se protegiam contra as condições climatéricas desfavoráveis, o intenso calor do dia, o frio e a humidade da noite bem como chuva. O pessoal tinha muito cuidado com isto. Não me recordo qual era a quantidade, mas eles estavam abastecidos com alguma capacidade. Todos os dias era feita uma verificação para obviar a qualquer inconveniente”. Transmite ainda que sempre que havia alguma ação que provocava o consumo de munições estas seriam rapidamente completadas a partir do paiol geral após o ataque. “Do que me lembro só nos ataques de 20Jan74 e 12Abr74, houve necessidade de recorrer ao paiol para completar a dotação no seu decurso” (Cerca da Silva, comunicação pessoal, 18 abril, 2018).

Quanto à questão da taxa de consumo autorizado, não havia por assim dizer, devido à situação que se vivia, embora o Comando de Artilharia tenha promovido um estudo sobre essa matéria, pois as munições de Obus 8,8 começaram a ser um produto crítico de obtenção, até como já referido anteriormente no trabalho, foi mesmo determinada a recolha e devolução das caixas de cartucho usadas. “De facto no ataque de 20Jan74 ainda a pouco mencionado, o consumo foi de tal maneira elevado que o Comandante de Setor B ordenou o meu deslocamento imediato a Nampula para no Quartel General da RMM se equacionar o mais rapidamente uma coluna com munições” (Cerca da Silva, comunicação pessoal, 18 abril, 2018).

⁶² Transmissão pessoal, 18 abril 2018

5 EQUIPAMENTOS DA ARTILHARIA DE CAMPANHA E EVOLUÇÃO DO DISPOSITIVO

Os sistemas de armas (obuses e peça de artilharia) usados durante o conflito, foram materiais de artilharia adquiridos pelo exército português na década de quarenta e eram de uma grande diversidade de calibres ligeiros (75mm, 88mm, 105mm e 114mm) e médios (140 mm e 150 mm). Eram todos modelos da 2ª guerra mundial e de origens muito diversas (britânicos, alemães e um italiano) o que não facilitava a logística, o abastecimento de munições e até a formação das tropas.

Neste capítulo serão apresentados todos os materiais de artilharia de campanha usados nos três teatros de operações, bem como a evolução da sua presença e disposição no âmbito da quadricula militar em cada TO.

Obus M 7,5 cm m/40⁶³

- **Guarnição de uma secção**

- Comandante de secção (Sarg. Art) ➤1
- Apontador (1º Cabo, mecânico armamento) ➤1
- Serventes (Soldados) ➤7

Quadro nº1 – Dados Obus 7,5cm m/40

Dados Gerais e Numéricos	
Nome de origem: Obice da 75/18 modello 34	Peso total: 820 Kg
Origem: Ansaldo (Itália)	Calibre: 7,5 cm
Finalidade: Artilharia de Montanha	Alcance: 7990 m
Estrias: 28 sentido destrorsum	Comprimento do tubo: 18 calibres
	Peso da munição: 6,3 Kg

Fonte – (Rubim, 2014), adaptado

Obus 8,8cm m/43/46⁶⁴

- **Guarnição de uma secção**

- Comandante de secção (Sarg. Art) ➤1
- Apontador (1º Cabo, mecânico armamento) ➤1
- Serventes (Soldados) ➤4

⁶³ Designação retirada de (Rubim, 2014, p. 110)

⁶⁴ Designação do material retirada de (Rubim, 2014, p. 117)

Quadro nº2 – Dados Obus 8,8 cm m/43/46

Dados Gerais e Numéricos	
Nome de origem: Ordnance Q.F. 25 pdr Mark II	Peso total: 1796 Kg
Ano de fabrico: Reino Unido	Calibre: 8,8 cm
Finalidade: Campanha (Artilharia Divisionária)	Alcance: 12250 m
Estrias: 26 estrias dextrorsum	Comprimento do tubo: ---
	Peso da munição: 11,3 Kg

Fonte – (Rubim, 2014), adaptado

Obus K/R 10,5 cm m/41⁶⁵

• **Guarnição⁶⁶ de uma secção**

- Comandante de secção (Sarg. Art) ➤ 1
- Apontador (1º Cabo, mecânico armamento) ➤ 1
- Serventes (Soldados) ➤ 6

Quadro nº3 – Dados Obus K/R 10,5 cm m/41

Dados Gerais e Numéricos	
Nome de origem: 10,5 cm Leichte Feldhaubitze 18 L/28	Peso total: 2250 Kg
Origem: Rheimetall	Calibre: 10,5 cm
Finalidade: Destinado à artilharia divisionária alemã	Alcance: 10810 m
Estrias: 32 estrias	Comprimento do tubo: 28 calibres
Obs: Mais tarde a Krupp tem licença para frabricar	Peso da munição: 14,810 Kg

Fonte – (Rubim, 2014), adaptado

Peça 11,4 cm m/946⁶⁷

• **Guarnição de uma secção**

- Comandante de secção (Sarg. Art) ➤ 1
- Apontador (1º Cabo, mecânico armamento) ➤ 1
- Serventes (Soldados) ➤ 8

Quadro nº4 – Dados Peça 11,4 cm m/946

Dados Gerais e Numéricos	
Nome de origem: Ordnance Q.F. 4.5 inch Gun Mk II	Peso total: 6347 Kg
Ano de fabrico: Grã-Bretanha	Calibre: 11,4 cm
Finalidade: Artilharia do Corpo de Exército	Alcance: 18740
Estrias: 32 estrias	Comprimento do tubo: 4,89 m
	Peso da munição: 24,948 Kg

Fonte – (Rubim, 2014), adaptado

⁶⁵ “Obus 10,5 cm existia em duas variantes a Krupp e a Rheimetall, [...] o primeiro tinha as rodas em ferro e o segundo já a tinha em madeira, mas de resto eram iguais” (Lourenço, comunicação pessoal, 6 março, 2018).

⁶⁶ Fonte – AHM/DIV/2/10/35/04

⁶⁷ Designação retirada de (Rubim, 2014, p. 122)

Obus 15 cm m/941⁶⁸

- **Guarnição de uma secção**

- Comandante de secção (Sarg. Art) ➤1
- Apontador (1º Cabo, mecânico armamento) ➤2
- Serventes (Soldados) ➤7

Quadro nº5 – Dados Obus 15 cm m/941

Dados Gerais e Numéricos	
Nome de origem: 15 cm sFH 18	Peso total: 5530 Kg
Ano de fabrico: Alemanha	Calibre: 14,91 cm
Finalidade: Equipar Unidades de Artilharia Pesada	Alcance: 13250 m
Estrias: 40 estrias	Comprimento do tubo: 30 calibres
	Peso da munição: 43,5 Kg

Fonte – (Rubim, 2014), adaptado

Obus 14 cm m/943⁶⁹

- **Guarnição de uma secção**

- Comandante de secção (Sarg. Art) ➤1
- Apontador (1º Cabo, mecânico armamento) ➤1
- Serventes (Soldados) ➤8

Quadro nº6 – Dados 14 cm m/943

Dados Gerais e Numéricos	
Nome de origem: Ordnance Q.F. 5.5 inch Howitxer	Peso total: 6369 Kg
Ano de fabrico: Reino Unido	Calibre: 13,97 cm
Finalidade: ---	Alcance: 16550 m
Estrias: 36 estrias	Comprimento do tubo: 4,22 m
	Peso da munição: 45,5 Kg

Fonte – (Rubim, 2014), adaptado

Quadro nº7 – Quadro de Materiais nos TOs

Material	Angola	Guiné	Moçambique
Obus M 7,5 cm m/40	•		
Obus 8,8cm m/43/46	•	•	•
Obus K/R 10,5 cm m/41	•	•	
Peça 11,4 cm m/946	•	•	
Obus 15 cm m/941	•		
Obus 14cm m/943	•	•	•

Fonte – Elaboração própria

⁶⁸ Designação retirada de (Rubim, 2014, p. 115)

⁶⁹ Designação retirada de (Rubim, 2014, p. 119)

Como é possível verificar pelo Quadro nº7 nem todos os materiais que faziam parte do espólio do exército se encontravam em todos os teatros de operações em simultâneo, nem como é o caso do Obus 15 cm que apenas estava em Angola mas não foi possível verificar nenhum documento relativo ao seu uso do obus, apenas foi possível verificar que equipava o GAC Luanda, assim como o Obus montanha 7,5cm, que esteve presente em Angola mas aqui já foi possível verificar o seu uso em operações, o problema do mesmos como referido anteriormente era que tinha um alcance curto, para além disto o facto de que o efeito da granada era consideravelmente reduzido em comparação a outros materiais.

Pelos relatos transmitidos podemos tentar fazer uma evolução do material que foi utilizado ao longo da guerra, inicialmente em Angola era utilizado o material 8,8 cm e 7,5 cm, em 1963 quando é feito o pedido de reorganização da artilharia anteriormente falado passamos a dispor de material 11,4 cm nos de Angola e Guiné em 1966 depois do pedido ser aprovado o material enviado e guarnecido. No mesmo ano é estudada a viabilidade de utilizar o material 10,5 cm em que relativamente ao armamento temos o Obus K/R 10,5 cm m/41 que esteve em grande destaque na Guiné-Bissau, e foi para este mesmo local que foram enviadas 6 bocas de fogo a pedido do General Luíz Pina para que fosse possível avaliar o seu comportamento e valor operacional ao qual se obteve os seguintes resultados após 5 meses de testes a qual revela que, o material enviado para CTI apresentava-se muito utilizado, os laquei-os e as folgas, exageradas nos diferentes mecanismos, afetam a precisão do tiro, contudo para aquilo que era pretendido do material serviria perfeitamente, também podemos verificar a necessidade de material com maior alcance à medida que o inimigo obtém novos materiais como o lança foguetes 122 mm BM-21 com maior alcance que o nosso 8,8 cm e 10,5 cm, “ o aparecimento do foguetão S122, levou à atribuição do Material 14 cm, para cobrir o seu alcance e as guarnições não ficarem à mercê sem poder responder às flagelações com o armamento pesado que o inimigo passou a dispor” (Cerca da Silva, comunicação pessoal, 18 abril, 2018), o material 11,4 e 14 já estaria a ser utilizado à algum tempo mas a capacidade do inimigo bater os nossos aquartelamentos sem que houvesse uma potencial resposta por parte das nossas forças veio a impulsionar a necessidade de equipar os aquartelamentos com material de maior alcance.

5.1. Evolução do dispositivo de Angola

No teatro de operações de Angola, e no que toca à artilharia de campanha o dispositivo estava concentrado na zona Norte de Angola, assim como a maior parte do

efetivo das restantes armas, em que na ZIN a 18 de novembro de 1961⁷⁰ contava com a BAC146 e 147 assim como a BAC145, ficando aqui empenhado todo o Grupo de Reforço que tinha vindo da Metrópole, nota-se ainda a concentração de unidades em Luanda, que era porto de desembarque das forças de reforço, umas prestes a partir para as zonas de ação que lhes foram atribuídas, outras preparando-se para participar em operações que estão a ser planeadas, nestas forças podemos verificar que em Luanda se encontrava aqui todo o GACL.

Na ZIL é possível verificar que não existe qualquer força de artilharia de campanha, na ZIC já podemos ver estava ali localizado o GAC NL com a 2BAC/GACNL e na ZIS tínhamos o GACSB com a 2BAC/GACSB (Barata, et al., 1997), como já referido anteriormente este GAC estava com efetivo altamente reduzido.

O próximo momento em que vamos analisar o dispositivo é em 1966, quando já foram levadas a efeito grandes operações como “Terceiro Ano”, em 1963, “Aniversário”, em 1964 e “Dever” em 1965 que originaram grandes movimentos de unidades e subunidades, este novo dispositivo de 30 de dezembro de 1966 mostra uma nova alteração na organização territorial da ZIN, assim como que pela primeira vez sedes de batalhão na ZIL que sofreu de reforços significativos (Barata, et al., 1997).

Verificamos agora na ZIN um pelotão de artilharia de campanha na zona de Cabinda, um PelAC em Sanza Pombo, uma BAC em Carmona, Quibaxe, Ambrixete, São Salvador, Luanda e General Freire onde aqui havia ainda um PelAC neste setor da ZIN.

Na ZIC temos apenas o GACNL e na ZIS em Sá da Bandeira não temos nenhuma unidade de artilharia de campanha referenciada, mas é aqui importante referir que após a extinção do GACSB, e como já mencionado anteriormente a bateria que lá se encontrava ficou integrada no RISB e deu continuação à sua missão, neste período com a abertura da frente Leste já é possível notar uma maior presença de forças na ZIL, que já pode contar com o apoio de uma BAC no Luso.

O momento final que vamos observar é em 1974, ano em que o conflito acaba, neste temos no dispositivo na ZIN, uma BAC e dois PelAC em Cabinda, um PelAC em Cuimba e Maquela do Zombo e uma BAC em São Salvador, Luanda, Carmona e Ambrizete. Nas restantes zonas podemos contar com uma BAC em Nova Lisboa, na ZIC e com um PelAC em Gago Coutinho e no Luso assim como uma BAC. Na ZIS não existia qualquer tipo de AC como podemos ver pelo dispositivo, em que observamos uma escassa presença das nossas.

⁷⁰ Ver apêndice A, figura 10 e 11.

5.2. Evolução do dispositivo da Guiné

Relativamente à Guiné podemos observar três momentos chave no seu dispositivo, o dispositivo inicial, em 1968 após a chegada do General Spínola, e o dispositivo no final do conflito em 1974⁷¹. Na primeira fase observamos que apenas existia uma BAC1 à data de 8 de novembro de 1963 e logo após o início do conflito existe a projeção de pelotões de artilharia para Mansabá, Olossato, Catió, Cacine e Cabedu, em 1968 após a chegada de Spínola ao teatro de operações já os pelotões se encontravam a 3 bocas de fogo cada um e verificamos que já temos uma grande dispersão de pelotões por todo o teatro com dois PelAC em Bula a norte, dois em Mansoa, um em Tite, Babadimca e três em Catió, e quatro em Buba, em Bissau encontrava-se apenas um pelotão.

O momento final que vamos observar é nos finais da guerra a 7 de abril de 1974, quando existiam no teatro de operações trinta e quatro pelotões de artilharia espalhados pelos diversos aquartelamentos: Dois na zona de Ingoré, três em Bigene, dois em Farim, três em Bafatá, dois em Pirada, três em Piche, um em Nova Lamego, um em Babadinca, dois em Mansoa, um em Bula, o Comando GA7 em Bissau, três PelAC em Tite, três em Buba, três em Catió, e finalmente três em Gadamael Porto. Tendo aqui em conta a dimensão do território que era de 31,800 Km² em que por motivos das marés apenas cerca de 28,000 Km² estão permanentemente emersos (Barata, et al., 1997) com esta dimensão e a quantidade de artilharia presente o teatro da Guiné era aquele que possuía a maior quantidade de terreno coberto pela artilharia.

5.3. Evolução do dispositivo de Moçambique

No teatro de operações de Moçambique, tal como acontece em Angola⁷² o teatro de operações encontra-se dividido em Comandos Territoriais (em Angola com designação de Zonas de Intervenção, mas a base era a mesma) que era o Comando Territorial Norte (CTN), Comando Territorial Centro (CTC) e o Comando Territorial Sul (CTS), no primeiro momento em 1964, início do conflito neste teatro de operações podemos verificar a existência de duas baterias e o Comando do Grupo no CTN em Nampula, no centro temos uma bateria em intervenção localizadas na Beira, e a Sul em Lourenço Marques podemos verificar que existe uma Bateria e o Centro de Instrução (CI).

⁷¹ Ver Apêndice B a Evolução do Dispositivo da Guiné

⁷² Ver Apêndice C a Evolução do Dispositivo de Moçambique

O momento seguinte que podemos analisar é em 1970 quando tem início a Operação Nó Górdio que foi a maior operação realizada durante a guerra, envolvendo cerca de 8000 militares, combinando diversos tipos de unidades. Decorreu no distrito de Cabo Delgado (norte de Moçambique) no planalto de Mueda, aqui podemos ver a norte a artilharia conta com dois PelAC e duas BAC, ao centro temos uma BAC e um PelAC, assim como o comando do GAC6 na Beira, na zona sul existe uma BAC perto de Lourenço Marques, por fim o último momento a que vamos analisar é em 1974, em que na zona mais a norte vemos novamente grande presença da artilharia, derivado de operações como a Operação Fronteira, e o clima a maior intensidade que se fazia sentir a norte, e por isso contamos com três BAC a norte, e uma BAC na zona centro para proteger a construção de Cahura Bassa, e novamente é possível verificar no contexto geral a redução de forças no setor sul que agora não contava com presença de artilharia de campanha.

É importante salientar ainda a figura nº4, anteriormente analisada visto que as BAC continham o número elevado de pelotões e que estavam espalhados por pelos aquartelamentos a norte de Moçambique, garantindo assim a sua defesa e possibilitando fogos de flagelação.

5.4. Organização das posições de Artilharia

A organização típica de uma posição de artilharia para um pelotão num aquartelamento seria com um espaldão a proteger o obus que poderia ser feito com sacos de areia, bidons, troncos de árvores ou simplesmente terra e pedras⁷³, como transmitido pelo Cor Cerca da Silva existia junto ao espaldão um paiolin para proteger as munições das condições climatéricas, e no caso do material 8,8 cm poderia haver uma marcação no chão de uma bússola, para que em caso de serem atacados fossem capaz de responder ao fogo de uma forma mais rápida e expedita.

Quanto à sua localização no aquartelamento esta poderia ser em locais dois locais oposto do aquartelamento como podemos ver na imagem nº 27⁷⁴ por forma a proteger a maior porção de terreno envolvente do aquartelamento, outra forma seria como já referido anteriormente (e quando os aquartelamentos eram de maior dimensão) as duas bocas de fogos próximas uma da outra num local considerado crítico para o comandante (nos aquartelamentos com pista de aviação esta seria uma zona crítica devido aos campos de tiro

⁷³ Ver Apêndice F, organização da posição de um obus

⁷⁴ Ver Apêndice F

livres para o inimigo) esta distância naturalmente variaria, mas o principal objetivo de colocar as bocas de fogo juntas seria para no momento do efetuar as flagelações fogo possível obter alguma concentração de fogos (Cerca da Silva, comunicação pessoal, 18 abril, 2018).

Como nos foi ainda transmitido pelo Cor Lourenço, as posições poderiam ter um abrigo, onde nos locais em que a guerra era mais intensa lá ficaria alguém a dormir para que assim que existisse um ataque à nossa posição este poderia responder ao fogo de forma extremamente rápida, o obus já estava carregado para fazer tiro direto e a apontar num rumo de vigilância, de aproximação provável do inimigo.

CONCLUSÕES

No decorrer do trabalho abordamos os teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, no que refere às unidades de artilharia de campanha, referindo como é que as unidades de artilharia de campanha estavam organizadas, abordamos qual a forma de utilizar a artilharia naquele tipo de guerra e qual a tipologia de missões realizadas pela AC. Identificamos ainda os equipamentos de artilharia de campanha utilizados durante os 13 anos de guerra e como evoluiu o dispositivo da artilharia em cada um dos três TOs.

Assim e em resposta à pergunta derivada 1: “Como estavam organizadas para o combate as unidades de Artilharia de Campanha?”, vimos, portanto, que em Angola estava organizada em unidades de Guarnição Normal e de Reforço, sendo que as de guarnição normal eram unidades militares do escalão grupo de artilharia de campanha que já pertenciam à região militar de Angola antes do início do conflito, e as unidades de reforço foram unidades que foram mobilizadas da metrópole para Angola. Existiam dois grupos do dispositivo territorial (de guarnição normal) e um Grupo de reforço pelo que no decorrer da guerra estiveram empenhadas em operações unidades de escalão Bateria que em alguns casos estava dividida em subunidades de escalão Pelotão (2 bocas de fogo) e noutros se mantiveram como unidade de escalão Bateria (5 ou 6 bocas de fogo).

Podemos concluir que em Angola e em Moçambique se verificou esta forma de organização para o combate em baterias e em pelotões, e que as unidades de AC operaram destas duas formas em operações. Na Guiné para efeitos operacionais o escalão que foi sempre usado foi o pelotão de AC, em regra constituído por 3 bocas de fogo.

Na Guiné e em Moçambique ambos os teatros tiveram na fase final da guerra, apenas um GAC como unidade que enquadrava as restantes subunidades presente no TO. Na Guiné o Grupo estava organizado em pelotões, após a alteração de designação de BAC 1 para GA 7, o comando de Grupo tinha 34 pelotões de artilharia de campanha a 3 peças cada um, destacados por aquartelamentos em toda a região da Guiné. Em Moçambique quando existia apenas o GAC 6 este enquadrava todas as baterias do TO, embora estas unidades (algumas também articuladas em pelotões) estivessem muito longe da sede do Grupo o que não permitia uma verdadeira ligação entre este escalão e as suas subunidades. Em Angola e em Moçambique conforme a sua missão e em função da situação da unidade apoiada, algumas baterias atuaram como tal e outras foram divididas em pelotões.

Nos casos em que as baterias estavam atribuídas a um comando de sector ou outro escalão superior, a unidade (bateria) permanecia em regra organizada enquanto bateria (a 5 ou 6 bocas de fogo) mas nos casos em que era necessário atribuir meios de AC em apoio directo às unidades de atiradores do dispositivo, em regra o escalão empregue era o Pelotão (2 bocas de fogo) e assim as baterias eram divididas descentralizando o comando nos Pelotões atribuídos a Companhias ou Batalhões de Atiradores.

Em Moçambique verifica-se na fase final da guerra a 1ºBAC e a 3ªBAC encontravam-se em intervenção, para efetuar operações ou intervirem em algum local critico, sob o comando de um comando de sector o que é diferente da Guiné tendo em conta a dimensão do teatro de operações de Moçambique consideravelmente superior à Guiné. Por outro lado, em relação à 2ªBAC e à 4ªBAC estas estavam destacadas em 10 aquartelamentos (16 pelotões) como acontecia na Guiné.

Como resposta a pergunta derivada 2: “Que tipo de missões realizavam as unidades de Artilharia de Campanha?” podemos verificar que existe grande ligação entre todos os teatros mas Angola e Moçambique estão mais intimamente ligados nas missões de apoio às operações, aqui podemos fazer uma reflexão sobre a dimensão do território em que por muito dispersos que os pelotões estejam seria impossível cobrir a área afetada por operações inimigas sem que as unidades de artilharia de campanha acompanhem as operações, onde na Guiné como a dimensão do território era substancialmente mais reduzida existiria por norma próximo do local de uma operação um pelotão de artilharia de campanha capaz de apoiar dita operação, como foi o caso da operação para o levantamento do aquartelamento de Gadembel.

Mas o principal tipo de missões realizadas pela artilharia de campanha podemos verificar que são, defesa imediata, apoio a operações móveis, missões de flagelação, e interdição de fronteira.

Em resposta à pergunta derivado 3 “Quais foram os tipos de bocas de fogo de artilharia usadas pelas unidades de Artilharia de Campanha nos três TO?” podemos reduzir a nossa resposta à análise do quadro nº 6, que demonstra para Angola a presença do Obus 7,5 Montanha, 8,8 cm, 10,5 cm K/R, peça 11,4 cm, Obus 14 cm e Obus 15 cm, na Guiné esteve presente o Obus 8,8 cm, 10,5 cm, e os obuses pesados peça 14 cm, e 11,4 cm, enquanto que para Moçambique tivemos apenas o Obus 8,8 cm e o Obus pesado 14 cm.

Como resposta à última pergunta derivada: “Como eram organizadas as posições das unidades de Artilharia de Campanha e como estavam dispostas no terreno?” observamos que estas se encontram maioritariamente organizadas como pelotões que são entregues a um

aquartelamento, que seriam aqueles que se encontravam nos locais mais perigosos, fazendo com que estivessem concentrados no norte de Angola e na zona a Leste, sendo que se encontravam aqui os grandes corredores de infiltração dos insurgentes.

Na Guiné estavam um pouco espalhados por toda a província, mas podemos denotar uma concentração na zona a sul que faz fronteira com a Guiné-Conacri assim como em toda a fronteira a norte de fronteira com o Senegal.

Relativamente a Moçambique vemos que à semelhança dos outros TOs a artilharia se concentra numa determinada zona do teatro de operações, que neste caso é a zona norte de Moçambique principalmente no corredor de Mocimboa da Praia – Diaca – Sagal – Mueda e Mueda – Miteda – Muidumbe – Nangololo, cuja localização bordejava as bases principais da FRELIMO, quanto à posição esta estaria protegida por um espaldão, e teria normalmente um abrigo perto da mesma assim como um paiolin para guardar algumas munições.

Depois de respondidas todas as questões derivadas, vamos de encontro à nossa, pergunta de partida **“Como estavam organizadas e equipadas, e como atuaram as unidades de Artilharia de Campanha durante a Guerra de África (1961-1974) nos três Teatros de Operações (TO) de Angola, Guiné e Moçambique?”**

As dificuldades sentidas na realização do presente trabalho prendem-se acima de tudo na dificuldade que existe em encontrar obras relativas a este tema, que tratem essencialmente da realidade que a artilharia viveu durante o conflito, onde para contrariar esta dificuldade tivemos que nos socorrer ao testemunho de quem lá esteve e viveu a situação, onde aqui ressalta outra dificuldade. A diferença que existe na passagem dos acontecimentos que varia de pessoa para pessoa, dependendo do local onde determinada pessoa esteve e altura do conflito, como por vezes parecesse que estavam a falar com guerras diferentes.

Com futuros trabalhos proponho, que em abordagem semelhante seja analisado mais detalhadamente o teatro de operações de Angola, Guiné e Moçambique, em especial os dois últimos que foram os mais ricos no que toca ao uso da artilharia de campanha durante o conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes de Arquivo

AHM/DIV/2/10/35/04.

PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//1.

PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//14.

PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//15.

PT/AHM/FO/7/b/16/2/292/20/3//8.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//01.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//04.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//14.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//15.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//16.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//25.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//26.

PT/AHM/FO/7/b/16/4/295/97//36.

PT/AHM/FO/7/b/41/4/366/28.

PT/AHM/FO/7/b/41/4/366/32/2/7.

Fontes Editadas

Afonso, A. (2009). Guerra Colonial - Teorias e Práticas da Contra-Subversão. *Revista de História das Ideias*, XXX, 435 - 452.

Barata, M., Garcia, H., Marreiros, J., Moreira, M., Ferro, A., Antunes, A., Mesquita, J. (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* (Vols. 3º Volume - Dispositivo das Nossas Forças Guiné). Lisboa: Pentaedro.

Barata, M., Garcia, H., Marreiros, J., Moreira, M., Ferro, A., Antunes, A., Mesquita, J. (1997). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* (Vols. 2º Volume, Dispositivo das Nossas Forças Angola). Lisboa: Pentaedro.

Barata, M., Garcia, H., Moreira, M., Ferro, A., Antunes, A., Caldeira, F., & Nunes, A. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* (2ª ed., Vols. 1º Volume - Enquadramento Geral). Lisboa, Portugal: BEIRA DOURO, LDA.

Cann. (1998). *Contra-Insurreição em África*. atena.

Carvalho, D. d. (1983). A Artilharia em Moçambique no período 1964/74 Organização e Processos de Actuação. *Revista de Artilharia*, 125-143.

Carvalho, D. d. (1984). A Artilharia em Moçambique no período 1964/74 Organização e Processos de Actuação. *Revista de Artilharia*, 259-263.

Exército, M. d. (1961). *O Exército na Guerra Subversiva - Guia para o Emprego das Pequenas Unidades na Contra Guerrilha*. 3.ª Repartição.

Matos, A. (9 de Fevereiro de 2009). *Cenas de Guerra*. Obtido de <http://cenasdeguerra.blogspot.pt/>

- Martins Silva (2012). *A Artilharia na Guerra de África (1961 – 1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia, Academia Militar, Lisboa
- Nunes, P. (26 de Fevereiro de 2018). *Revista Militar*. Obtido de Revista Militar: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1054>
- Perdigão, S. (2003). O Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra Colonial em Moçambique. *Revista de Artilharia*, 373-382.
- Pinheiro, J. F. (1963). Natureza e fundamentos da guerra subversiva. *Subversão e Contra-Subversão* (pp. 13-47). Lisboa: Bertrand (Irmãos), LDA.
- Quivy, R., & CampenHoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Dunod: Paris.
- Rubim, N. (2014). *A Artilharia de Campanha Estriada Portuguesa*. Lisboa: J.M.G. - Art. Pap., Artes Gráficas e Publicidade, Lda.
- Santos, L., Garcia, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.
- Saraiva, J. H. (1993). *História Consisa de Portugal*. Sintra: Europa-América, Lda.
- Sarmiento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Teixeira Pires (2011). *O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África*, Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia, Academia Militar, Lisboa.

APÊNDICES

Apêndice A – Evolução do Dispositivo de Angola

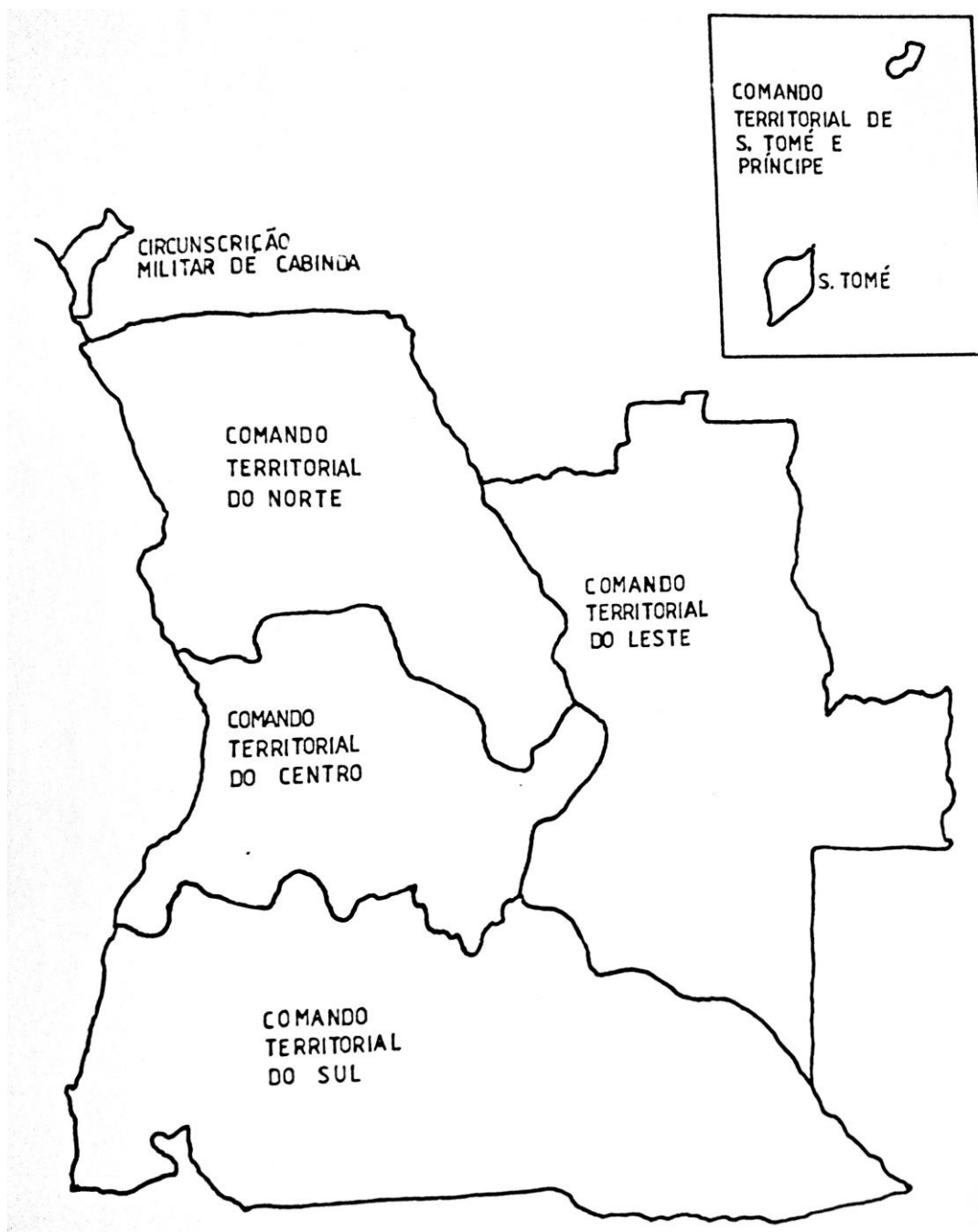
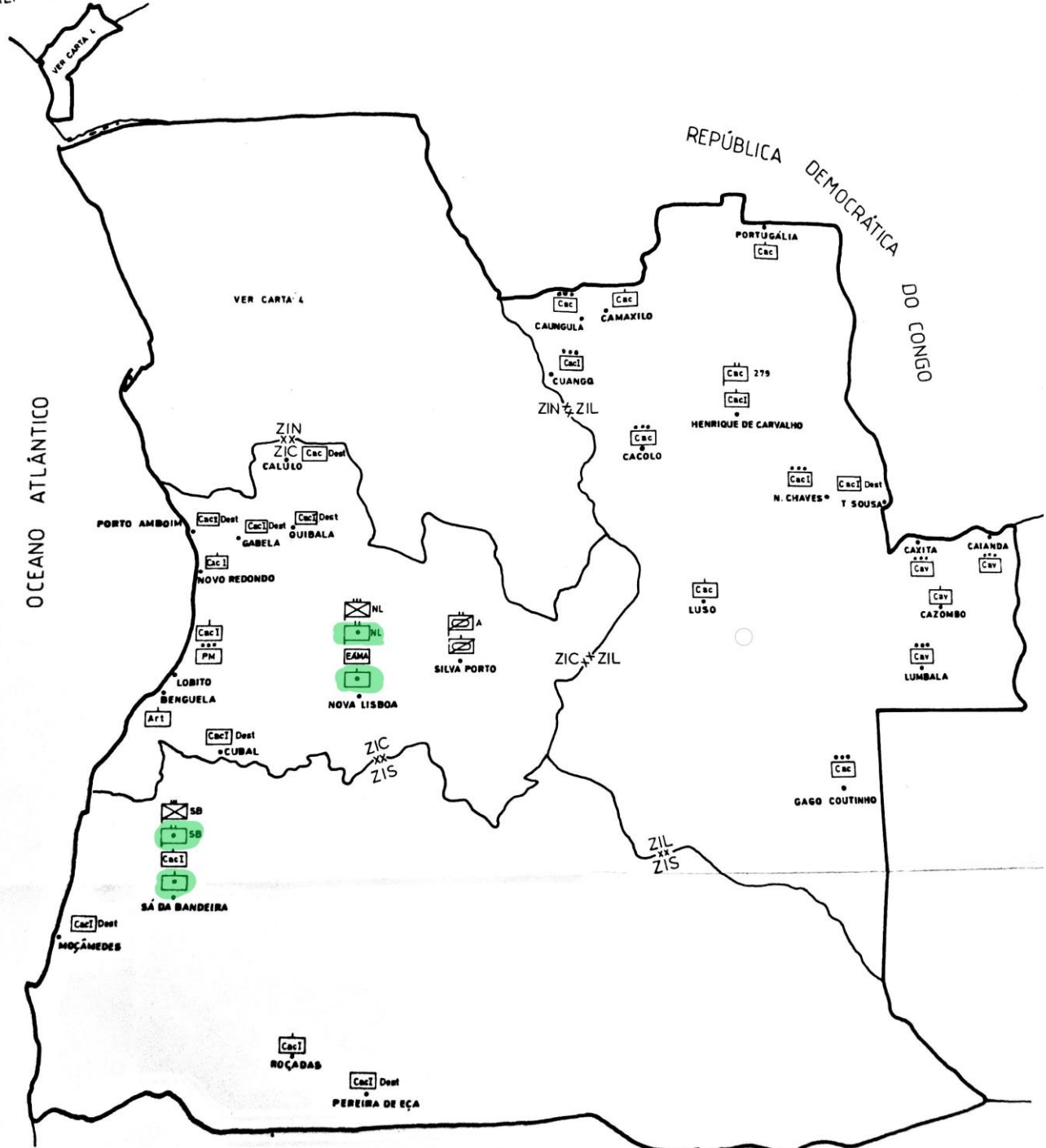


Figura nº.10 – Regiões Militares de Angola

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

REP POP DO CONGO



SUDOESTE AFRICANO

Figura nº.11 – Dispositivo Operacional em Angola 1961

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

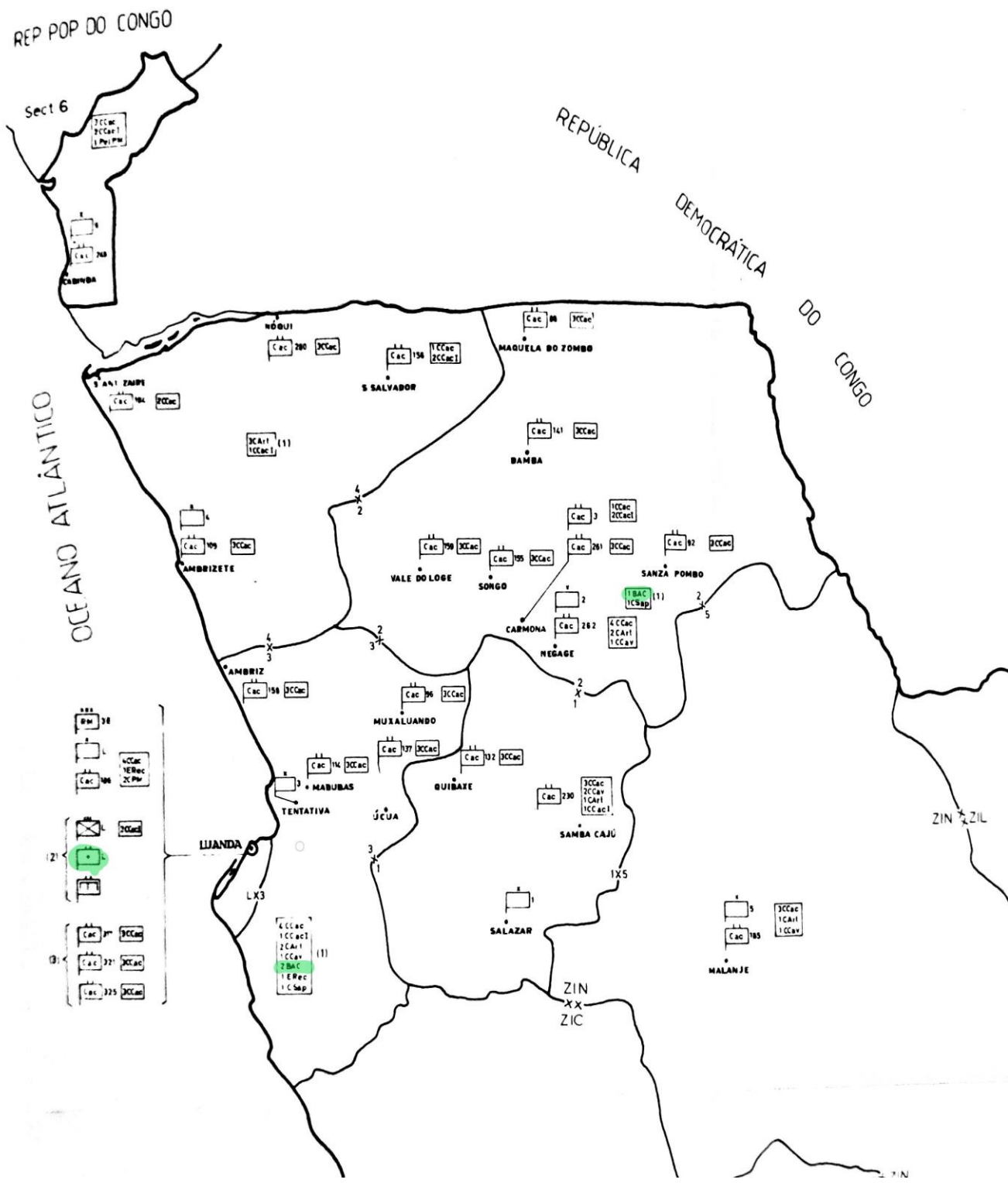


Figura nº.12 – Dispositivo Operacional em Angola 1961, Norte

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

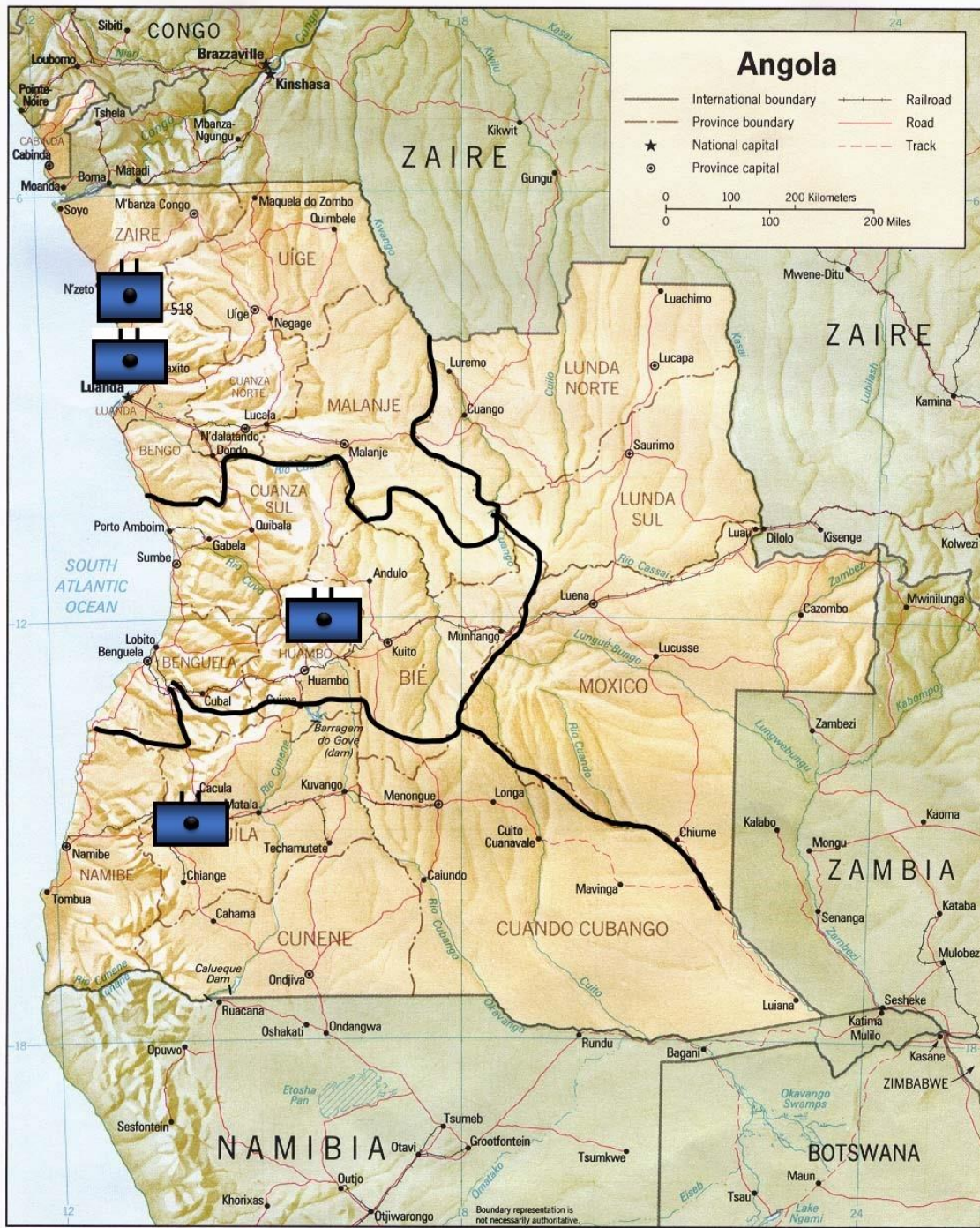


Figura nº.13 – Dispositivo Operacional em Angola 1961

Fonte – Elaboração própria

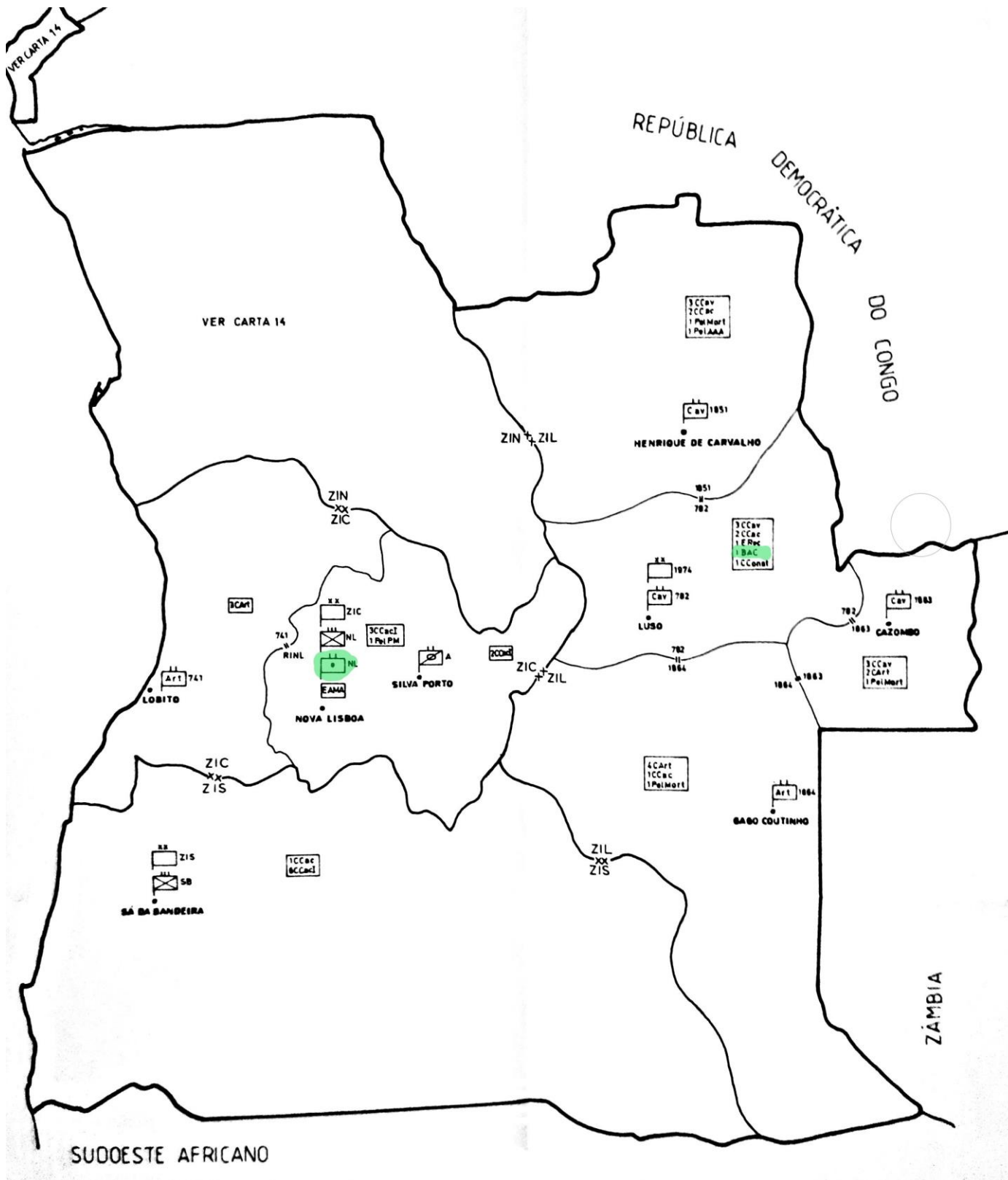


Figura nº.14 – Dispositivo Operacional em Angola 1966

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

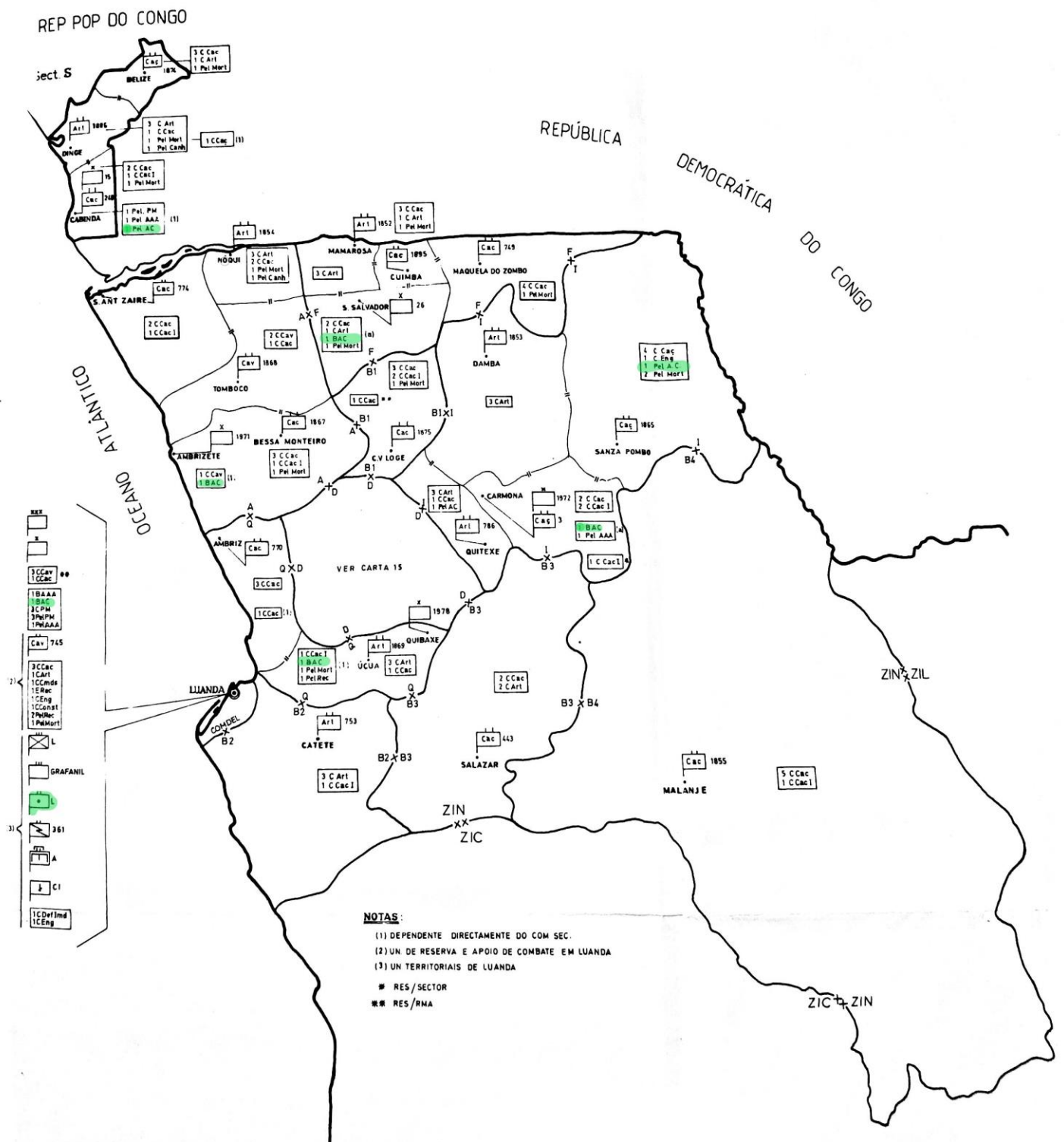


Figura nº.15 – Dispositivo Operacional em Angola 1966, Norte

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

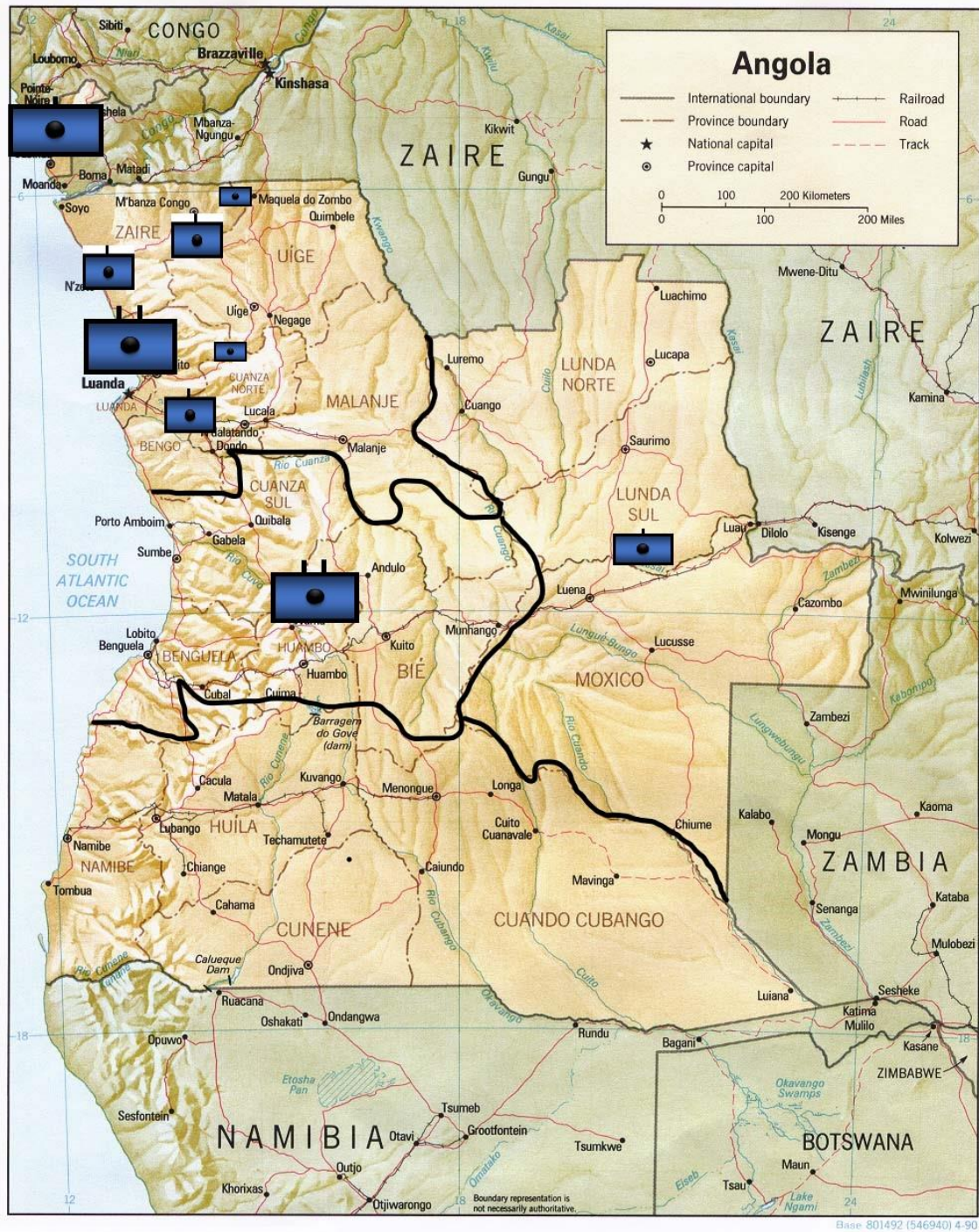


Figura nº.16 – Dispositivo Operacional em Angola 1966

Fonte – Elaboração própria

REP POP DO CONGO

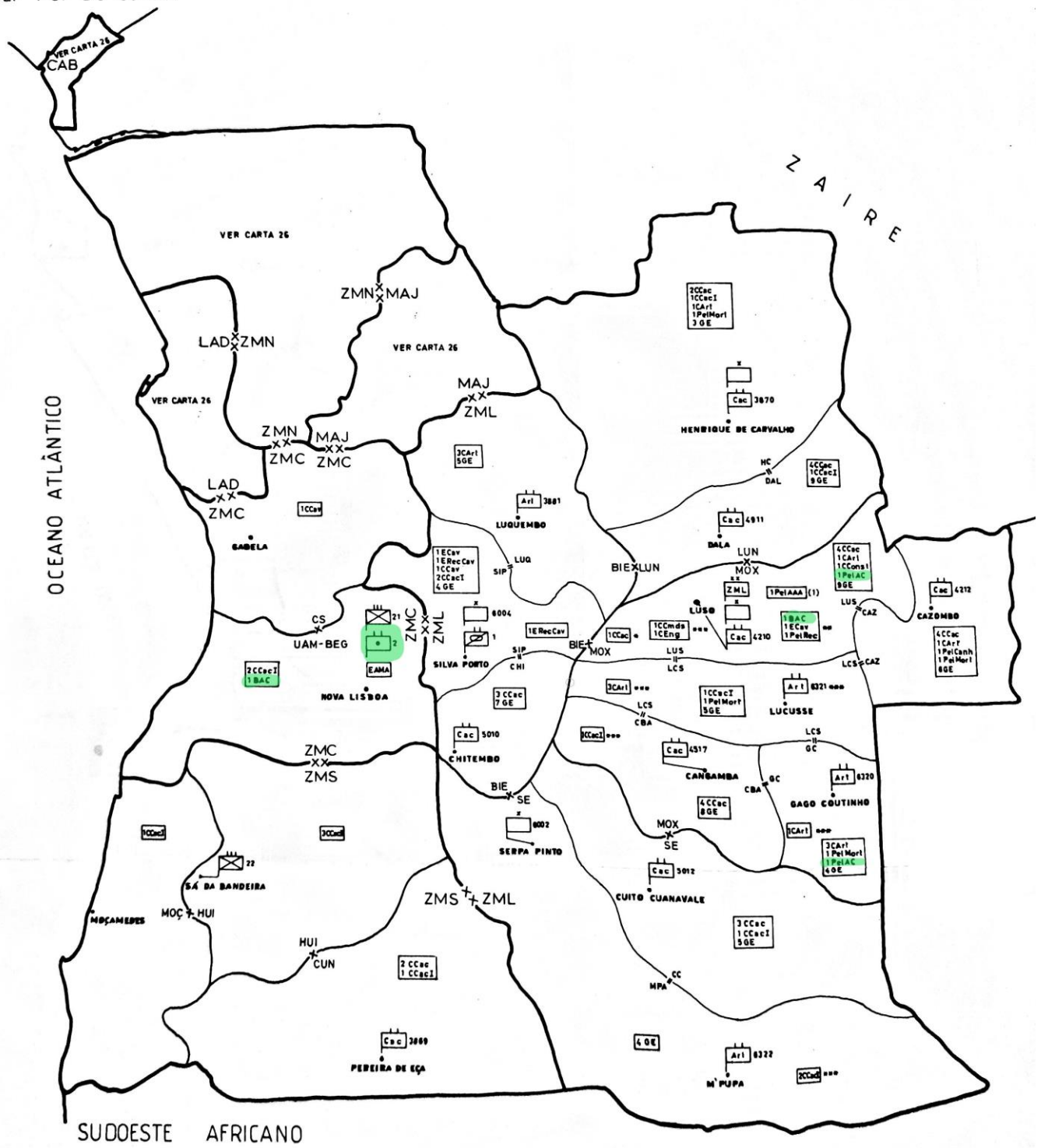


Figura n.º.17 – Dispositivo Operacional em Angola 1974

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

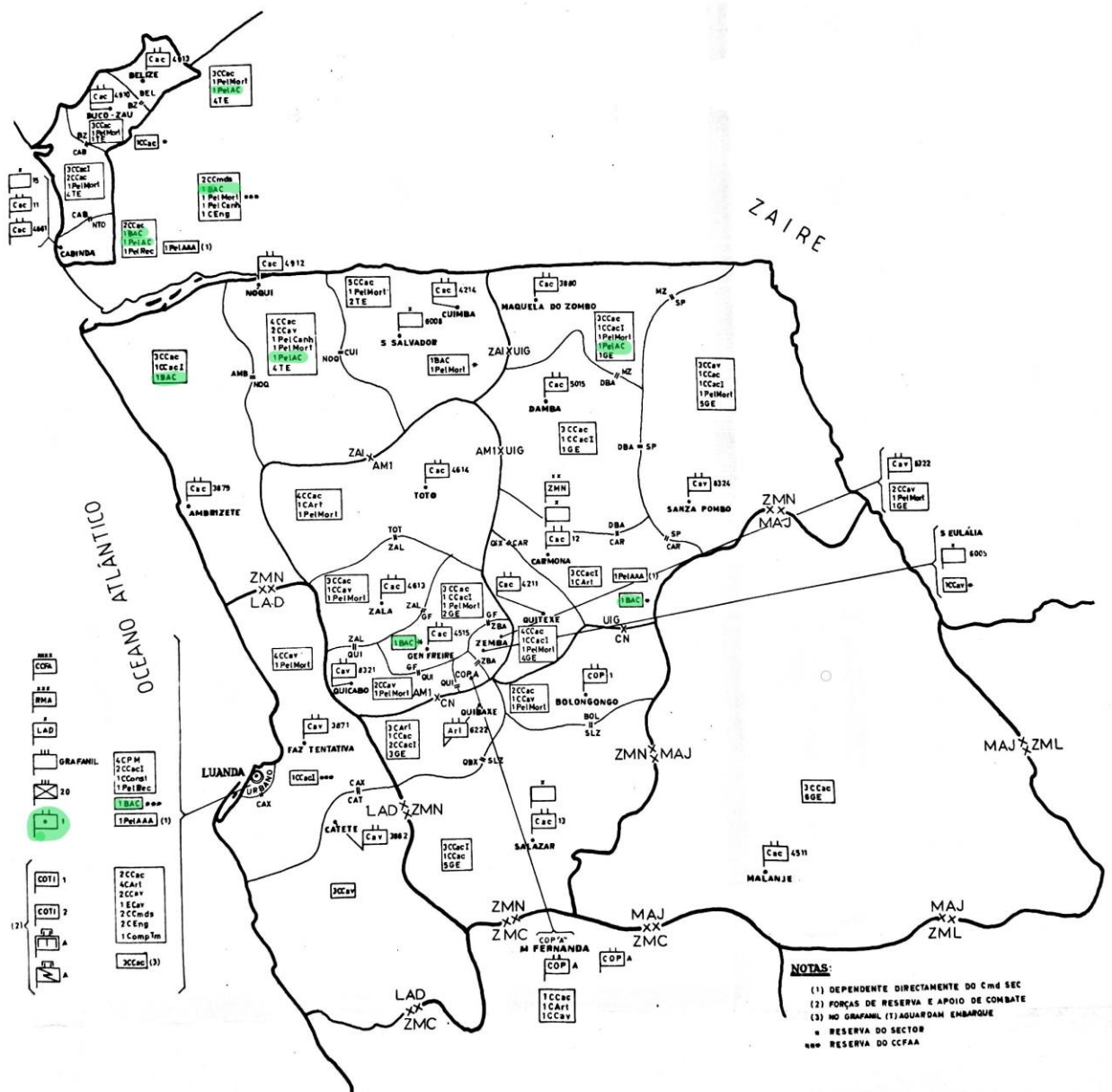


Figura nº.18 – Dispositivo Operacional em Angola 1974, Norte

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

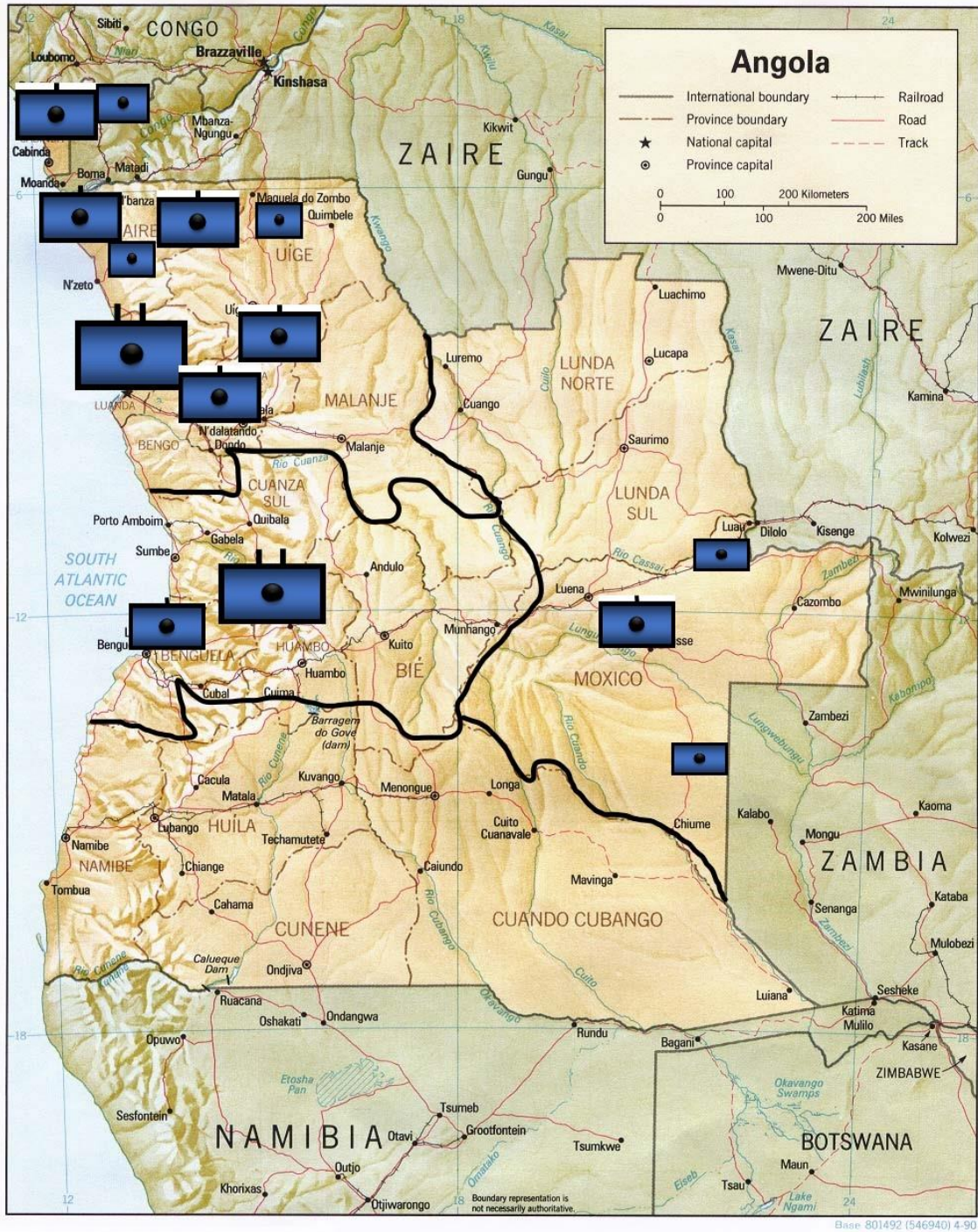


Figura nº.19 – Dispositivo Operacional em Angola 1974

Fonte – Elaboração própria

Apêndice B – Evolução do Dispositivo da Guiné-Bissau

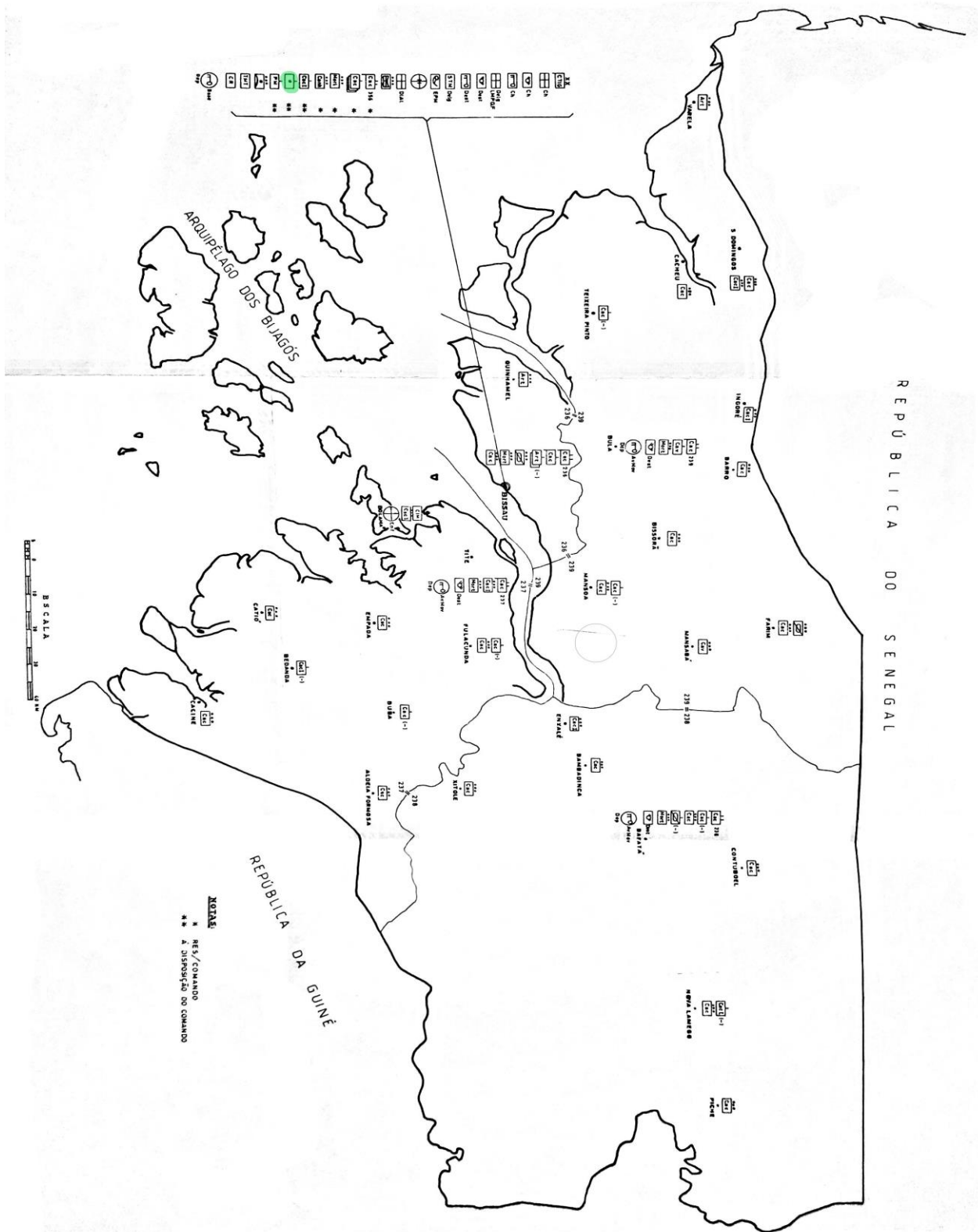


Figura nº.20 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1962

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

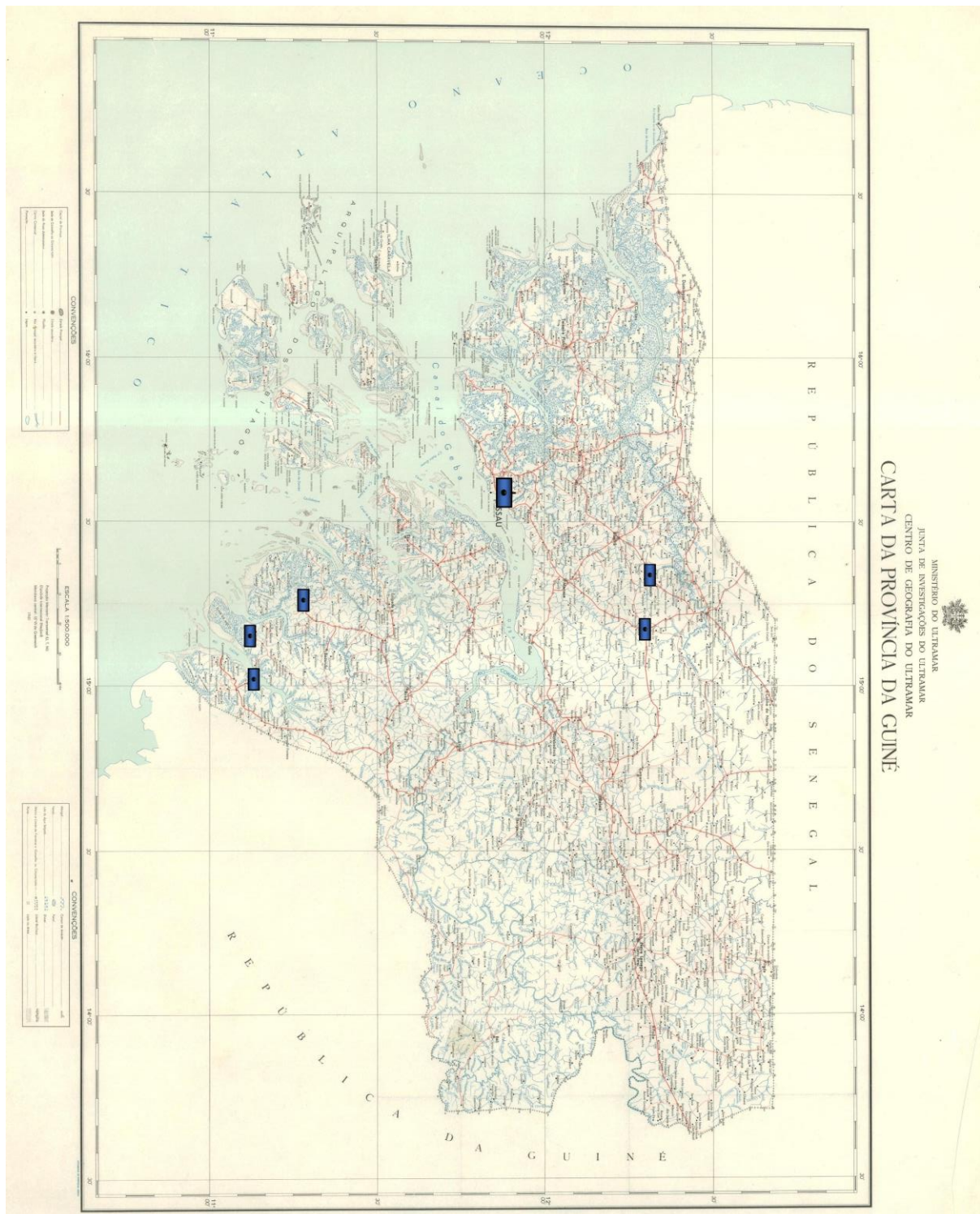


Figura nº.21 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1963

Fonte – Elaboração própria

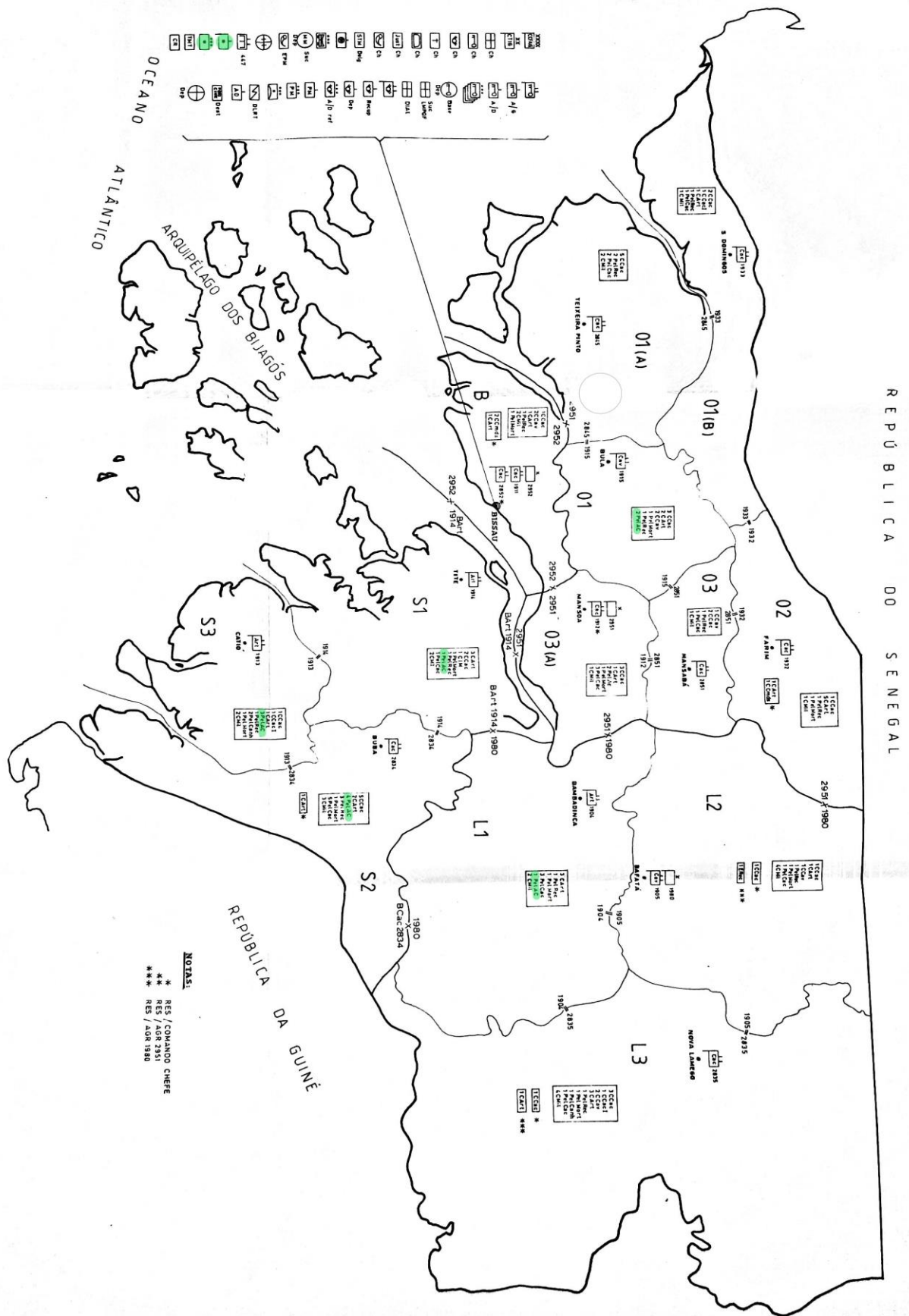


Figura n.º.22 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1968

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

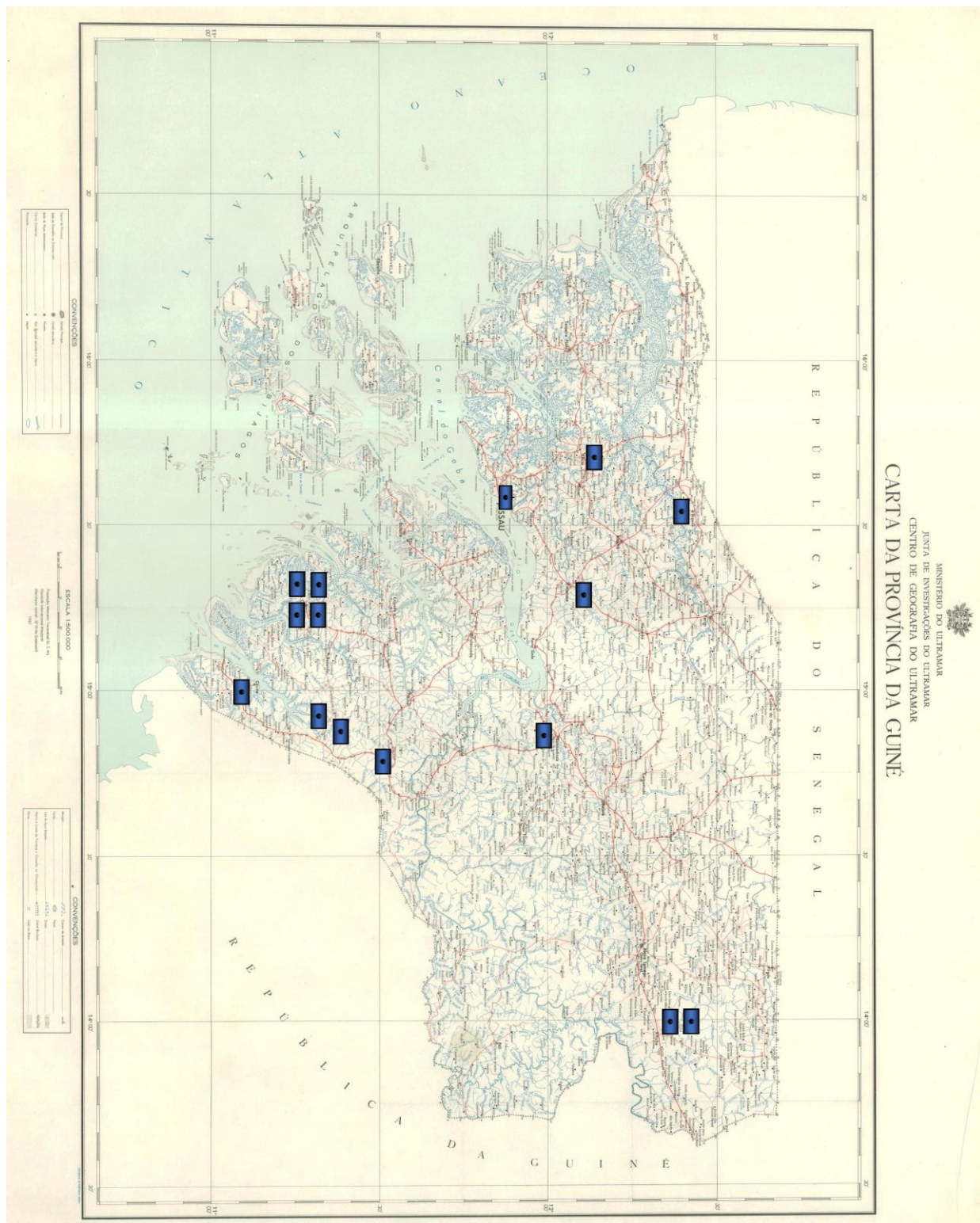


Figura nº.23 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1968

Fonte – Elaboração própria

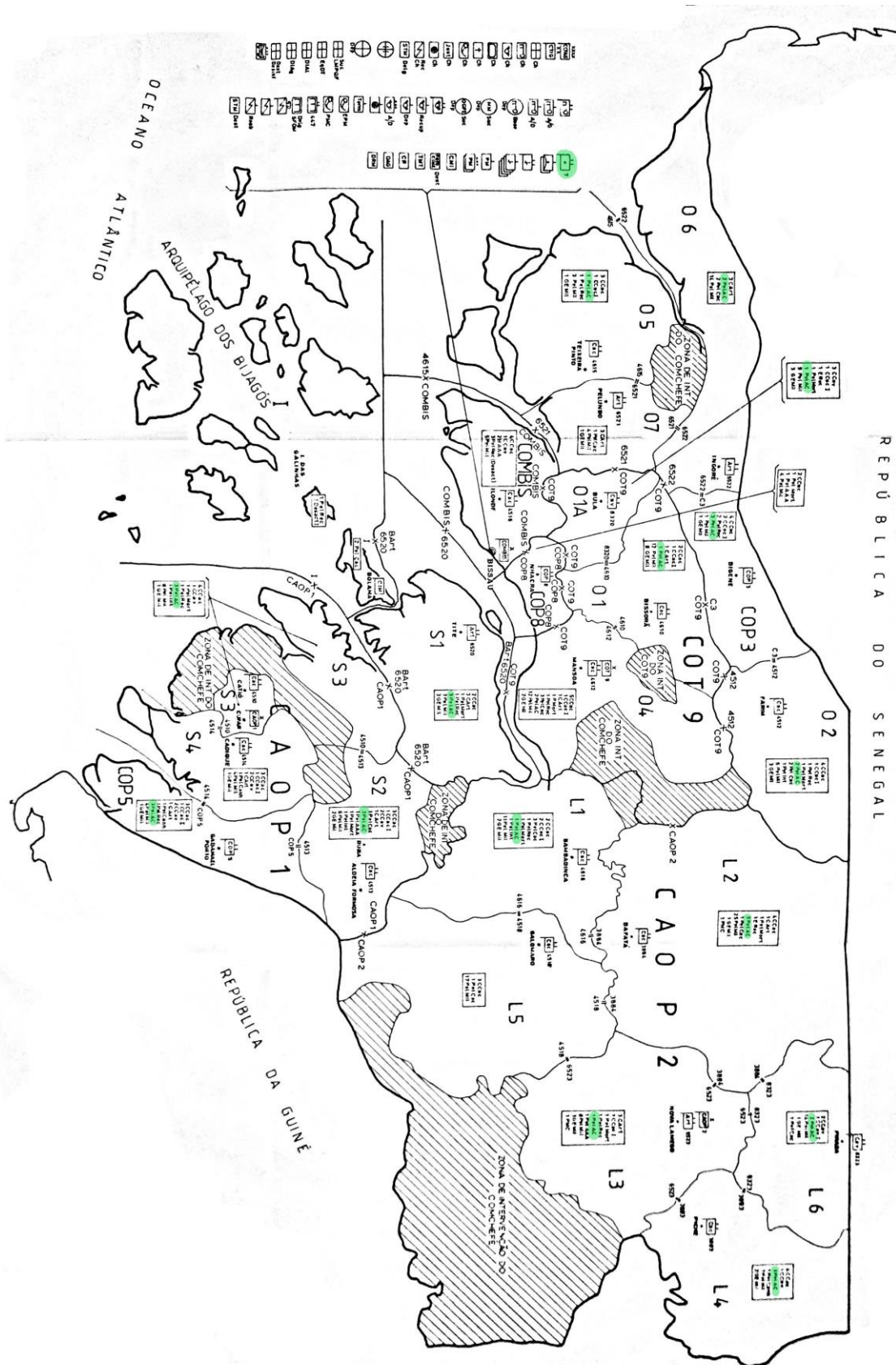


Figura nº.24 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1974

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

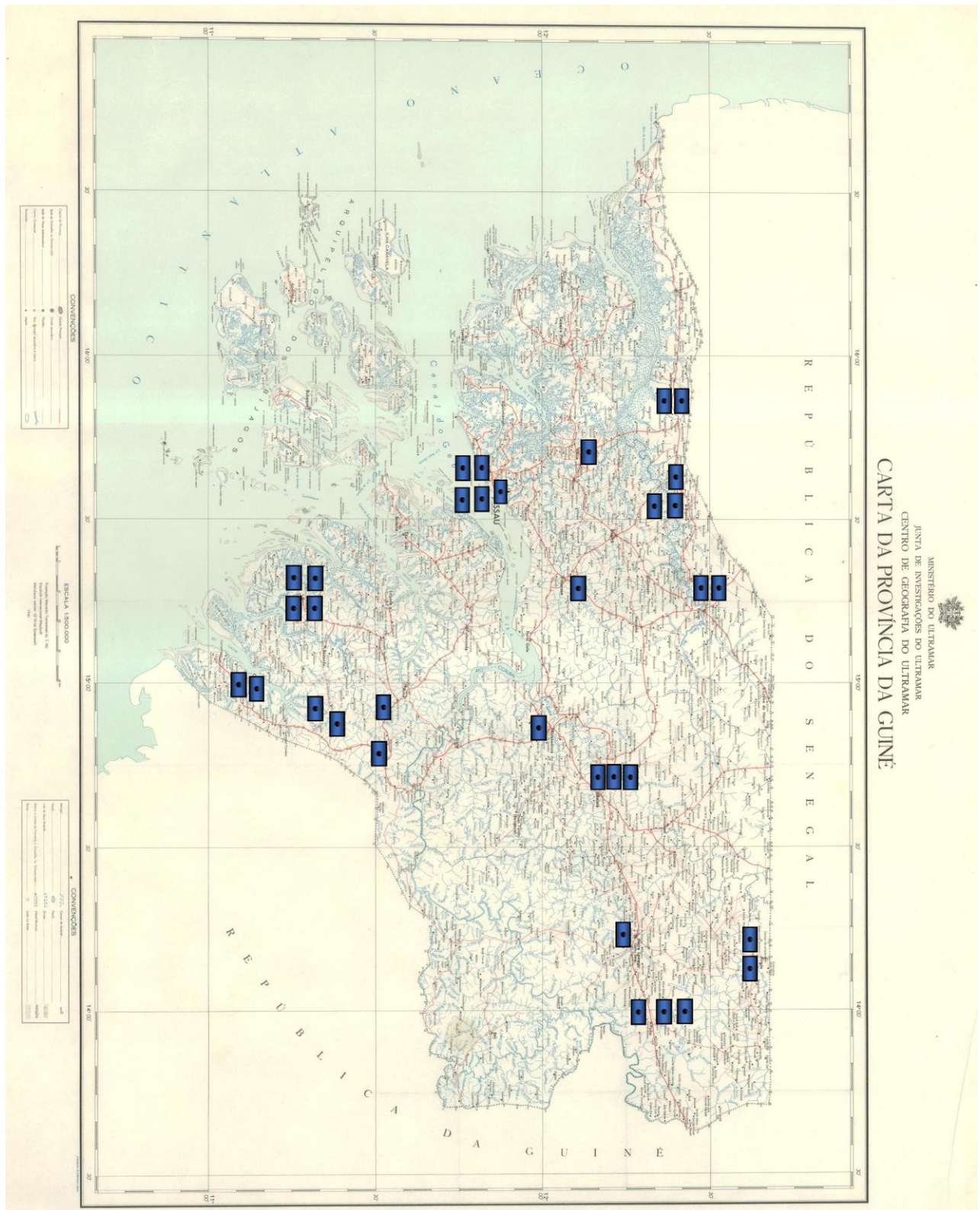


Figura nº.25 – Dispositivo Operacional da Guiné-Bissau 1974

Fonte – Elaboração própria

Apêndice C – Evolução do Dispositivo em Moçambique

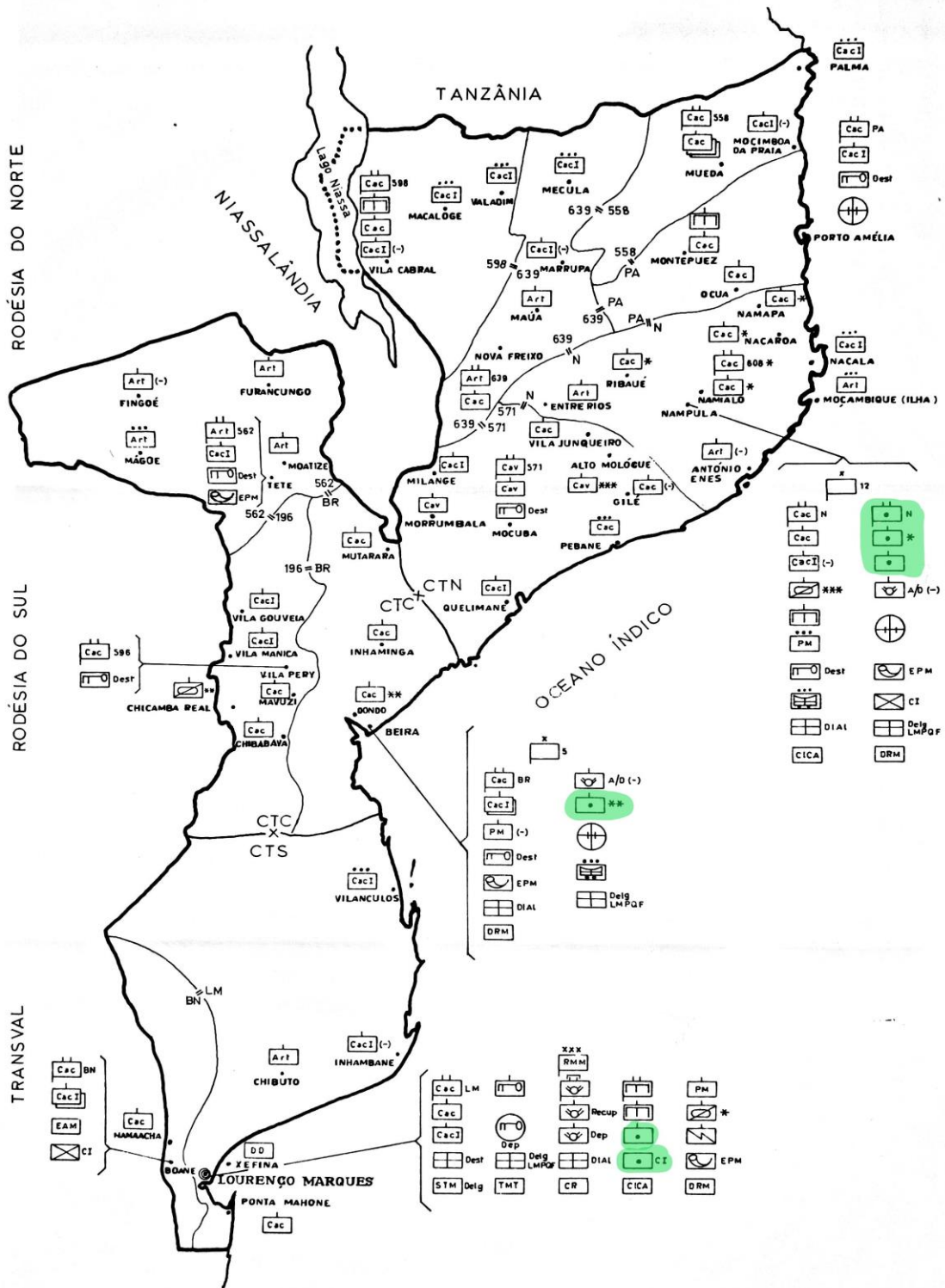


Figura nº.26 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1964

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.



Figura n.º.27 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1964

Fonte – Elaboração própria

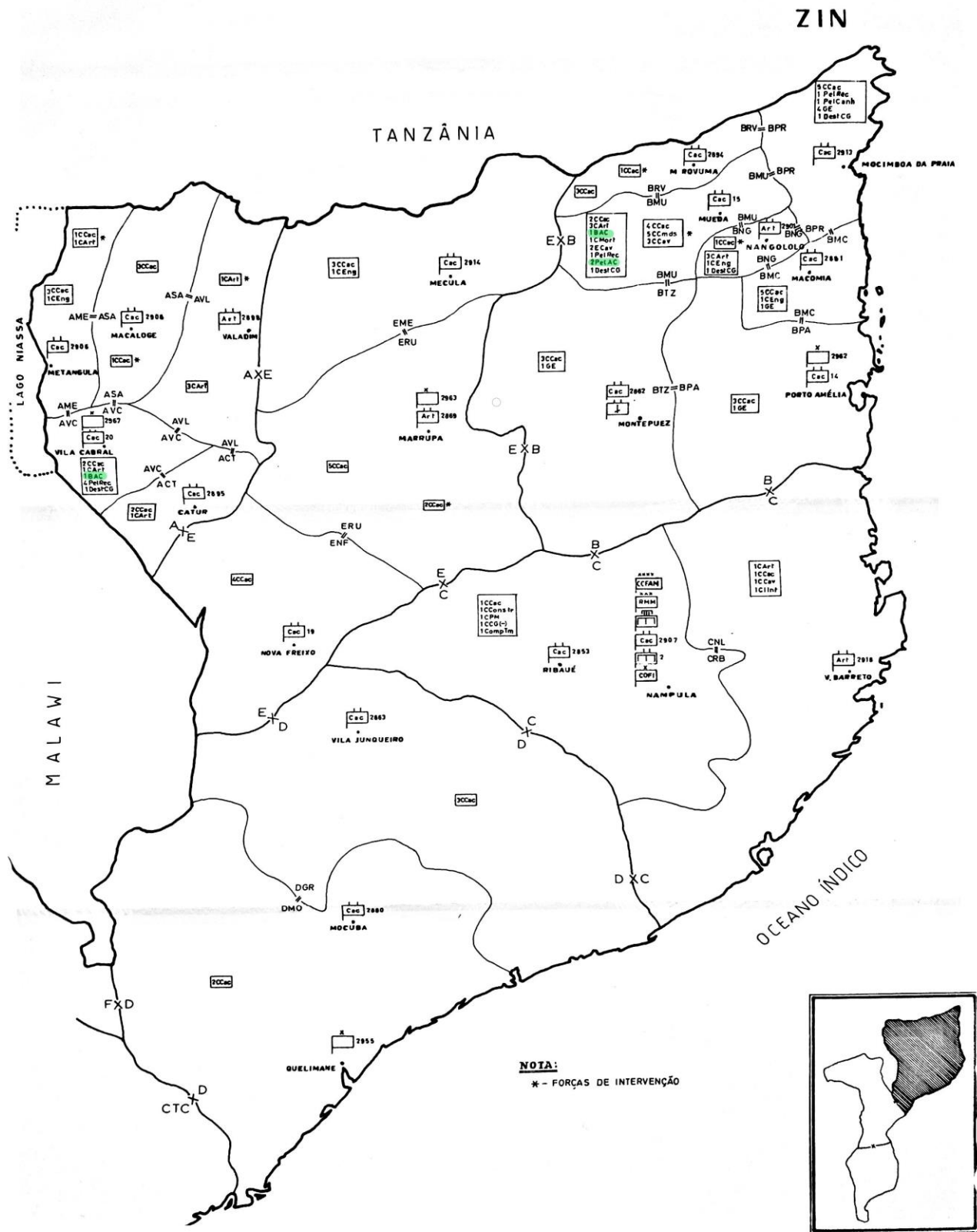


Figura nº.28 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970, Norte
Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

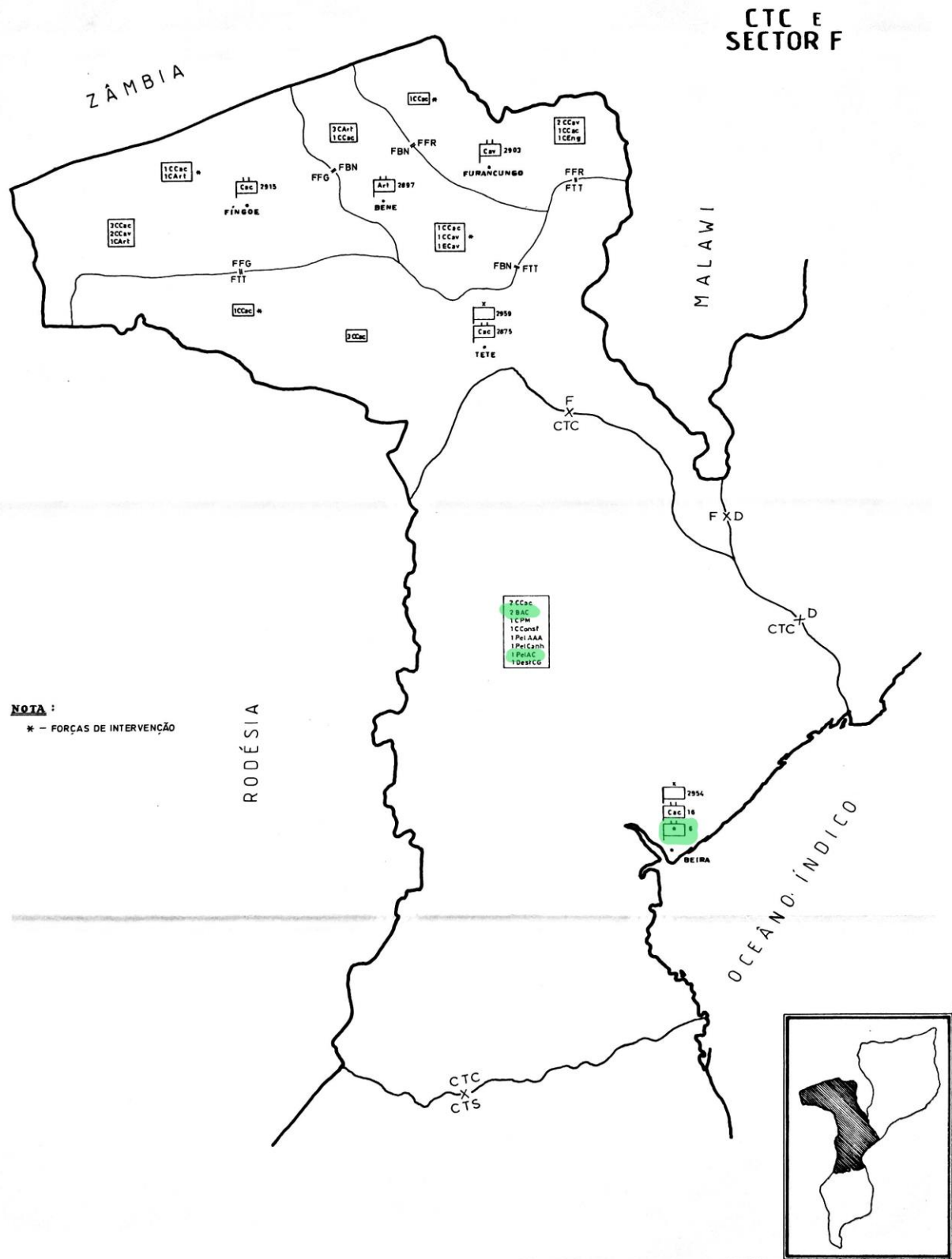


Figura nº.29 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970, Centro

Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

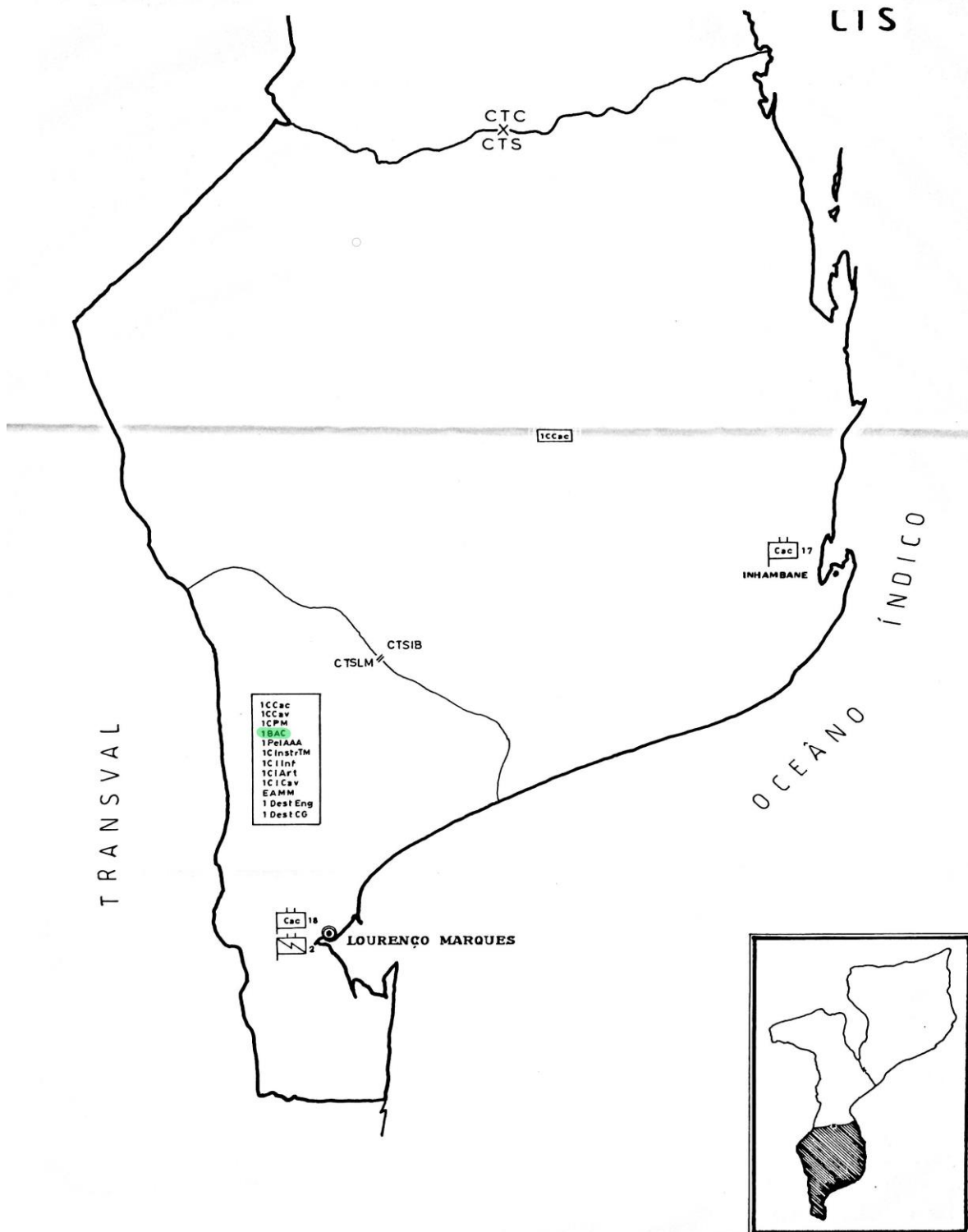


Figura nº.30 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970, Sul
 Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.



Figura nº.31 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1970

Fonte – Elaboração própria

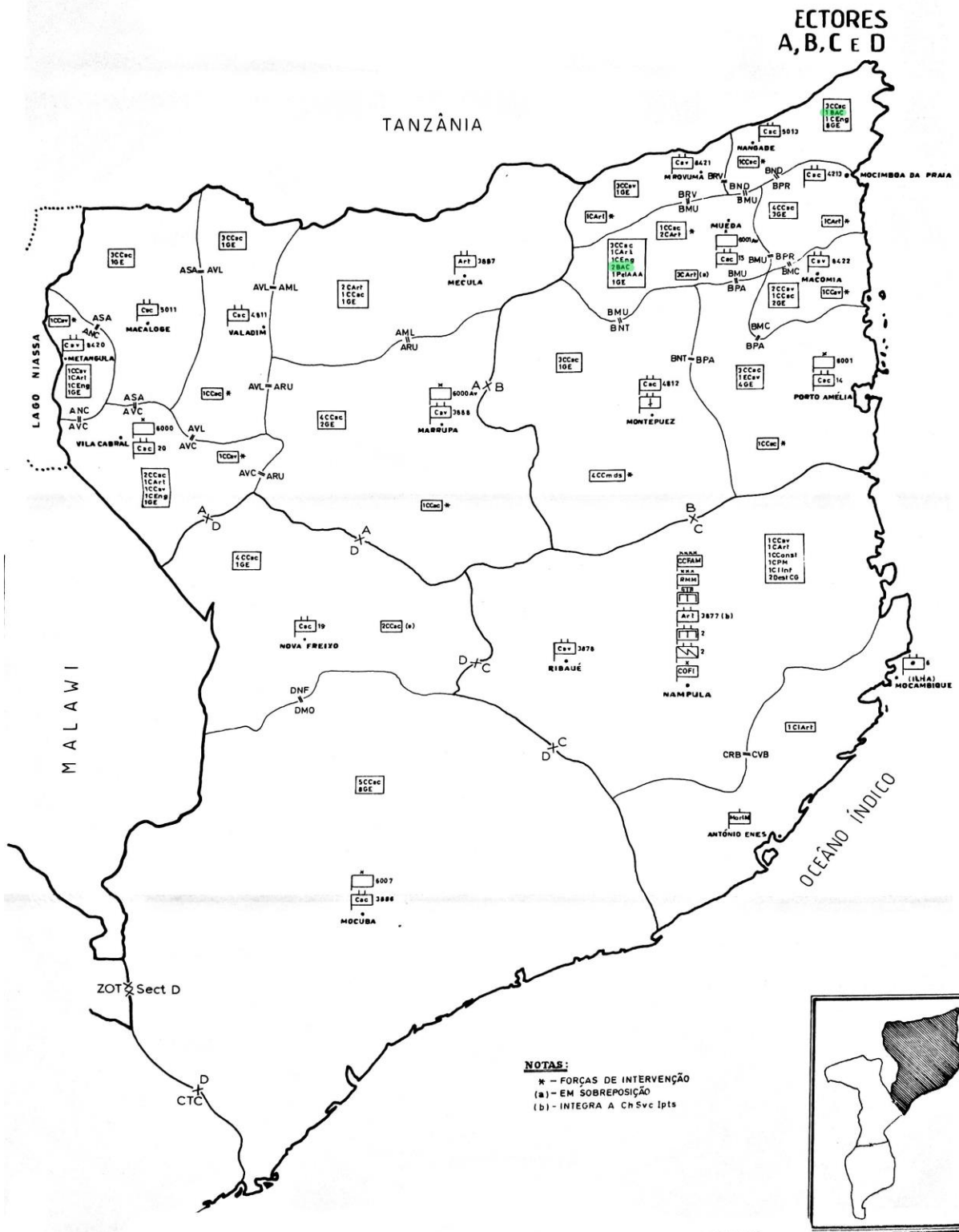
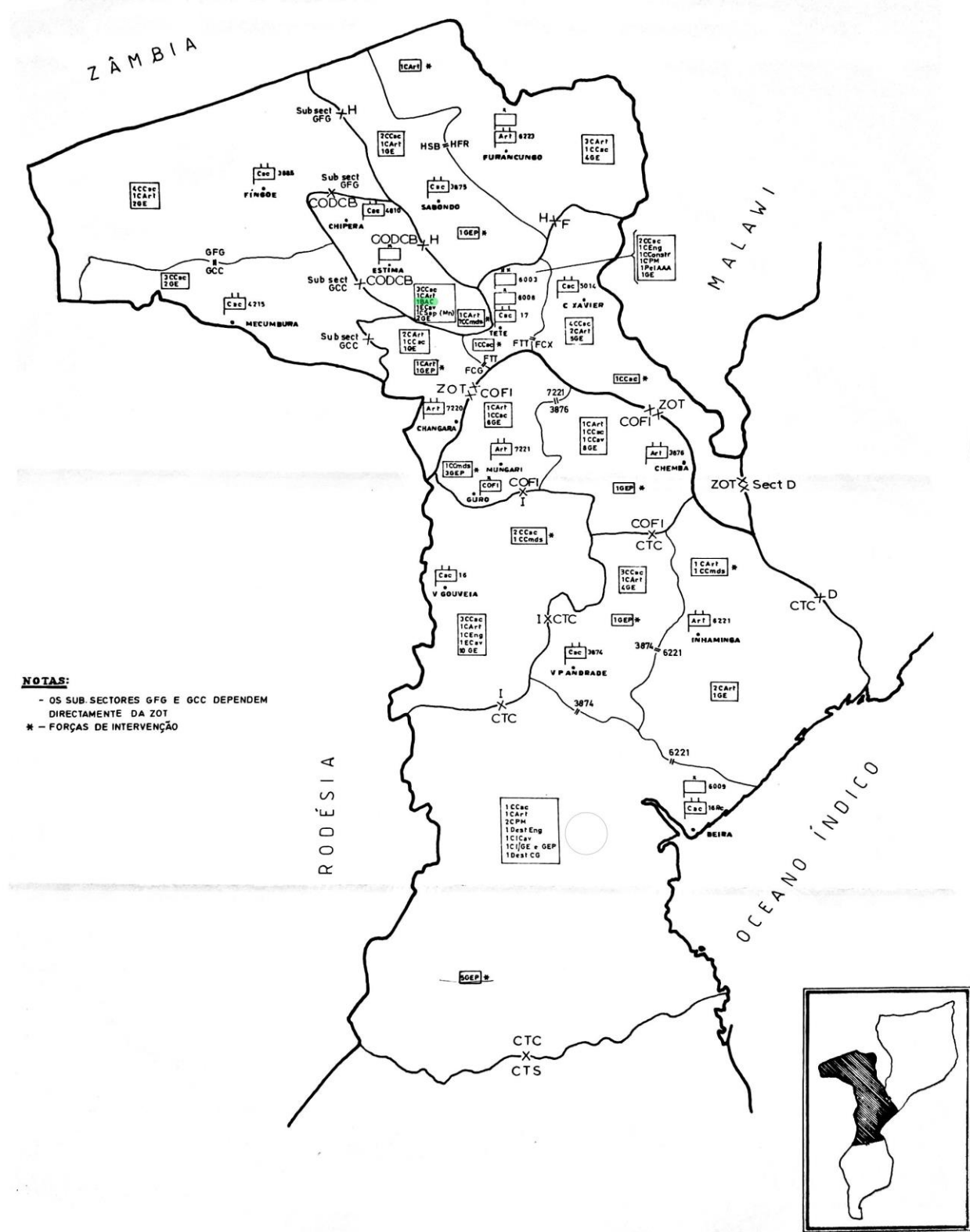


Figura nº .32 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974, Norte
 Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.



NOTAS:
 - OS SUB-SECTORES GFG E GCC DEPENDEM DIRECTAMENTE DA ZOT
 * - FORÇAS DE INTERVENÇÃO

Figura nº.33 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974, Centro
 Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.

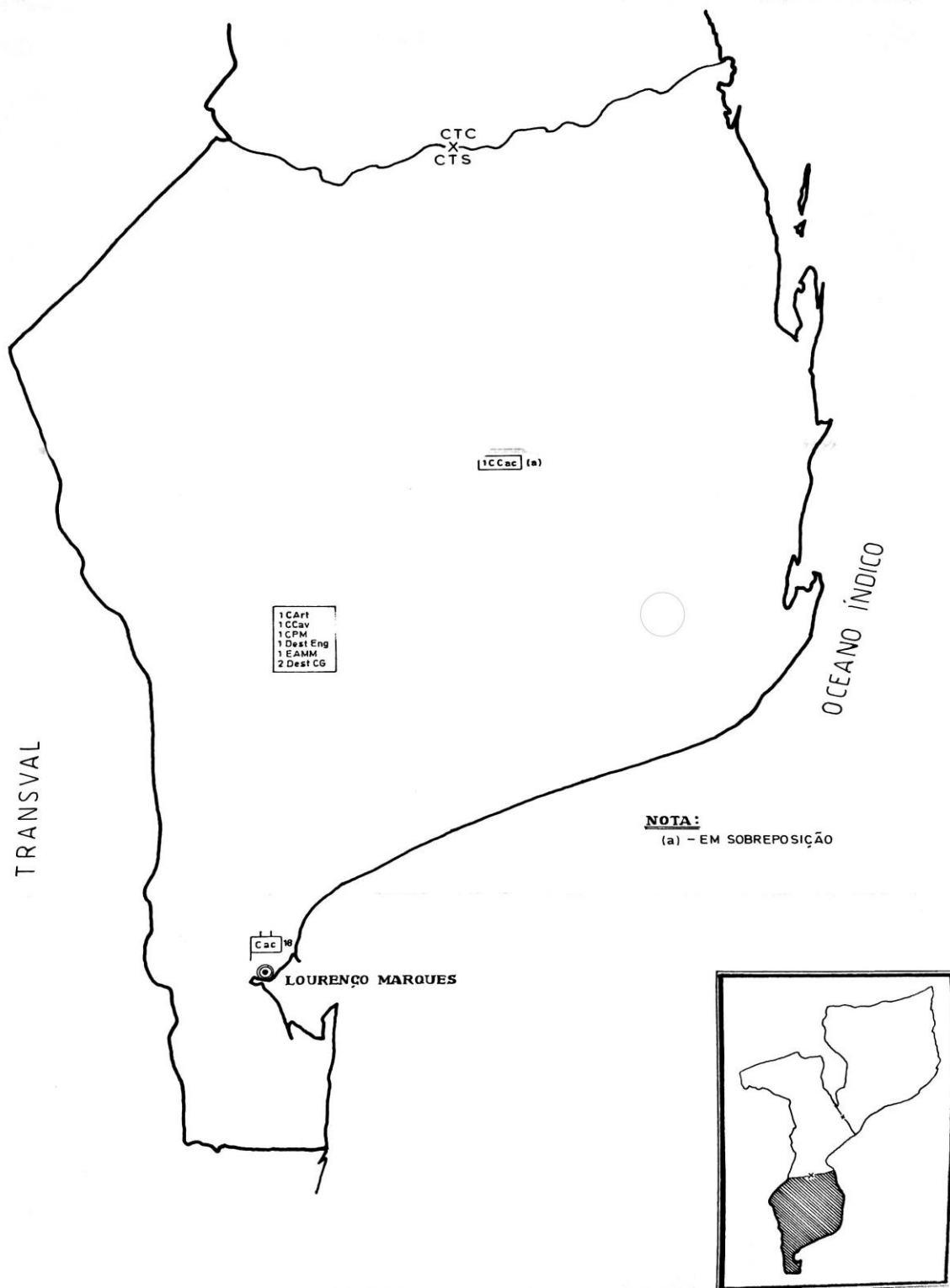


Figura nº.34 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974, Sul
 Fonte - (Barata, et al., 1997), adaptado.



Figura n.º.35 – Dispositivo Operacional de Moçambique 1974

Fonte – Elaboração própria

Apêndice D – Equipamento Utilizado



Figura nº.36 Obus 8,8 cm, Angola

Fonte - <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>



Figura nº.37 Obus 10,5 cm K, Bambadinca, Guiné 1969

Fonte - <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>



Figura n.º.38 Obus 10,5 cm R, Canacassala, Guiné 1972

Fonte - <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>



Figura n.º.39 Peça 11,4 cm

Fonte - <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>



Figura nº.40 Obus 7,5 cm Montanha

Fonte - <http://combatentesarganil.blogspot.pt/2011/08/>

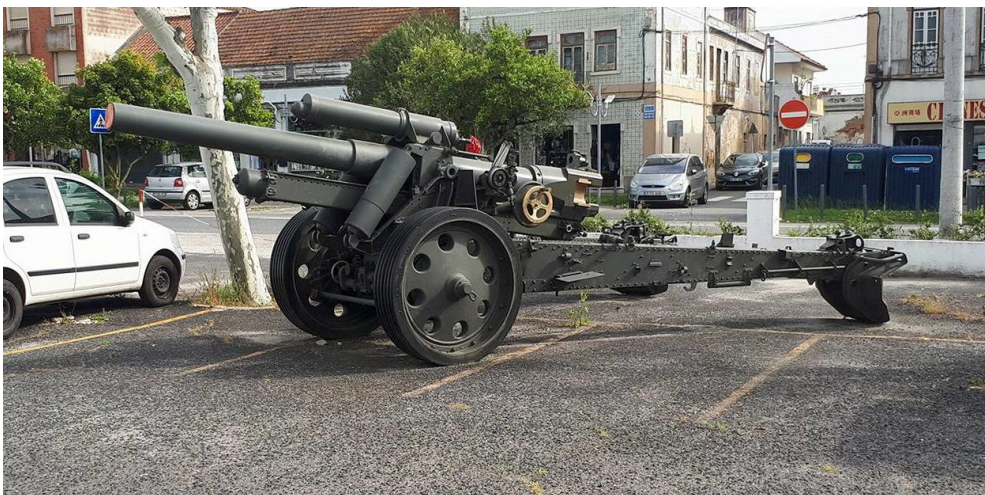


Figura nº.41 Obus 15 cm, Vendas Novas

Fonte – Fotografia do autor



Figura n.º.42 Obus 14 cm, Guileje 1969

Fonte – https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2012_06_10_archive.html

Apêndice E – Bateria 147, reforçada por 2 obuses 8,8 cm



Figura nº.43 Obuses 8,8 em Angola da Bateria 147, Quibaba

Fonte - <http://cenasdeguerra.blogspot.pt/>



Figura n°.44 Obuses 8,8 em Pedra Verde 1961, Angola
Fonte - <http://cenasdeguerra.blogspot.pt/>



Figura n°.45 Obuses 8,8 da Bateria 147 retirando da Roça Quibaba 1961, Angola

Fonte - <http://cenasdeguerra.blogspot.pt/>

Apêndice F – Organização da Posição de um Obus



Figura nº.46 Obus 10,5 com espaldão

Fonte - <http://cenasdeguerra.blogspot.pt/c>



Figura nº.47 Aquartelamento em Pundanmar com 2 posições de artilharia

Fonte - <http://cenasdeguerra.blogspot.pt/>

Apêndice G - Guião de Entrevista

1. INFORMAÇÃO FORNECIDA AO ENTREVISTADO

- a. Pedido de autorização para gravar em áudio a entrevista.
- b. Apresentação do entrevistador ao entrevistado, de modo a estabelecer os objetivos, critérios e ferramentas da entrevista.
- c. O objeto de estudo deste trabalho recai sobre as unidades de artilharia de campanha que participaram na Guerra do Ultramar (1961-1974), o estudo incide nos teatros de operações da Guiné, Angola e Moçambique, permitindo assim encontrar constantes e singularidades em cada um dos teatros, existe aqui a necessidade de mencionar que o tema ao estar debruçado sobre a artilharia de campanha passa a excluir as unidades de artilharia que participavam no conflito como tropas de quadricula conhecidas por companhias de caçadores de artilharia, pelotões de caçadores de artilharia, as quais não estavam equipadas de forma a proporcionar apoio de fogos que engloba um emprego coordenado do conjunto de órgãos de Aquisição de Objetivos, das armas de Artilharia de Campanha em proveito da manobra da força. O que vai ser estudado é a forma como as unidades de Artilharia de Campanha estão organizadas para combate assim como a tipologia de missões que lhes eram proporcionadas e quais os tipos de bocas de fogo usadas pelas unidades de artilharia nos três teatros de operações.
- d. Aspetos Deontológicos;

A entrevista terá uma duração de acordo com a disponibilidade do entrevistado, primariamente, mas sempre com o intuito de obter as informações necessárias para a concretização dos objetivos propostos. Será gravada em áudio.

2. INTRODUÇÃO

Como referido anteriormente, esta entrevista tem o objetivo de recolher informações de forma a complementar e desenvolver o Trabalho de Investigação Aplicada, subordinada ao tema indicado. É de extrema importância a realização desta entrevista visto que a mesma irá garantir a conclusão da investigação e posterior concretização dos objetivos propostos.

3. CORPO DE QUESTÕES

Segue-se o corpo de questões a realizar.

Questão n.º 1

-Em que teatro ou teatros de operações esteve colocado, em que anos decorreu ou decorreram as suas comissões, a que unidade estava subordinado e em que região do teatro de operações foi?

Questão n.º 2

-Como estava composta a unidade de artilharia de campanha no que toca à orgânica da unidade, qual foi o material utilizado, e como é que estava organizada a posição no terreno?

Questão n.º 3

-Quem fazia os pedidos de tiro?

Questão n.º 4

- Quem é que fazia o planeamento do apoio de fogos de uma operação, ou de uma picada, e da defesa de posição?

Questão n.º 5

- Quem é que fazia o cálculo dos elementos de tiro para o apoio de fogos?

Questão n.º 6

- Durante uma missão de tiro havia algum tipo de regulação?

Questão n.º 7

-Com que regularidade é que eram executadas missões de tiro?

Questão n.º 8

-As guarnições das bocas de fogo faziam mais algum tipo de missões/tarefas para além de guarnecer as bocas de fogo?

Questão n.º 9

-Como era feito o reabastecimento de munições e qual era a taxa de consumo autorizada que os comandantes de companhia tinham atribuída se as bocas de fogo estivessem na defesa de um aquartelamento?